

INSTITUTO FEDERAL
Amazonas

EDUCAÇÃO SUPERIOR

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

**LICENCIATURA
EM CIÊNCIAS
AGRÁRIAS**



Campus ITACOATIARA

2020

Jair Messias Bolsonaro
Presidente da República

**Abraham Bragança de Vasconcellos
Weintraub**
Ministro da Educação

Antônio Venâncio Castelo Branco
Reitor do IFAM

Lívia de Souza Camurça Lima
Pró-Reitora de Ensino

Jucimar Brito de Souza
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e
Inovação

Maria Francisca Moraes de Lima
Pró-Reitora de Extensão

Josiane Faraco de Andrade Rocha
Pró-Reitora de Administração e Planejamento

Carlos Tiago Garantizado
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Leonor Ferreira Neta Toro
Diretora Geral do *Campus Itacoatiara*

Francinete Soares Martins
Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e
Extensão *Campus Itacoatiara*

Comissão responsável pela elaboração, reestruturação e revisão do Plano de Curso Superior de Licenciatura em Ciências Agrárias, conforme Portaria N° 068, de 27 de maio de 2020.

Sarah Ragonha de Oliveira
Presidente

Rafael Augusto Ferraz
Vice-Presidente

Francinete Soares Martins
Membro

Kaline Ziemniczak
Membro

Jonatan Onis Pessoa
Membro

Tarcísio Serpa Normando
Membro

Rondon Tatsuta Yamane Baptista de Souza
Membro

Andrey Luis Bruyns de Sousa
Membro

Francimauro Sousa Morais
Membro

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	6
2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	8
2.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	8
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	11
3.1 DADOS GERAIS DO CURSO	11
5 CONTEXTO EDUCACIONAL	15
6 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	16
7 JUSTIFICATIVA	18
8 O MUNDO DO TRABALHO	20
8.1 A CONSTRUÇÃO DO CURSO	20
8.2 O MERCADO DE TRABALHO	23
9 OBJETIVOS	24
9.1 OBJETIVO GERAL DO CURSO	24
9.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	24
10 ESTRUTURA CURRICULAR	25
11 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	27
11.1 METODOLOGIA	27
12 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	33
13 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	35
13.1 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA E COMPUTADORES	35
14 MATRIZ CURRICULAR	36
14.4 FLUXOGRAMA CURRICULAR	42
15 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	43
16 ESTRATÉGIAS DE FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR	45
16.1 DISCIPLINAS OPTATIVAS	46
16.2 CURSOS DE FÉRIAS	47
16.3 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	47
16.4 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORMENTE DESENVOLVIDAS	47
17 RELAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	50
18 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	51
19 AVALIAÇÃO	53
19.1 INSTITUCIONAL	53
19.2 CURSO	54
19.3 ALUNO	55
20 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO- APRENDIZAGEM	57
20.1 PROVA DE SEGUNDA CHAMADA	58
20.2 EXAME FINAL	58
20.3 PROMOÇÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO	59
21 APOIO AO DISCENTE	60
21.1 PROGRAMA SOCIOASSISTENCIAL ESTUDANTIL	62
21.2 PROGRAMAS INTEGRAIS	62
21.3 INICIAÇÃO CIENTÍFICA	63
21.4 PROGRAMA DE EMPREENDEDORISMO – INCUBADORA DE EMPRESAS AYTY	64

21.5 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE EXTENSÃO (PIBEX)	64
21.6 PROGRAMA DE APOIO A EVENTOS – PAEVE	65
21.7 CURSOS DE EXTENSÃO	65
21.8 NÚCLEO DE ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS – NAPNE	65
21.9 MOBILIDADE ACADÊMICA, NACIONAL E INTERNACIONAL, DE ESTUDANTES DO IFAM	66
21.10 OUVIDORIA	67
22 PERFIL DO EGRESSO	67
23 CORPOS DOCENTE E ADMINISTRATIVO	68
23.1 CORPO DOCENTE	68
23.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	71
24 COORDENAÇÃO DO CURSO	72
25 COLEGIADO DE CURSO	73
26 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	74
27 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	75
28 ESTÁGIO CURRICULAR	79
28.1 AS DIMENSÕES PEDAGÓGICO-METODOLÓGICAS	80
28.2 AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO	81
28.3 ACOMPANHAMENTO EM SALA DE AULA	82
29 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	82
30 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	83
30.1 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISAS COM SERES HUMANOS	83
30.2 COMITÊ DE ÉTICA NO USO DE ANIMAIS (CEUA)	84
31 INSTALAÇÕES FÍSICAS E RECURSOS PARA O ENSINO	85
31.1 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	85
31.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA PROFESSORES EM TEMPO INTEGRAL	86
31.3 BIBLIOTECA	87
31.4 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	87
31.5 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	88
32 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO	89
33 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
ANEXO 1: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO PRIMEIRO PERÍODO	94
ANEXO 2: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO SEGUNDO PERÍODO	105
ANEXO 3: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO TERCEIRO PERÍODO	116
ANEXO 4: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO QUARTO PERÍODO	127
ANEXO 5: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO QUINTO PERÍODO	136
ANEXO 6: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO SEXTO PERÍODO	146
ANEXO 7: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO SÉTIMO PERÍODO	156
ANEXO 8: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO OITAVO PERÍODO	164
ANEXO 9: DISCIPLINAS OPTATIVAS	174
ANEXO 10: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA, CELEBRADO ENTRE O IFAM E A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED	181

1 APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), *campus* Itacoatiara.

A proposição do curso busca atender à necessidade verificada pelos docentes da Instituição de promoção da integração e verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, suprimindo uma lacuna existente na oferta atual entre os cursos de nível médio e pós-graduação. O IFAM é uma autarquia que possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-pedagógica, com o status de uma instituição de ensino voltada para a educação científico-tecnológica, direcionada às exigências e ao desenvolvimento do setor produtivo, por meio da oferta de cursos que possibilitem a capacitação de recursos humanos com formação crítica e comprometida com a transformação da sociedade. A Lei Nº11.892 de 29 de dezembro de 2008 prevê em seu Art. 7º, inciso VI como objetivos dos Institutos Federais a oferta de cursos de formação de professores, em nível de graduação e pós-graduação, bem como programas especiais de formação pedagógica para as disciplinas científicas e tecnológicas, para docentes de todos os níveis e modalidades de ensino.

Assim, o projeto se inicia com a apresentação do histórico desta instituição, desde escola profissionalizante e de nível médio até a sua atual configuração, as diferentes fases de ampliação e interiorização, incluindo a implantação do *campus* Itacoatiara.

A seguir, apresenta-se a organização didático-pedagógica com os dados gerais do curso, seguido pela legislação e diretrizes que norteiam a sua oferta, assim como o contexto educacional e políticas institucionais ao qual ele está inserido.

São então, apresentadas as justificativas para a implantação de um curso de Licenciatura em Ciências Agrárias no *campus* Itacoatiara. Dentre estas justificativas, destacam-se a prerrogativa e obrigação institucional; os parâmetros indicados pelas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); a promoção do desenvolvimento econômico regional; a produção de alimentos de forma sustentável e os Arranjos Produtivos Locais (APLs). Assim, o curso visa

formar professores com perfil pedagógico-científico para atuarem na Educação Básica, sobretudo em instituições que ofereçam a educação técnico-profissionalizante, seja na rede pública, privada, dentre outras atividades de ensino, pesquisa e extensão. Destaca-se, também, a diversificação da qualificação de seu corpo docente e sua experiência na participação em outros cursos ofertados por este *campus*.

Tendo sido dadas as justificativas, são apresentados, na sequência, os objetivos gerais e os objetivos específicos do curso. O documento prossegue com a estrutura curricular, os pressupostos metodológicos do curso e, em seguida, discute-se a metodologia adotada. Além disso, apresenta-se as tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem e o acesso dos alunos aos equipamentos de informática.

A matriz curricular é apresentada em seguida, dividida em semestres, assim como a oferta das disciplinas optativas e um resumo com o fluxograma curricular. Discute-se, também, a prática como componente curricular, uma atividade essencial de apoio ao processo formativo de docentes, assim como são apresentadas as estratégias de flexibilização curricular ao discente.

Em seguida, faz-se uma descrição de como são abordados os aspectos de ensino, pesquisa e extensão. A curricularização da extensão é discutida a diante, cujo objetivo é intensificar, aprimorar e articular as ações de extensão nos processos educacionais. Os métodos de avaliação do curso, interna e externamente são apresentados, assim como as formas de avaliação do ensino-aprendizagem.

Apresenta-se, a seguir, a filosofia de atendimento ao discente seguida pelo Instituto, que valoriza o enfrentamento das dificuldades pessoais e escolares dos discentes. Em seguida, apresenta-se o perfil do egresso e o corpo docente proposto para o curso, especificando-se, brevemente, a formação de cada um de seus membros. São expostas, então, as finalidades e atribuições do colegiado de curso, órgão consultivo e deliberativo a ele associado. São apresentadas a definição e as normas de funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e as funções do Coordenador do Curso.

O projeto segue apresentando as diferentes maneiras de complementação curricular, com as atividades complementares, conforme RESOLUÇÃO Nº 23 - CONSUP/IFAM, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na forma de monografia ou artigo científico, e as diretrizes oficiais para o estágio curricular e o detalhamento de como se dará esta atividade neste curso.

Prossegue-se com o detalhamento da estrutura física do *campus* e, finalmente, discute-se as formas de integração do curso com as redes públicas de ensino.

Por fim, é dada a lista de referências citadas no texto e, na forma de anexo, os programas das disciplinas do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias.

2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

2.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

Com a missão de promover uma educação de excelência através do Ensino, Pesquisa e Extensão, visando à formação do cidadão crítico, autônomo e empreendedor, comprometido com o desenvolvimento social, científico e tecnológico do País, no dia 29 de dezembro de 2008, o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº. 11.892, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, concretizando assim, um salto qualitativo na educação voltada a milhares de jovens e adultos em todas as unidades da federação.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas foi criado com a união de três autarquias federais já existentes, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus e a Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira.

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas – CEFET-AM foi criado através do Decreto Presidencial de 26 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 27 de março de 2001, implantado em razão da transformação da então Escola Técnica Federal do Amazonas, denominação dada em 1965. Sua origem histórica oriunda é a Escola de Aprendizizes Artífices,

instalada em 1º de outubro de 1910, seguindo Decreto Nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha. Durante o Estado Novo, a Escola ganhou seu espaço definitivo, onde até então, era a Praça Rio Branco. Através do Decreto Nº 4.127/42, passou a denominar-se Escola Técnica Federal de Manaus. Em consequência da Lei Federal Nº 3.552, de 16 de janeiro de 1959, obteve a sua autonomia e pelo Decreto Nº 47.038/59, transformou-se em Autarquia.

Em 1987 a Escola Técnica Federal do Amazonas expandiu-se e, além de sua sede, na Av. Sete de Setembro no centro da capital, conta com uma Unidade de Ensino Descentralizada (UNED), localizada na Av. Danilo Areosa, no Bairro Distrito Industrial. E, em fevereiro de 2007, foi implantado um *campus* em Coari, constituindo-se na primeira Unidade Descentralizada no interior do Estado.

A Escola Agrotécnica Federal de Manaus foi criada pelo Decreto Lei nº. 2.225 de 05/1940, como Aprendizado Agrícola Rio Branco com sede no Estado do Acre. Iniciou suas atividades em 19 de abril de 1941. Transferiu-se para o Amazonas através do Decreto Lei nº. 9.758, de 05 de setembro 1946, foi elevada à categoria de escola, passando a denominar-se Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas, posteriormente passou a ser chamado Ginásio Agrícola do Amazonas. Em 12 de maio de 1972, foi elevada à categoria de Colégio Agrícola do Amazonas, pelo Decreto nº70.513, ano em que se transferiu para o atual endereço. Em 1979, através do Decreto nº. 83.935 de 04/09/79, recebeu o nome que até hoje vigora: Escola Agrotécnica Federal de Manaus. Transformou-se em autarquia educacional de regime pela Lei nº. 8.731 de 16/11/93 vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, através da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, nos termos do art. 2º do anexo I do Decreto Nº. 2.147 de 14 de fevereiro de 1997.

A Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira foi criada pela Lei 8.670 de 30 de junho de 1993, sendo transformada em autarquia federal pela Lei 8.731 de 16 de novembro de 1993. A partir do ano de 2003, após o I seminário de Educação Profissionalizante do Alto Rio Negro, a Escola Agrotécnica diversificou sua oferta de cursos, criando os Cursos Técnicos em Secretariado, Administração, Contabilidade, Informática, Meio Ambiente e Recursos Pesqueiros, objetivando articular ação da escola a outras políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da região do Alto Rio Negro. No ano de 2005, com a

realização do I Seminário Interinstitucional "Construindo educação indígena na região do Rio Negro" promovido pela FOIRN, iniciou-se o diálogo intercultural e parceria entre a EAFSGC e o movimento indígena organizado.

Atualmente, o IFAM é constituído por catorze *campi* e um *campus* avançado, sendo eles: *campus* Manaus Centro, *campus* Manaus Distrito Industrial, *campus* Manaus Zona Leste, *campus* Coari, *campus* São Gabriel da Cachoeira, *campus* Lábrea, *campus* Maués, *campus* Parintins, *campus* Presidente Figueiredo e *campus* Tabatinga. Na expansão III, os *campi* de Humaitá, Itacoatiara, Tefé e Eirunepé; e tem como *campus* avançado, o *campus* de Manacapuru.

O IFAM é uma autarquia especial mantida pelo Governo Federal, comprometida com o desenvolvimento de sociedades sustentáveis na região amazônica, criando condições favoráveis à formação e qualificação profissional nos diversos níveis e modalidades de ensino, dando suporte ao desenvolvimento da atividade produtiva, a oportunidades de geração e a disseminação de conhecimentos científicos e tecnológicos, motivando o desenvolvimento socioeconômico em níveis local e regional.

2.1.1 *Campus* Itacoatiara

O município de Itacoatiara recebeu o *campus* considerando sua importância no cenário geopolítico, econômico e social dentro do Estado do Amazonas e, principalmente, para a região do médio Amazonas e baixo Madeira. Em parceria com a Prefeitura, os trabalhos de implantação do *campus* começaram a partir do ano de 2010 com a definição da área para a construção das estruturas físicas, pesquisas das demandas acadêmicas e audiências públicas.

As atividades acadêmicas foram iniciadas em 1º de abril de 2014, no Centro Educacional Jamel Amed (sede provisória), com os Cursos Técnicos de Nível Médio em Administração, Contabilidade e Informática, na forma subsequente, no turno noturno.

No segundo semestre de 2014 iniciaram-se mais dois novos cursos nessa forma: Curso Técnico de Nível Médio em Agronegócio e Curso Técnico de Nível Médio em Meio Ambiente, no turno noturno. A partir do ano letivo de 2015 iniciou-se o Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Integrada, com as atividades distribuídas nos turnos matutino e vespertino, em sede provisória na

Escola de Fluvialários, em comodato com a empresa Hermasa e Fundação André e Lúcia Maggi, e sede provisória com a Escola Estadual Senador João Bosco. Com o aumento das turmas em 2016 foi firmada a parceria com outra escola para utilização do espaço – Escola Estadual João Valério – GM. Os cursos de ensino à distância em parceria com a UAB iniciaram em 2017, com ofertas de Cursos de Pós-Graduação.

Em 2018 iniciaram-se novos cursos: Curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária na Forma Integrada e na Forma Subsequente, em substituição ao Curso Técnico em Agronegócio, e o Curso Técnico de Nível Médio em Administração, na Forma Integrada.

Em maio de 2018 ocorreu a mudança para a sede definitiva, com um ambiente adequado para fornecer aos discentes um ensino de excelência. Atualmente o *campus* Itacoatiara está implantando um Centro de Referência no Município de Nova Olinda do Norte, ofertando o Curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária, na forma subsequente, com possibilidade de ampliação de oferta de outros cursos.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Curso Superior de Licenciatura em Ciências Agrárias

Modalidade: Presencial

Área de conhecimento a que pertence: Educação/Ciências Agrárias

Forma de Ingresso: Processo seletivo público/vestibular classificatório, transferência externa e interna, reingresso, re-opção entre cursos ou áreas afins, ingresso para portadores de diploma.

Distribuição de Vagas: 40 vagas

Oferta: Bianual.

Turno de Funcionamento: Diurno

Unidade de Funcionamento: *campus* Itacoatiara

Regime de Matrícula: A matrícula é realizada semestralmente, por disciplinas.

Prazo para integralização do Curso: O prazo mínimo para integralização do curso é de 8 semestres (4 anos) e o prazo máximo é o dobro do total de semestres do curso menos 1 semestre, ou seja, 15 semestres (7 anos e meio).

4 LEGISLAÇÃO E DIRETRIZES

A seguir serão apresentadas as legislações e diretrizes que subsidiam a oferta do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias pelo *campus* Itacoatiara.

4.1 LEGISLAÇÃO GERAL

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004: Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008: Dispõe sobre o estágio de estudantes.

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012: Institui a Política Nacional de Proteção da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002: Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004: Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, dando prioridade de atendimento às pessoas portadora de deficiência, e **Decreto nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005: Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006: Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de Instituições de Educação Superior e Cursos Superiores de Graduação e Sequenciais no Sistema Federal de Ensino.

Decreto nº 8.368, de 02 de dezembro de 2014: Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004: Dispõe sobre a educação das relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e indígena.

Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, Parecer CNE/CP nº 8, de 06 de março de 2012: Estabelecem Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Resolução CNE/CP nº 7, de 18 de dezembro de 2018: Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e da outras providências.

Portaria MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, reeditada em 29 de dezembro de 2010: Institui o e-MEC, processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, entre outras disposições.

4.2 LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019: Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

4.3 LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Resolução nº 02- CONSUP/IFAM, de 28 de março de 2011: Dispõe sobre a aprovação do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), e dá outras providências.

Resolução nº 023-CONSUP/IFAM, de 09 de agosto de 2013: Dispõe sobre a aprovação do Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

Resolução nº 016-CONSUP/IFAM, de 16 de junho de 2014: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-PDI para o quadriênio 2014-2018.

Resolução nº 049 - CONSUP/IFAM, 12 de dezembro de 2014: Disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

Resolução nº 22 - CONSUP/IFAM, de 23 de março de 2015: Aprova as Normas que Regulamentam a Composição e o Funcionamento dos Colegiados dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM.

Resolução nº 94 - CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015: Altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

Resolução nº 95 - CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2015: Aprova o Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

Resolução nº 43 - CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2017: Aprova o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e Pós-graduação Lato Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

Resolução nº 61 - CONSUP/IFAM, de 29 de julho de 2019: Aprova o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

Resolução nº 174 - CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2019: Aprova as diretrizes para a Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

5 CONTEXTO EDUCACIONAL

Desde sua implantação em 2014, o *campus* Itacoatiara oferta à comunidade cursos na área de Ciências Agrárias. Inicialmente Agronegócio na forma subsequente e, posteriormente, Agropecuária nas formas subsequente e integrada. Esse processo colaborou concomitantemente tanto para especialização dos quadros técnico e docente quanto para formação de profissionais que, naturalmente, passou a demandar a possibilidade de continuidade da formação em nível superior.

A verticalização do ensino para os egressos é um caminho natural no processo de Ensino e a comunidade local e regional almejam por esta formação. A formação de professores especializados nos saberes agropecuários ao tempo que vai ao encontro das “Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica” estabelece que as diretrizes referem-se à formação de professores que atuarão nas diferentes etapas e modalidades da educação básica, incluindo a educação profissional, também possibilita a inserção num mundo do trabalho carente de profissionais formados adequadamente (Cf. Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica).

A oferta do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Agrárias, nesse sentido está atenta não apenas para demanda de Itacoatiara, município que tem destaque na produção agropecuária do Estado do Amazonas, quanto para as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) (MEC, 2014) que prevê em sua Meta 12, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50%, e a taxa líquida para 33% da população entre 18 e 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para 40% das novas matrículas no segmento público.

O Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias será o primeiro neste segmento em Itacoatiara. Considerando a potencialidade local para as atividades agrícolas (cf. Dados IBGE referentes ao ano de 2016) e a abrangência do IFAM na região, a oferta do curso atenderá aos alunos provenientes do Ensino Médio de Itacoatiara e municípios circunvizinhos, viabilizando assim duas dimensões sociais: a) a interiorização da formação de professores e b) a fixação de profissionais em seus locais de origem.

6 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

O *campus* Itacoatiara do IFAM, inaugurado em 2014, vem conseguido implementar com sucesso o tripé ensino-pesquisa-extensão em suas atividades. A exigência desta articulação se encontra tanto na lei de criação dos Institutos quanto nas diretrizes curriculares do Ministério da Educação. Assim, a busca da integração da vida acadêmica com a realidade social, de forma participativa, é base do planejamento e deste Plano Pedagógico. Por sua vez, ao *campus* Itacoatiara faltava ainda um curso de graduação de forma a propiciar a seus discentes a possibilidade de verticalização da formação, conforme previsto no PDI 2014-2018.

Na prática, a articulação das ações de ensino às de pesquisa e extensão se dá a partir das diversas parcerias com diferentes instituições e presença nas comunidades. O contato com as comunidades em um município com área de 8.891,9 km², com cerca de 220 comunidades e 100 mil habitantes, é um grande desafio. Já foram executados projetos com comunidades do entorno e algumas mais distantes que efetivamente demonstraram interesse. O IFAM *campus* Itacoatiara deve atender também os municípios de sua área de abrangência: Silves, Itapiranga, Urucurituba, São Sebastião do Uatumã, Nova Olinda do Norte e Urucará, a partir de atividades de ensino, extensão e pesquisa.

O perfil do egresso objetivado pela Licenciatura em Ciências Agrárias é um profissional capaz de entender a realidade do campo, formar e multiplicar os conhecimentos com os colegas nas instituições de ensino básico em sua área de atuação, elaborar estratégias para que as cadeias produtivas locais e regionais se desenvolvam com maior possibilidade de geração de renda, maior valor agregado e eficiência. Possibilitando sua atuação em cooperativas, casas familiares rurais, empresas familiares, formação de produtores e técnicos, assistências técnicas, extensão rural, no campo, na produção e de serviços afins.

O Projeto Pedagógico busca uma sólida formação docente e de cidadania, o que pode ser averiguado a partir da matriz curricular proposta, conciliando disciplinas específicas das Ciências Agrárias, e disciplinas pedagógicas, que buscam incentivar o pensamento crítico e desenvolver consciência socioambiental.

Conforme atual PDI do IFAM (2019-2023) a política de ensino fundamenta-se na preparação do ser humano para entender e intervir adequadamente no meio em que vive, objetivando a formação sob uma visão inter e multidisciplinar de sua área de atuação, com pensamento holístico em suas ações e elevados padrões de criticidade e ética. Nossas políticas educacionais levam em conta a inclusão e o respeito à diversidade e às especificidades dos indivíduos e comunidades destinatários dos serviços prestados. No Projeto Político Pedagógico Institucional o IFAM compreende os cursos de graduação como sendo *“o cumprimento de um compromisso social de qualidade de vida, firmado com a sociedade amazonense, para promover o desenvolvimento sustentável, a emancipação social, econômica, cultural e epistemológica, na perspectiva da formação ontológica a qual envolve o alunado tanto na formação para o trabalho como na transformação do ser humano na sua plenitude, depreendendo que o conhecimento se constrói na interface entre a realidade e a intervenção inovadora desta”*.

As políticas de pesquisas do IFAM constituem um processo educativo para a investigação, objetivando a produção, a inovação e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, ao longo de toda a formação profissional, com vistas ao desenvolvimento social, tendo como objetivo incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim.

A implementação de uma política de Extensão no Instituto Federal do Amazonas reafirma a missão deste Instituto e seu comprometimento com o desenvolvimento local e regional, promovendo a integração com o mundo do trabalho e o atendimento às demandas sociais, ambientais, econômicas e culturais.

No contexto das Instituições de Ensino Superior e pesquisa, a elaboração e a difusão do conhecimento acadêmico, geralmente pressupõem a construção de saber sistematizado ou científico para um público externo. É neste cenário que se verifica o significativo papel da Extensão no processo de trocas de conhecimentos e a evidência de um grande leque de atuação nas Instituições de Ensino como

agências articuladoras de iniciativas para atender às demandas sociais e locais, facilitando ações conjuntas entre Instituições de Ensino e atores externos.

É a Extensão que articula o saber produzido na academia com a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região, bem como a interação com o mundo do trabalho na busca de tendências de evolução da tecnologia para fins de alimentar a matriz curricular, parcerias institucionais, empreendedorismo e inovação.

7 JUSTIFICATIVA

A oferta de um Curso Superior, certamente, segue várias demandas e orientações que servem de pressupostos técnicos e pragmáticos. Primeiramente, a oferta de curso de licenciatura é uma prerrogativa e obrigação institucional, assim, esta propositura cumpre com o aquilo que está preconizado na Lei Nº 11.892/2008, que cria os Institutos Federais, ao afirmar, em seu artigo 7º, que um dos objetivos dos Institutos Federais é “[...] ministrar em nível de educação superior cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional”.

Além disso, considerando as peculiaridades ambientais e sociais específicas da região Amazônica, acredita-se que a compreensão das características regionais deve iniciar na Educação Básica, a fim de que sejam considerados os impactos socioambientais advindos das atividades humanas no desenvolvimento econômico regional. Aqui se insere o papel do licenciado em Ciências Agrárias, na formação de cidadãos críticos, capazes de entender o mundo onde estão inseridos e cientes das consequências de suas ações direcionadas ao meio ambiente, as quais interferem diretamente na sua qualidade de vida.

A região amazônica anseia por profissionais capacitados, que saibam organizar e gerir situações de ensino e aprendizagem de forma criativa, embasados teoricamente e contextualizando a realidade local. Um docente reflexivo, crítico e pesquisador, capaz de enfrentar desafios e de promover a qualidade no ensino e da disseminação da ciência na superação das limitações pedagógicas, produtivas, logísticas e comerciais.

Assim, pode-se dizer que o cenário atual das comunidades rurais e tradicionais, e mesmo na área urbana, apresenta uma demanda de conhecimentos e práticas que fortaleçam e desenvolvam a produção de alimentos de forma sustentável, isto é, tem-se necessidade cada vez mais de profissionais que consigam criar e implementar tais práticas nesses espaços.

Considerando ainda que a oferta já se volta diretamente aos parâmetros indicados pelas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma vez que visa favorecer a atribuição de sentido às aprendizagens, por sua vinculação aos desafios da realidade e pela explicitação dos contextos de produção e circulação dos conhecimentos e mercadorias; assegura tempos e espaços para que os estudantes reflitam sobre suas experiências e aprendizagens individuais e interpessoais, de modo a valorizarem o conhecimento, confiarem em sua capacidade de aprender, e identifiquem e utilizem estratégias mais eficientes a construção do conhecimento, garantindo assim seus direitos de aprendizagem. Sem deixar de considerar a promoção da aprendizagem colaborativa, desenvolvendo nos estudantes a capacidade de trabalharem em equipe e aprenderem com seus pares. E, por fim, estimular atitudes cooperativas e propositivas para o enfrentamento dos desafios da comunidade, do mundo do trabalho e da sociedade em geral, alicerçadas no conhecimento e na inovação.

Ainda, para pensar a oferta do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias foi levado em consideração as características do município e os Arranjos Produtivos Locais (APLs). Itacoatiara está localizada no leste do Estado do Amazonas, à margem esquerda do rio Amazonas, a 266 km de distância da capital pela Rodovia AM-010. Compõe os municípios da região metropolitana de Manaus, e além da sede, ela compreende 7 (sete) distritos, sendo o de Novo Remanso, o maior deles com população acima de 3.000 habitantes. Atualmente, a atividade econômica no município concentra-se nos setores madeireiro, agropecuário e de transporte, sendo considerado como o maior polo agropecuário do estado do Amazonas.

O setor primário do Município destaca-se pelos sistemas de produção como agropecuária, pesca e extrativismo, evidenciando a piscicultura com a criação das espécies matrinxã e tambaqui, culturas especiais como a castanha e a farinha de mandioca e, principalmente, a fruticultura com a produção de cupuaçu, coco, graviola, maracujá, laranja e o abacaxi (NEAPL, 2009). Dentre estas

culturas, destaca-se a do abacaxi que coloca Itacoatiara como o quinto maior produtor do país no ano de 2016 (IBGE, 2016) e o maior produtor do estado (NEAPL, 2009).

A inserção de um Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias neste contexto regional, proporcionado por uma Instituição de Ensino Superior Pública, é elemento fundamental de desenvolvimento econômico, social e de melhoria da qualidade de vida da população, uma vez que proporciona o aproveitamento das potencialidades locais. O IFAM *campus* Itacoatiara atualmente oferece o Curso Técnico em Agropecuária, nas formas integrado e subsequente, contando, portanto, com corpo docente e técnico capacitado para atender a essa demanda específica. Embora seja um *campus* da fase de expansão III sendo, portanto, relativamente recente, as parcerias já firmadas entre o IFAM e produtores locais permitem aos alunos uma vivência das práticas agropecuárias e fomentam a troca de informações e a interação pedagógica, científica, tecnológica e intelectual.

Neste contexto, o curso visa capacitar professores com perfil pedagógico-científico para atuarem na Educação Básica, sobretudo em instituições que ofereçam a educação técnico-profissionalizante, seja na rede pública, privada, dentre outras atividades de ensino, pesquisa e extensão, tais como: projetos de pesquisas, projetos e/ou programas de desenvolvimento sustentável, atuar em programas de educação ambiental, com vistas à valorização de saberes tradicionais e da promoção do desenvolvimento regional. Deve-se salientar que, na maioria dos casos, essa profissão é exercida por professores leigos, o que tem comprometido a visão sistêmica do processo didático-científico na implementação do conhecimento. Sendo assim, esse o curso visa oportunizar a formação de profissionais que já atuam na docência, mas que não têm formação superior ou pedagógica, ou mesmo da área das Ciências Agrárias.

8 O MUNDO DO TRABALHO

8.1 A CONSTRUÇÃO DO CURSO

A iniciativa de ofertar um Curso Superior segue demandas e orientações que servem de pressupostos técnicos e pragmáticos. Um dos objetivos dos Institutos Federais é “[...] ministrar em nível de educação superior cursos de

licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional”, de acordo com a sua Lei de criação (Lei Nº 11.892/2008). Ainda, o *campus* Itacoatiara não dispõe de um curso de graduação de forma a propiciar a seus discentes a possibilidade de verticalização da formação, conforme previsto no PDI 2014-2018.

Com o intuito de mitigar tal deficiência foi proposto o curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, que começou a ser construído após a realização de uma Pesquisa de Atividade Econômica Regional, realizada no ano de 2017 pelos servidores do *campus*, este trabalho foi realizado em 15 comunidades rurais e distritos localizados no entorno do município. Nessa pesquisa foram identificadas as demandas das comunidades com relação aos cursos de formação superior que eram desejados pelos moradores das comunidades, conforme pode ser observado na figura abaixo.

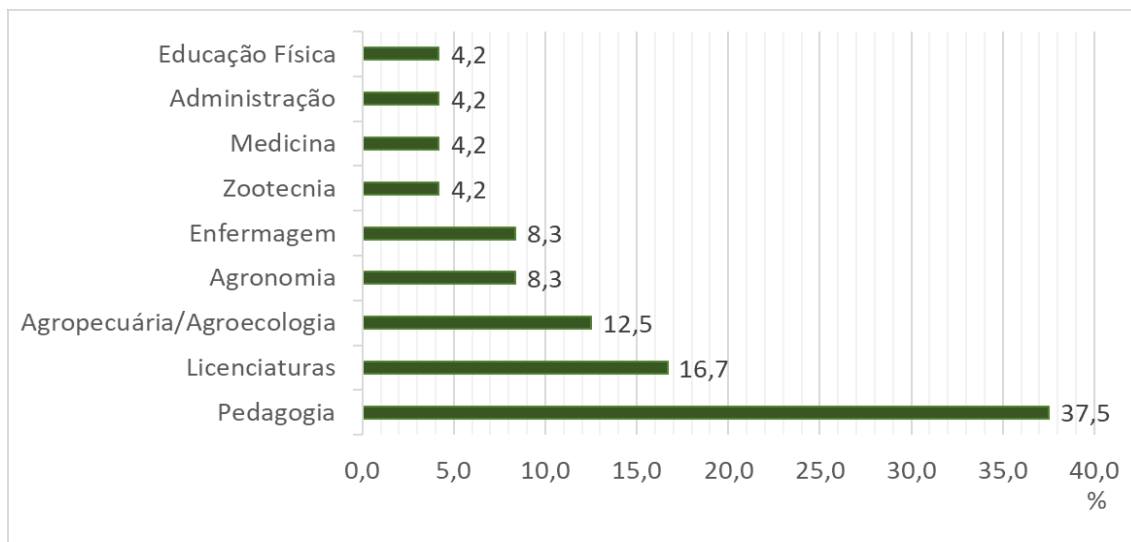


Figura 1. Demanda por cursos superiores das comunidades rurais de Itacoatiara-AM, realizada no ano de 2017.

Após a identificação dessas demandas, os servidores discutiram as possibilidades de oferta de cursos pelo *campus*, considerando a estrutura, os recursos humanos disponíveis e as especialidades de cada professor decidiu-se pela oferta do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias.

Sabendo da necessidade da construção conjunta e principalmente da alocação destes futuros professores no mercado de trabalho, iniciaram-se os

contatos com a Secretaria Municipal de Educação, através de reunião com o Secretário de Educação, Coordenador de Educação do Interior e Presidente do Conselho Municipal de Educação. Esse primeiro contato foi importante para a apresentação da proposta por parte do *campus*, mas também para ouvir as demandas do município em relação às principais dificuldades de preenchimento de vagas nas escolas municipais, considerando as peculiaridades ambientais e sociais específicas da região. Nesse primeiro contato evidenciou-se também a importância do município em absorver os futuros professores do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias nas escolas municipais, levando em consideração que essa formação se volta diretamente aos parâmetros indicados pelas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que obrigará as escolas a atualizarem e adaptarem os seus currículos.

Seguindo com o mesmo objetivo, foram realizadas reuniões com o Conselho Municipal de Educação, a Coordenadoria Regional de Educação e as associações de comunidades rurais, apresentando a proposta inicial e ouvindo as demandas para a construção conjunta do projeto do curso. Nesses encontros ficou claro a carência que o município tem na área pedagógica e na formação de professores, principalmente daqueles dispostos a atuar nas escolas do interior.

Para elaborar a matriz curricular da proposta foram analisados os PPCs de outros cursos de Licenciatura em Ciências Agrárias, considerando a realidade local. Foi realizado um *workshop* com o professor convidado José Walter dos Santos, licenciado em Ciências Agrárias, atualmente docente no campus Presidente Figueiredo. Esse encontro proporcionou aos membros da comissão a oportunidade de discutir a formação do curso de Licenciatura, os aspectos positivos e as lacunas da formação, do ponto de vista do professor.

Todas essas etapas foram importantes para a construção de um Projeto de Curso substanciado, que atendesse as realidades e expectativas locais e suprisse a demanda existente no município. Buscou-se construir o curso para formar professores com um perfil pedagógico-científico para atuarem na educação básica, considerando uma carga horária equivalente entre as disciplinas da área pedagógica e das ciências agrárias, para que o estudante tivesse uma formação sólida e completa, capaz de entender e modificar a realidade escolar, seja ela do campo ou urbana.

A implementação de uma política de Extensão no Instituto Federal do Amazonas reafirma o comprometimento do Instituto com o desenvolvimento local e regional, promovendo a integração com o mundo do trabalho e o atendimento às demandas sociais, ambientais, econômicas e culturais. Com o atendimento à Resolução N^o 174-CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2019, os alunos aprimorarão, juntamente com professores orientadores e professores da rede básica de ensino, projetos de extensão que visam o desenvolvimento e aplicação de material didático interdisciplinar, proporcionando a sua inserção precoce na sala de aula, ainda que de forma incipiente, para conhecer e acompanhar a realidade da prática docente. Essas ações complementam as atividades de Estágio Supervisionado, inseridas em 4 semestres de formação. Para garantir a permanência dos nossos alunos na sala de aula, firmamos um Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria Municipal de Educação – SEMED (ANEXO 10), e estamos em trâmites finais para firmar o mesmo acordo com a Coordenadoria Regional de Educação de Itacoatiara.

8.2 O MERCADO DE TRABALHO

O curso visa capacitar professores com perfil pedagógico-científico para atuarem na Educação Básica, sobretudo, mas não exclusivamente, em instituições que ofereçam a educação técnico-profissionalizante, seja na rede pública, privada, executando dentre outras atividades de ensino, pesquisa e extensão, tais como: projetos de pesquisas, projetos e/ou programas de desenvolvimento sustentável, atuando em programas de educação ambiental, com vistas à valorização de saberes tradicionais e da promoção do desenvolvimento regional. O profissional egresso terá como campo de trabalho também instituições que desenvolvam programas de educação agrícola para jovens e adultos, além das instituições que capacitem recursos humanos para a agricultura, possibilitando sua atuação em prefeituras, cooperativas, casas familiares rurais, empresas familiares, oferecendo ações de assistência técnica, extensão rural, produção e serviços afins.

Nos últimos anos foram abertas vagas para concurso em instituições de ensino e pesquisa, podendo ser preenchidas por Licenciados em Ciências Agrárias, como: Prefeitura de Marabá (2019), 2 vagas; Embrapa: EDITAL N^o 1

(21/12/2009), Cargo: Pesquisador Classe A, várias vagas; UFAM: EDITAL N° 85 (27/12/2019), Concurso Público para a carreira de magistério superior, 1 vaga; Prefeitura Municipal de Jardim do Mulato-PI, Edital N° 002/2020, 2 vagas; Empresa Agro Base, Canarana-MT - Vaga para coordenador de negócios (Ciências Agrárias).

Durante a elaboração deste Projeto de Curso ficou claro que uma formação sólida, de caráter inter e multidisciplinar na sua área de atuação não garante ao profissional a sua empregabilidade. A estratégia proposta para o curso de Licenciatura em Ciências Agrárias está baseada na divulgação do curso, dos estudantes e do profissional egresso, através de atividades e eventos desenvolvidos ao longo dos quatro anos de formação. Essas ações darão visibilidade ao curso e a oportunidade das instituições municipais, associações e do público em geral conhecerem o curso, perceberem a sua importância e atuação dentro das escolas e nas demais atividades em que o profissional egresso poderá atuar.

9 OBJETIVOS

9.1 OBJETIVO GERAL DO CURSO

Formar educadores emancipados e habilitados técnica e eticamente para a docência na educação básica, técnica ou tecnológica, vinculados ao espaço rural, capazes de promover uma educação plural e democrática, com vistas à valorização da diversidade étnica, dos saberes tradicionais e da promoção do desenvolvimento regional com responsabilidade socioambiental.

9.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Elaborar práticas pedagógicas investigativas, problematizadoras, interdisciplinares e contextualizadas, assegurando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

- Formar um professor conhecedor da realidade escolar, comprometido e ético, que atenda aos anseios e as demandas sociais;
- Desenvolver a capacidade de trabalhar em equipe, articulando a diversidade de opiniões de forma construtiva, dialógica e colaborativa;
- Compreender a formação e a operacionalização das cadeias produtivas agrárias regionais, promovendo o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais;
- Interpretar de forma crítica os determinantes políticos, sociais, econômicos, culturais para a educação no campo e seus impactos no ambiente;
- Desenvolver atividades de campo, laboratoriais e experimentais que articulem teoria e prática;
- Produzir conhecimentos que favoreçam uma relação sustentável entre o homem e o meio ambiente;
- Reconhecer a importância do desenvolvimento da agricultura familiar, enquanto base da produção alimentar;
- Gerar a capacidade de interpretar o conceito de sustentabilidade considerando a heterogeneidade dos ecossistemas;
- Oportunizar a formação de profissionais que já atuam na docência, contudo não têm formação superior ou pedagógica.

10 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular adotada pelo Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias está organizada por períodos. Essa estrutura curricular fundamenta-se em uma visão interdisciplinar da educação e dos conteúdos necessários à formação acadêmica, dispostos a partir das competências e habilidades exigidas para a formação pretendida para os alunos.

Na organização do currículo leva-se em consideração o desenvolvimento de conteúdos e atividades que permitam aos estudantes desenvolverem competências para a promoção de uma educação plural e democrática, com vistas à valorização de saberes tradicionais e da promoção do desenvolvimento regional com responsabilidade socioambiental.

A Resolução CNE N^o 2, de 20/12/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação

Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) em seu artigo 7º, Inciso V, ressalta como um dos princípios norteadores na organização curricular da Formação Inicial de Professores para a Educação Básica “atribuição de valor social à escola e à profissão docente de modo contínuo, consistente e coerente com todas as experiências de aprendizagem dos professores em formação”.

A Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias está constituída de maneira a promover todas as etapas e modalidades da educação básica em seus processos de ensino aprendizagem, além da formação específica. Esta estrutura buscou o equilíbrio entre os saberes específicos das ciências agrárias com os saberes pedagógicos. Espera-se desenvolver no aluno durante seu percurso formativo as competências afetivas, profissionais éticas, cognitivas necessárias ao bom exercício da docência. Para tal, o currículo se estrutura de forma a promover o desenvolvimento de uma formação que leve em consideração o sujeito nas dimensões do indivíduo, do cidadão e do profissional.

Considerou-se não somente “o que” ensinar, uma vez que não só foram selecionados os conteúdos que são “importantes”, mas também foi levado em consideração o ser humano que se deseja formar: sua identidade enquanto cidadão, indivíduo e profissional. Tal concepção levou em conta o fato de que “(...) além de uma questão de conhecimento, o currículo é também uma questão de identidade” (SILVA, 2007, p. 15).

A estrutura curricular especifica a ordem na qual as disciplinas e atividades devem ser cursadas e realizadas pelo estudante em determinado período de tempo, além de pré-requisitos e equivalências para cada disciplina. Registre-se, ainda, que as disciplinas são ofertadas com o objetivo de assegurar a formação qualificada do discente em conteúdos atuais e específicos das áreas que serão objeto dos seus temas de investigação, obedecendo uma organização epistemológica e intelectual.

Espera-se formar um professor como agente social promotor de mudanças, uma vez que a formação do seu currículo envolve os aspectos sociais e culturais da região em que o curso está inserido. O item 13 deste PPC – matriz curricular – ilustra a estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias.

11 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

11.1 METODOLOGIA

As mudanças na sociedade brasileira advindas da era do conhecimento desafiam as instituições de formação de professores, gerando questionamentos sobre as práticas até então realizadas nos meios acadêmicos.

Faz-se necessário, portanto, uma nova visão paradigmática para compreender que conhecimento, educação e ensino formam um conjunto basilar para garantir o projeto de educação nacional, superar a fragmentação das políticas públicas e a desarticulação institucional por meio da instituição do Sistema Nacional de Educação, sob relações de cooperação e colaboração entre entes federados e sistemas educacionais.

Nessa perspectiva, de acordo com o que prescrevem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada, as instituições, seus processos de organização e gestão e projetos pedagógicos cumprem um papel estratégico na formação docente.

Nesse processo formativo, compreende-se a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

Dessa forma, faz-se necessário traçar o perfil, as áreas de atuação e a matriz curricular mínima para a formação do licenciado como profissional apto para atuar na docência das diferentes áreas das Ciências Agrárias, para atuação em todos os níveis de educação.

Para que isso aconteça, será necessário articular o desenvolvimento de estratégias teórico-metodológicas que potencializem o desenvolvimento das competências específicas das três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação

docente, sendo elas: I - conhecimento profissional; II - prática profissional; e III - engajamento profissional (cf. Resolução CNE N° 2, de 20 de dezembro de 2019).

Estas ações devem ser concretizadas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento das práticas educativas dos futuros profissionais licenciados.

A formação inicial e a formação continuada destinam-se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica em suas etapas - educação infantil, ensino fundamental, ensino médio – e modalidades - educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância - a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, os direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional. (cf. Art. 3º da Resolução nº 2 de 1º de julho de 2015).

Os Cursos de Licenciatura do IFAM foram redimensionados e consolidados tecendo uma Teia de Saberes para “Ensinar e Aprender Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias na Educação Básica”. Esta proposta está constituída a partir dos seguintes princípios:

i) Formar professores-pesquisadores capazes de atuar a partir da reflexão-ação- reflexão de forma contextualizada, interdisciplinar e transversal, criar soluções inovadoras em educação científica e constituir-se como sujeitos de sua formação na construção de sua identidade profissional, a partir da práxis no contexto escolar e social;

ii) Desenvolver um processo de formação que valorize a relação dialógica entre professores formadores e professores em formação, estimulando a criticidade na perspectiva da transformação social;

iii) Promover reflexão a respeito do ser humano e do universo em sua complexidade e totalidade, valorizando o contexto amazônico e propiciando o desenvolvimento da auto(eco)organização.

Neste contexto, a educação deve promover condições para o manejo e produção do conhecimento, onde cada indivíduo seja sujeito de sua aprendizagem, criando uma linguagem própria, fazendo antecipações e simulações, testando, experimentando e projetando novas formas de interagir como sujeito, manejando e se apropriando, crítica e criativamente, do conhecimento disponível como instrumento mais eficaz para a emancipação das pessoas.

Assim, o processo de ensino e aprendizagem é considerado como um processo de construção e reconstrução contínua de saberes que devem promover a aprendizagem e esta, por sua vez, envolve assimilação e acomodação de conhecimentos, onde o sujeito e o objeto se constituem. A pesquisa torna-se um caminho que viabiliza o processo de ensino-aprendizagem, superando a reprodução pela produção de conhecimento, com o desenvolvimento da autonomia e do espírito crítico e investigativo.

Os professores em formação inicial serão pesquisadores, capazes de abandonar a passividade na perspectiva da construção de conhecimento significativo e contextualizado sua prática de forma investigativa, reflexiva, humanista, histórico-crítica e ecológica.

Presume-se que o licenciado egresso seja comprometido e capaz de atuar nas dimensões social, política, pedagógica, científica, pessoal e profissional. Dessa forma, os conhecimentos aplicados não se dissociam dos sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais, desenvolvendo, principalmente, ações estratégicas capazes de ampliar e aperfeiçoar as formas de atuação profissional, preparando-se para a inserção no mercado de trabalho em contínua transformação, assumindo uma postura de flexibilidade e disponibilidade para

mudanças contínuas, compreendendo-se como sujeito ator na transformação dos conhecimentos e da sociedade.

Portanto, a formação de professores não deve centrar-se na reprodução de saberes cristalizados e estanques, é preciso redimensioná-los em um processo de renovação/ inovação ativa da formação acadêmica. Baseando-se em uma atitude reflexiva do trabalho docente, o professor deverá dominar, conforme destaca André (2015, p. 66) “[...] procedimentos de investigação científica como registro, sistematização de informações, análise e comparação de dados, levantamento de hipóteses e verificação, por meio dos quais poderá produzir e socializar conhecimento pedagógico”. Com uma postura investigativa, os professores-pesquisadores deverão formar-se através do questionamento sobre o conhecimento científico e contexto profissional com rigor, interatividade e ética, atendendo a um novo perfil de docente para os cursos de licenciatura.

Para tanto, o espaço educativo acadêmico deve constituir-se para a produção/disseminação de conhecimentos, em um intercâmbio vital e cultural entre docentes, discentes e a sociedade, relacionando ensino, pesquisa e extensão. Deve promover a reflexão e o pensamento crítico, atuar multi e interdisciplinarmente, interagindo com diferentes especialidades, promovendo uma formação profissional com base nos princípios de uma sociedade democrática, que respeita a diversidade social, cultural e física de seus cidadãos.

Estes pressupostos metodológicos não visam construir um caminho novo, mas uma nova forma de caminhar, onde não haverá receitas prontas ou certezas absolutas em relação à metodologia a ser adotada pelos cursos, mas sim, referenciais que serão apropriados, vivenciados, questionados, aperfeiçoados e transformados por professores formadores e em formação, criando um perfil próprio para os Cursos de Licenciatura do IFAM.

Portanto, caberá a cada docente, por meio de estratégias metodológicas ministrarem os conteúdos curriculares por meio de diversas formas de organização conforme proposta pedagógica, ressaltando as metodologias de ensino-aprendizagem, em especial as abordagens que promovam a participação, a colaboração e o envolvimento dos discentes na constituição gradual da sua autonomia nos processos de aprendizagem.

Estas estratégias visam alcançar os objetivos traçados para o curso, bem como o perfil desejado do egresso e as competências relacionadas, com ênfase: a) ética e compromisso; b) papel na formação de estudantes da educação básica; c) promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos; d) domínio de conteúdos específicos e pedagógicos; e) relação da linguagem dos meios de comunicação à educação; f) promoção de relações de cooperação entre instituição e comunidade; g) identificação de questões socioculturais e educacionais; h) consciência à diversidade; i) gestão e organização de instituições de educação básica; j) realização de pesquisas que proporcionem o conhecimento sobre processos de ensinar e aprender; k) utilização de instrumentos de pesquisa para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos; e l) compreensão das diretrizes curriculares nacionais e outros documentos legais que fundamentam o exercício do magistério.

11.2 RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA

O Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias do IFAM CITA valoriza a relação teoria-prática, garantindo ao estudante o mínimo de 25% da carga horária por semestre para atividades práticas. Essa medida visa assegurar ao estudante um eixo articulador do processo de produção do conhecimento, propiciando a ele o vislumbre de possibilidades futuras de engajamento no mundo do trabalho.

O presente PPC tem como premissa que as atividades práticas são ferramentas essenciais no processo de ensino-aprendizagem. Elas potencializam no aluno o aprendizado teórico adquirido em sala de aula, do primeiro ao último semestre do curso.

O discente que estiver cursando Introdução às Ciências Agrárias (disciplina do 1º semestre) terá a oportunidade de realizar atividades práticas relacionadas ao componente curricular, tanto nas dependências do *campus* como em propriedades circunvizinhas e parceiras, vivenciando o dia a dia das propriedades e da vida do homem do campo. Assim poderão entender as principais dificuldades, necessidades e refletir sobre a importância de seu trabalho para a sociedade e para o País.

Nos últimos semestres (5º, 6º e 7º), os discentes terão uma carga horária prática em torno de 20%, além de estágios curriculares obrigatórios, participação em projetos, atividades complementares, o que demonstra a preocupação do colegiado do curso em oportunizar aos estudantes uma elevada vivência prática sobre a futura profissão.

11.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

As práticas pedagógicas serão diversificadas para favorecer a participação e facilitar o aprendizado de todos os alunos. São distribuídas em dois momentos:

- a. Nas disciplinas, que são oferecidas por meio de aulas teóricas, com aplicação dos conhecimentos nas práticas e/ou simulações laboratoriais, podendo ser: i) Participação discente em aulas expositivas, seminários; ii) Atividades em equipe; iii) Apresentação de temas em PIBIC, PIBEX, TCC.
- b. Nos períodos, com ênfase nas atividades práticas. São elas: i) Práticas de laboratório; ii) Pesquisa de campo; iii) Monitoria; iv) Desenvolvimento de projetos de PIBIC, TCC e de extensão; e v) aulas práticas no campo e visitas técnicas.

11.4 INTERDISCIPLINARIDADE

Para se alcançar o perfil de Licenciado em Ciências Agrárias proposto neste Projeto Pedagógico do Curso (PPC) é imprescindível a realização de estudos interdisciplinares que possibilitem a sistematização e o aprofundamento de conceitos e relações, onde o domínio de tais aspectos é fundamental na construção das competências e habilidades profissionais exigidas pelo mundo do trabalho.

Sabe-se ainda que a construção de um conhecimento sólido transpõe o conteúdo de uma única disciplina, necessitando que o aluno, inicialmente, tenha a oportunidade de ter seus conhecimentos contextualizados e que, em sequência, as atividades desenvolvidas propiciem a integração dos conteúdos trabalhados, tornando possível a aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo do Curso no desenvolvimento de uma atividade específica e principalmente, na construção

de novos conhecimentos. Desta maneira, além de aprofundar conhecimentos disciplinares, a organização da matriz curricular apresentada no PPC pretende favorecer um ensino interdisciplinar.

Do ponto de vista epistemológico, interdisciplinaridade consiste em uma abordagem voltada para a interação entre duas ou mais disciplinas, em um processo de integração recíproca de finalidades, objetivos, conceitos, conteúdos, terminologia, metodologia, procedimentos, dados, práticas e formas de organizá-los e sistematizá-los no processo de elaboração do conhecimento.

O trabalho interdisciplinar implica: 1 – integração de conteúdos; 2 – passagem de uma concepção fragmentada para uma concepção unitária e dialógica do conhecimento; 3 – superação da dicotomia entre ensino e pesquisa, considerando o estudo e a pesquisa, a partir da contribuição das diversas ciências; 4 – ensino e aprendizagem centrados numa visão de que se aprende ao longo de toda a vida.

12 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC correspondem a todas as tecnologias que interferem e medeiam os processos informacionais e comunicativos dos seres. Ainda, podem ser entendidas como um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si, que proporcionam, por meio das funções de hardware, software e telecomunicações, a automação e comunicação dos processos de negócios, da pesquisa científica e de ensino e aprendizagem.

As transformações decorrentes da evolução tecnológica vêm definindo mudanças significativas, em todos os segmentos da sociedade, inclusive na educação. Na “era da sociedade informacional”, modernidade é entendida como tecnologia e o curso da história social visto a partir das possibilidades eletrônicas.

Cada vez mais a tecnologia se faz presente nas instituições de ensino e, conseqüentemente, no aprendizado do aluno, seja pelo uso de equipamentos tecnológicos, seja por meio de projetos envolvendo educação e tecnologia.

A TIC está presente no dia a dia de professores e alunos, assim, os processos educacionais utilizados hoje não são suficientes às condições de

aprendizagem da sociedade, a qual possui a necessidade de independência na busca de informações e construção do conhecimento. Este requisito de mudança se dá pelas rápidas transformações tecnológicas a que está submetido o homem moderno. Não podemos mais pensar em ensinar, como na forma tradicional, sem correr o risco de se estar desatualizado e oferecer recursos, técnicas que já não funcionam.

Assim, a utilização de recursos tecnológicos no processo de ensino é cada vez mais necessária, pois torna a aula mais atrativa, proporcionando aos alunos uma forma diferenciada de ensino. Para que isso se concretize de maneira que todos os envolvidos se sintam beneficiados, a questão das TIC deve estar bem consolidada. As formas de ensinar e aprender podem ser beneficiadas por essas tecnologias, como por exemplo, a Internet, que traz uma diversidade de informações, mídias e softwares, que auxiliam nessa aprendizagem.

Frente a essas novas possibilidades é necessário repensar a educação, a integração do ensino com as facilidades proporcionadas pelos recursos da tecnologia da informação e comunicação e os novos papéis que os professores assumirão para possibilitar novas formas de construção do conhecimento (CASTILHO, 2015).

A internet tem se tornado, cada vez mais, um dos principais meios de acesso às informações, e, com isso, uma fonte de pesquisa inesgotável. O IFAM possui acesso a portais de busca e pesquisa de textos científicos facilitando muito as pesquisas na busca das informações através de rede de internet gratuita na Biblioteca e nos Laboratórios de Informática, podendo oferecer novas formas de busca pelo conhecimento por alunos e docentes. Os laboratórios de informática podem ser disponibilizados como uma ferramenta de auxílio à aula de diversas disciplinas, podendo o professor solicitar o acesso a partir de um planejamento.

Nesse contexto, cabe aos professores e estudantes assumirem-se como sujeitos do processo educativo, buscando enfrentar suas dificuldades no processo de ensinar e de aprender com mais compromisso social com sua formação e atuação, posturas adequadas ao objetivo educacional que nosso país tanto precisa.

13 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

O IFAM *campus* Itacoatiara adota a política de livre acesso à rede mundial de computadores, com disponibilização de sinal de banda larga para os servidores e discentes de graduação. A conexão à rede mundial de computadores do *campus* é feita via Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) por meio de fibra óptica e velocidade de 100 Mbit/s full, com redundância via link GSAC de 10 Mbit/s.

13.1 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA E COMPUTADORES

Para garantir a política de acesso livre no *campus* existem cinco roteadores sem fio que cobrem todos os espaços do *campus*, permitindo assim conforto aos estudantes para acessar a rede com seus computadores portáteis ou dispositivos móveis.

Vale reforçar que a Política de Segurança da Informação (PSI/IFAM) determina que os usuários de computadores pertencentes à infraestrutura do IFAM devem obedecer às seguintes normas:

- Não abrir arquivos ou executar programas anexados a e-mails, sem antes verificá-los com um antivírus;

- Criar, transmitir, distribuir, disponibilizar e armazenar documentos, desde que respeite às leis e regulamentações, notadamente àquelas referentes aos crimes informáticos, ética, decência, pornografia envolvendo crianças, honra e imagem de pessoas ou empresas, vida privada e intimidade;

- Não tentar interferir sem autorização em um serviço, sobrecarregá-lo ou, ainda, desativá-lo, inclusive aderir ou cooperar com ataques de negação de serviços internos ou externos;

- Interceptar o tráfego de dados nos sistemas de TI, sem a autorização de autoridade competente;

- Não violar medida de segurança ou de autenticação, sem autorização de autoridade competente;

- Não armazenar ou usar jogos em computador ou sistema informacional do IFAM.

14 MATRIZ CURRICULAR

O Currículo do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias foi concebido em uma perspectiva dinâmica, onde a formação docente será realizada através da emancipação do pensamento e da argumentação, em um exercício permanente de autonomia e criatividade intelectual. O Curso é estruturado em oito períodos cuja matriz curricular tem como Eixo Formador “Ensinar e Aprender Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias na Educação Básica” e abrange três núcleos de conhecimento, com seus componentes curriculares articuladores:

- Núcleo I: núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional;
- Núcleo II: núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos da área de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos;
- Núcleo III: núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular.

14.1 NÚCLEO DE ESTUDOS DE FORMAÇÃO GERAL

São os conhecimentos específicos, pedagógicos e estágio curricular supervisionado.

- CIÊNCIAS AGRÁRIAS - Tecnologia e conhecimentos da Produção Animal, da Produção Vegetal e do Meio Ambiente;
- CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – Tecnologia e conhecimentos exatos e da terra: Matemática, Física, Química, Estatística, Informática, Climatologia
- CIÊNCIAS HUMANAS – Conhecimentos didático-pedagógicos gerais e aplicados: Psicologia, Didática, Filosofia, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, História, Metodologia das Ciências, Legislação da Educação, Fundamentos Sociolinguísticos e outros.

14.2 NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS

Seminário de Estágio; Libras; Educação Inclusiva.

14.3 NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES

São atividades complementares; Seminário da Licenciatura em Ciências Agrárias - SELICA (socialização das cartas de intenção, projetos de pesquisa, artigos e monografias); Prática como Componente Curricular e projetos (PIBID, PIBIC, PIBEX); Atividade Curricular de Extensão I (ACEx I) e Atividade Curricular de Extensão II (ACEx II); A elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será inserida neste eixo disciplinar articulador.

Os conteúdos e atividades deverão ser desenvolvidos com âmbitos e especificidades diferenciadas, visando à elaboração do conhecimento em diversos contextos, articulando variados saberes para a formação plena de um educador reflexivo da área científica.

Assim, a matriz curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias atende aos critérios de organização, seleção e ordenamento dos conteúdos recomendados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) (Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019) e estão estruturadas de forma que a aprendizagem de conteúdos conceituais e instrumentais se concretiza na planificação de posturas profissionais, éticas, críticas, humanísticas e ecológicas.

O currículo do curso e seus componentes são parte de uma proposta que será aperfeiçoada e complementada conforme a necessidade dos envolvidos no processo de formação, respeitando-se a legislação vigente, as diretrizes institucionais e as transformações no contexto educacional.

A matriz curricular é apresentada abaixo (QUADRO 1), com os Componentes Curriculares (disciplinas) distribuídos em oito semestres, com o Núcleo de Formação, Pré-requisitos, as respectivas Carga Horária Teórica (C.H. Teórica), Carga Horária Prática (C.H. Prática), Carga Horária para a Curricularização da Extensão (C.H. Extensão) e Carga Horária Total (C. H. Total).

**QUADRO 1 – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM
CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

1º Período							
Cód	Componente Curricular	Núcleo de formação	Pré-Requisito	C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H. Extensão	C.H. Total
	Informática aplicada a Licenciatura	Geral	-	30	30	-	60
	História da Educação	Geral	-	40	20	-	60
	Filosofia da Educação	Geral	-	32	8	10	40
	Sociologia da Educação	Geral	-	60	-	10	60
	Didática Geral	Geral	-	48	12	10	60
	Psicologia da Educação	Geral	-	32	8	10	40
	Introdução às Ciências Agrárias	Geral	-	8	32	-	40
	Metodologia do Trabalho Científico	Geral	-	20	20	-	40
Subtotal das Disciplinas							400
2º Período							
Cód	Componente Curricular	Núcleo de formação	Pré-Requisito	C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H. Extensão	C.H. Total
	Políticas da Educação	Geral	-	48	12	-	60
	Diversidade e Educação Inclusiva	Aprofundamento dos estudos	-	48	12	-	60
	Didática, currículo e organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo	Geral	-	48	12	-	60
	Tecnologias da Educação	Geral	-	20	20	-	40
	Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos	Geral	-	48	12	-	60
	Ética e Educação	Geral	-	32	8	-	40
	Pesquisa e Processos Educativos	Geral	-	40	20	-	60
Subtotal das Disciplinas							380
3º Período							
Cód	Componente Curricular	Núcleo de formação	Pré-Requisito	C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H. Extensão	C.H. Total
	Química I	Geral	-	30	10	-	40
	Matemática Fundamental	Geral	-	48	12	-	60
	Biologia Geral	Geral	-	32	8	10	40
	Literatura e Produção Textual	Geral	-	48	12	-	60
	Física I	Geral	-	32	8	-	40
	Zootecnia Geral	Geral	-	48	12	10	60
	Ambiente, Saúde e Segurança	Geral	-	32	8	-	40
	Antropologia das Sociedades Indígenas	Geral	-	56	4	10	60

	Tradicionais						
Subtotal das Disciplinas							400
4º Período							
Cód	Componente Curricular	Núcleo de formação	Pré-Requisito	C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H. Extensão	C.H. Total
	Química II	Geral	Química I	30	10	10	40
	Ecologia	Geral	-	32	8	-	40
	Física II	Geral	Física I	32	8	-	40
	Morfologia e Fisiologia Vegetal	Geral	-	32	8	-	40
	Solos e Fertilidade	Geral	-	48	12	10	60
	Produção Animal I	Geral	Zootecnia Geral	48	12	10	60
	Metodologia do Ensino das Ciências Agrárias	Geral	-	30	30	-	60
	Estágio Supervisionado I	Geral	Didática Geral	20	60	-	80
Subtotal das Disciplinas							340
Carga Horária Estágio Supervisionado							80
Subtotal do Período							420
5º Período							
Cód	Componente Curricular	Núcleo de formação	Pré-Requisito	C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H. Extensão	C.H. Total
	Estatística	Geral	-	32	8	-	40
	Produção Vegetal I	Geral	-	48	12	10	60
	Produção Animal II	Geral	Zootecnia Geral	32	8	10	40
	Parâmetros de Qualidade de Água e Esgoto	Geral	-	32	8	-	40
	Processamento de Alimentos	Geral	-	32	8	12	40
	Climatologia Aplicada	Geral	-	30	10	-	40
	Atividade Curricular de Extensão I (ACEx I)	Estudos integradores	-	10	30	40	40
	Estágio Supervisionado II	Geral	Est. Sup. I	40	80	-	120
Subtotal das Disciplinas							300
Carga Horária Estágio Supervisionado							120
Subtotal do Período							420
6º Período							
Cód	Componente Curricular	Núcleo de formação	Pré-Requisito	C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H. Extensão	C.H. Total
	Biodiversidade Amazônica	Geral	-	32	8	10	40
	Produção Vegetal II	Geral	-	48	12	10	60
	Produção Animal III	Geral	Zootecnia Geral	48	12	10	60
	Saneamento Rural	Geral	Par. Qual. Água e Esgoto	32	8	10	40

	Economia e Administração Rural	Geral	-	60	-	10	60
	Silvicultura Tropical	Geral	-	32	8	12	40
	Estágio Supervisionado III	Geral	Est. Sup. II	20	60	-	80
Subtotal das Disciplinas							300
Carga Horária Estágio Supervisionado							80
Subtotal do Período							380
7º Período							
Cód	Componente Curricular	Núcleo de formação	Pré-Requisito	C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H. Extensão	C.H. Total
	Produção Vegetal III	Geral	-	48	12	12	60
	Gestão Ambiental	Geral	-	32	8	-	40
	Aquicultura	Geral	-	48	12	8	60
	Práticas Pedagógicas em Ciências Agrárias	Geral	-	48	12	-	60
	Língua Brasileira de Sinais	Aprofundamento dos estudos	-	32	8	-	40
	Atividade Curricular de Extensão II (ACEx II)	Estudos integradores	-	10	30	40	40
	Estágio Supervisionado IV	Geral	Est. Sup. III	40	80	-	120
Subtotal das Disciplinas							300
Carga Horária Estágio Supervisionado							120
Subtotal do Período							420
8º Período							
Cód	Componente Curricular	Núcleo de formação	Pré-Requisito	C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H. Extensão	C.H. Total
	Extensão Rural	Geral	-	40	20	10	60
	Empreendedorismo	Geral	-	32	8	10	40
	Recuperação de Áreas Degradadas	Geral	-	48	12	-	60
	Educação Ambiental	Geral	-	32	8	10	40
	Agroecologia	Geral	-	32	8	10	40
	Infraestrutura Rural	Geral	-	32	8	-	40
	TCC	Geral	-	20	-	-	20
Subtotal das Disciplinas							300
Total do curso							3.120

OBS.: A Carga Horária para a Curricularização da Extensão (C.H. Extensão) não é uma carga horária adicional, mas parte integrante da carga horária total do curso, segundo a Resolução N° 174 CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2019, Art. 2º, Parágrafo Único.

O quadro abaixo (QUADRO 2) contém as disciplinas optativas, com os Componentes Curriculares (disciplinas), com o Núcleo de Formação, Pré-requisitos, as respectivas Carga Horária Teórica (C.H. Teórica), Carga Horária Prática (C.H. Prática) e Carga Horária Total (C. H. Total).

QUADRO 2 – DISCIPLINAS OPTATIVAS

Cód	Componente Curricular	Núcleo de formação	Pré-Requisito	C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H. Total
	Paisagismo e Jardinagem	Geral	-	20	20	40
	Desenho técnico e topografia	Geral	-	32	8	40
	Mecanização Agrícola	Geral	-	32	8	40
	Irrigação e Drenagem	Geral	-	32	8	40
	Criação de animais silvestres	Geral	-	32	8	40
	Avaliação da Aprendizagem	Geral	-	30	10	40
	Metodologias Ativas para o ensino de Ciências Agrárias	Geral	-	20	20	40

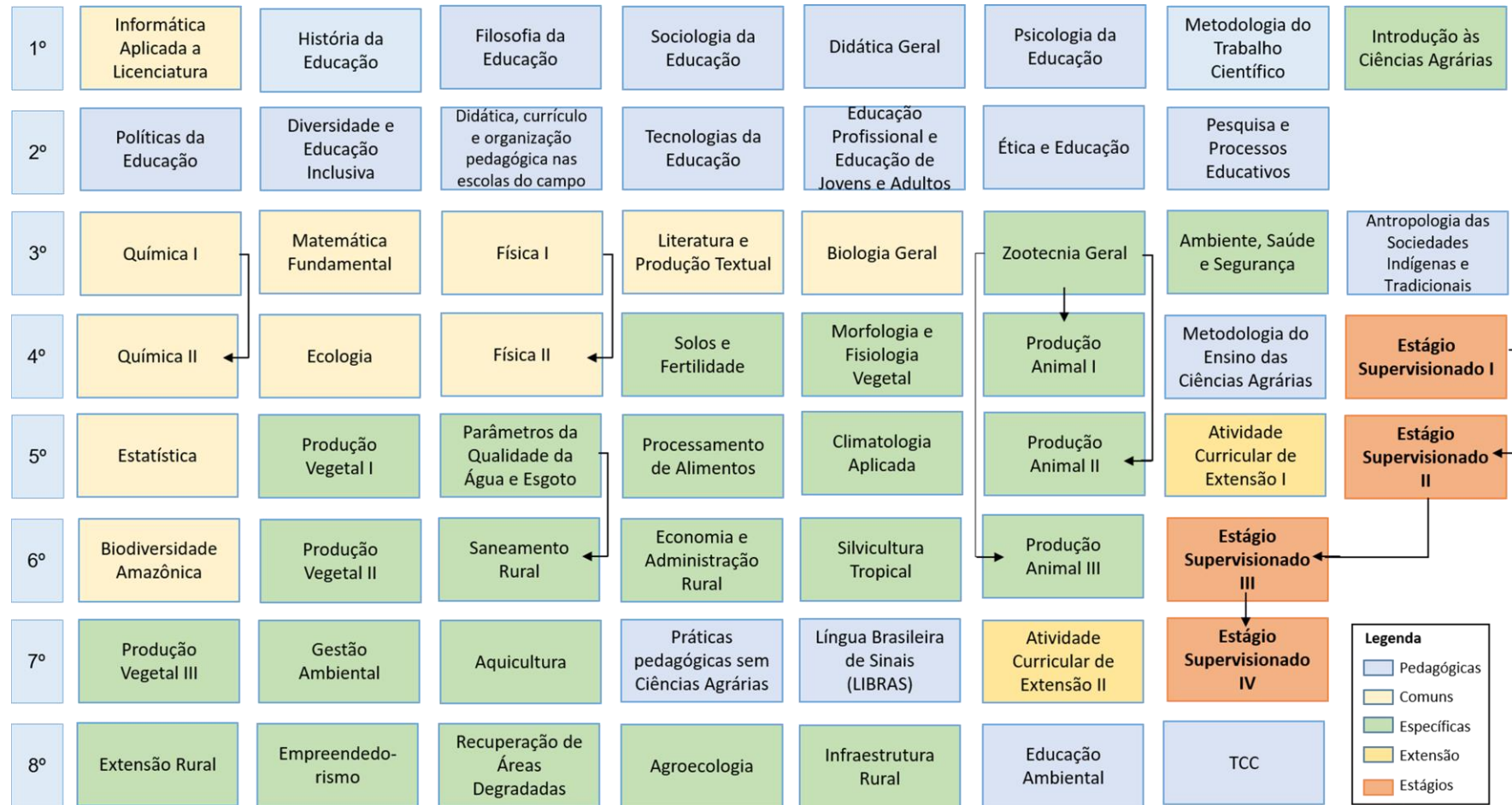
O quadro abaixo (QUADRO 3) apresenta o resumo da Carga Horária Total do Curso.

QUADRO 3 – Carga Horária do Curso

COMPONENTES CURRICULARES (horas)		
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	2.720	2.720
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	606	
DISCIPLINAS OPTATIVAS	120	
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	100	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	400	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	3.340	

OBS: A Prática como Componente Curricular é a sistematização da proposta de articulação entre o saber e o fazer docente nas disciplinas propostas pelo curso, estas já estão dispostas no quadro 01 e serão identificadas mais adiante, no quadro 04 do Item 14 deste documento.

14.4 FLUXOGRAMA CURRICULAR



15 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

A Prática como Componente Curricular é uma atividade essencial de apoio ao processo formativo e ao elaborar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias tornou-se imprescindível prever tempos e espaços onde as práticas serão desenvolvidas, bem como a metodologia a ser adotada para sua realização.

O Parecer CNE/CP Nº 28/2001, estabelece a distinção entre prática como componente curricular, prática de ensino e estágio:

Uma concepção prática mais como componente curricular implica vê-la como dimensão do conhecimento, que tanto está presente nos cursos de formação nos momentos em que se trabalha a reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio nos momentos em que se exercita a atividade profissional (Parecer CNE/CP 28/2001, p.22).

Assim, há que se distinguir, de um lado, a prática como componente curricular e, de outro, a prática de ensino e o estágio obrigatório definidos em lei. A primeira é mais abrangente: contempla os dispositivos legais e vai além deles.

A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente cujas diretrizes se nutrem do Parecer 9/2001 ela terá que ser uma atividade tão flexível quanto outros pontos de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do Projeto Pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador. Esta correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar.

A Prática como Componente Curricular é a sistematização da proposta de articulação entre o saber e o fazer docente nas disciplinas propostas pelo curso, no estágio e nas demais atividades que envolvam o ensino e o contexto escolar. É

articulada ao estágio, mas não faz parte dele, pois acontece desde o início do curso.

O Projeto Pedagógico prevê 400 horas deste tipo de atividade durante todo o curso compreendido entre atividades laboratoriais e prática de ensino, onde o envolvimento dos professores formadores, juntamente com as parcerias com a rede pública de ensino serão essenciais para o desenvolvimento de atividades teórico-práticas. O convênio entre o IFAM a Secretaria Municipal De Educação – SEMED, facilita o desenvolvimento de observações, entrevistas, aplicação de atividades e/ou projetos, etc., contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino público e com a formação dos futuros educadores.

As diferentes práticas encontram-se inseridas na estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias (QUADRO 4), de forma articulada com as atividades de natureza acadêmica, onde algumas disciplinas irão prever momentos específicos para o desenvolvimento destas práticas, que acontecerão ao longo da formação do estudante.

QUADRO 4 – PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL		
	TOTAL		PRÁTICA DE ENSINO Para Licenciaturas
	(horas)	(tempos)	(horas)
História da Educação	60	60	12
Filosofia da Educação	40	40	08
Didática Geral	60	60	12
Psicologia da Educação	40	40	08
Metodologia do Trabalho Científico	40	40	10
Diversidade e Educação Inclusiva	60	60	12
Tecnologias da Educação	40	40	8
Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos	60	60	12
Pesquisa e Processos Educativos	60	60	10
Química I	40	40	08
Matemática Fundamental	60	60	10
Biologia Geral	40	40	10
Física I	40	40	08
Zootecnia Geral	60	60	09
Ambiente, Saúde e Segurança	40	40	08
Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais	60	60	04
Química II	40	40	08
Ecologia	40	40	08
Física II	40	40	08

Morfologia e Fisiologia Vegetal	40	40	08
Solos e Fertilidade	60	60	09
Produção Animal I	60	60	09
Metodologia do Ensino das Ciências Agrárias	60	60	20
Produção Vegetal I	60	60	09
Produção Animal II	40	40	08
Parâmetros da Qualidade da Água e Esgoto	40	40	08
Processamento de Alimentos	40	40	08
Climatologia Aplicada	40	40	08
Biodiversidade Amazônica	40	40	04
Produção Vegetal II	60	60	09
Produção Animal III	60	60	09
Saneamento Rural	40	40	08
Silvicultura Tropical	40	40	08
Produção Vegetal III	60	60	08
Gestão Ambiental	40	40	06
Aquicultura	60	60	08
Práticas Pedagógicas em Ciências Agrárias	60	60	20
Extensão Rural	60	60	20
Empreendedorismo	40	40	04
Recuperação de Áreas Degradadas	60	60	08
Educação Ambiental	40	40	12
Agroecologia	40	40	08
Infraestrutura Rural	80	80	08
CARGA TOTAL			400

De acordo com o que prevê a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, todas as práticas, como planejamento, avaliação e conhecimento do conteúdo deverão ser registradas em portfólio que compile evidências das aprendizagens do licenciando requeridas para a docência.

16 ESTRATÉGIAS DE FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

A dinâmica curricular é implementada sob os princípios da flexibilidade curricular, que abrange possibilidades para a utilização de um tratamento diversificado para os conteúdos ministrados, oportunizando, assim, o acesso dos acadêmicos a saberes e práticas que ampliem e diversifiquem a sua formação tecnológica.

Falar de aprendizagem requer, necessariamente, falar do processo de ensino. A andragogia fornece então importantes orientações e instrumentos para

o desenvolvimento da atividade docente, à medida que através deste referencial teórico é possível compreender o processo de aprendizagem do adulto.

O corpo docente vem sendo preparado a pensar em estratégias que possam conduzir o processo de ensinar de maneira que desafie seus alunos constantemente e também mantenha a inquietação e a curiosidade de aprender sempre vivos. O que se pode observar é que os adultos já têm uma orientação prévia da aprendizagem, pois muitas vezes a motivação para os estudos surge dos questionamentos e demandas que aparecem em seu ambiente de trabalho ou em relação ao desejo de redirecionamento profissional.

Aliado a isso, estão implícitas na aprendizagem dos adultos uma postura autônoma, um alto grau de motivação, o desejo por aprender e uma gama de experiências e vivências. O professor, diante desse cenário, atua como um facilitador e coadjuvante, rompendo a lógica da hierarquia e os princípios da verticalidade na construção do conhecimento.

Assim, foi levando em consideração todos estes pressupostos pedagógicos que a Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias foi construída. Além disso, para que o aluno direcione sua formação para as áreas de seu interesse, o Curso possibilitará a sua participação em atividades acadêmicas ou projetos de ensino-aprendizagem com a intenção de relacionar a teoria com a prática profissional. Também será possível a realização de disciplinas optativas, curso de férias e aproveitamento de estudos, que contribuirão para a flexibilização curricular.

16.1 DISCIPLINAS OPTATIVAS

As disciplinas optativas são componentes curriculares que não integram o currículo do curso, porém devem ser constadas no histórico escolar do egresso. Para o Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, as disciplinas serão ofertadas conforme disponibilidade dos professores e interesse dos alunos, devendo-os cumprir carga horária mínima de 120 horas, cabendo ao Colegiado do Curso decidir sobre os casos excepcionais.

Tais componentes curriculares podem ser reconhecidos na forma de aproveitamento de estudos, desde que seus critérios sejam cumpridos.

16.2 CURSOS DE FÉRIAS

São atividades acadêmicas curriculares, desenvolvidas em regime intensivo, no período de férias escolares, com duração não inferior a três semanas e não superior a seis semanas, devendo ser concluídos antes do início do período regular seguinte.

Para que o Curso de Férias ocorra, é necessário que haja no mínimo dez alunos inscritos para cada componente curricular. Não serão oferecidos componentes curriculares que serão ministrados no semestre seguinte. Casos excepcionais serão decididos pelo Colegiado do Curso.

16.3 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O aproveitamento de estudos é um processo de reconhecimento de componentes curriculares cursados com aprovação em outra instituição ou no próprio IFAM. Tal atividade é regulamentada no âmbito do IFAM pela Resolução Nº 94 CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015, e será aprovada, limitado a 30% (trinta por cento) da carga horária do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, desde que os conteúdos e cargas horárias coincidam em no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) com os componentes curriculares/disciplinas do curso, tenham sido realizados antes do ingresso no IFAM e requerido em um prazo máximo de cinco anos, compreendendo o final do período que a disciplina foi cursada e a data do requerimento.

O mesmo deve ser requerido em prazo estabelecido no calendário acadêmico com indicação dos componentes curriculares que o discente pretende aproveitar, juntamente com o histórico escolar e o ementário referente aos estudos, ambos carimbados e assinados pela instituição de origem. As solicitações serão avaliadas pelo Colegiado do Curso, o qual emitirá um parecer conclusivo sobre o aproveitamento requerido.

16.4 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORMENTE DESENVOLVIDAS

A avaliação para reconhecimento de competências anteriormente adquiridas para fins de continuidade de estudos é uma tônica da legislação educacional e deve ser implementada, atendendo a Resolução CNE/CP Nº 2, de

20 de dezembro de 2019, que Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), bem como ao artigo 16, inciso VI, da Resolução N° 94-CONSUP/IFAM, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

Poderão ser aproveitados conhecimentos experiências anteriores, desde que desenvolvidas em instituições de ensino, em outras atividades docentes ou na área da Educação, adquiridos:

I - *em qualificações profissionais e etapas/módulos concluídos em outro(s) curso(s) de graduação;*

II - *e reconhecidos em processos formais de certificação profissional.*

Os procedimentos de avaliação para aproveitamento de estudos e competências de candidatos com formação prévia relacionada ao perfil compreendem as fases a seguir apresentadas e as técnicas e instrumentos indicados:

a) Orientação e Balanço de Competências:

Propicia visão geral das competências profissionais do candidato em relação ao perfil profissional da qualificação; e

Subsidia o diagnóstico de carências para a decisão sobre a pertinência de avanço para a fase b e c, condicionada ao cumprimento das condições mínimas de reconhecimento, previamente estabelecidas.

As técnicas e instrumentos indicados para a fase A são:

- Entrevista com o candidato;
- Análise documental (*curriculum lattes* e portfólio).

A entrevista e análise documental do candidato possibilitam diagnosticar necessidades, levantar experiências profissionais e apresentar as possibilidades de ingresso no sistema de formação. A entrevista permite uma primeira aproximação com o candidato, visando levantar as suas expectativas e fornecer informações sobre os perfis e itinerários possíveis.

A análise documental do candidato é realizada quando este já fez curso de mesma natureza na instituição em que está pleiteando o reconhecimento de

estudos e competências ou quando já tiver feito um curso em instituição de natureza semelhante. Essa análise documental deve ser feita por uma comissão constituída especificamente para esse fim por Portaria publicada pela Direção Geral do *campus*, composta por três docentes, preferencialmente que ministram disciplinas no curso, que tenham condições de analisar o currículo e verificar as semelhanças e diferenças entre as competências apresentadas pelo candidato e as definidas no perfil profissional do Projeto Pedagógico do Curso.

b) Sistematização das Competências Adquiridas:

Propõe a estruturação do histórico profissional e formativo do candidato e a valoração do mesmo em relação ao perfil profissional do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia;

Oferece o diagnóstico de componentes curriculares e de módulos passíveis de reconhecimento; e

Diagnostica necessidades formativas.

As técnicas e instrumentos indicados para a fase B são: O estudante elaborará um portfólio, no qual deverá apresentar os registros de evidências sobre suas competências profissionais adquiridas em situações reais de trabalho ou em processos formativos. O portfólio pode ser complementado de maneiras diferenciadas, não só por meio de documentos comprobatórios, mas também por meio de vídeos, áudio-cassetes, fotos e outras formas, desde que apresentem claramente as evidências do domínio de competências que se quer comprovar. A respectiva análise do portfólio é realizada pela comissão de docentes acima mencionada.

c) Avaliação e Reconhecimento das Competências Explicitadas:

Realiza a avaliação e o reconhecimento das competências correspondentes ao(s) componente(s) curricular(es) solicitados(s) pelo candidato em processo formativo.

As técnicas e instrumentos indicados para a fase C são: Prova escrita de cunho teórico e prova oral com situações problema são os instrumentos indicados para a avaliação das Competências anteriormente desenvolvidas. O aluno deve evidenciar, por meio de avaliações, aquelas competências adquiridas na experiência acadêmica-profissional. Essas avaliações deverão ter consonância com o perfil profissional da qualificação.

17 RELAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A tríade que sustenta o ensino de graduação, que corresponde à conexão harmônica entre ensino, pesquisa e extensão, está amparada por intermédio das políticas e ações implementadas pela instituição, dentre elas:

- a. Os Programas de Iniciação Científica PIBIC (fomentado pelo CNPq e pelo IFAM) e PAIC (Programa de Apoio a Iniciação Científica do Amazonas, fomentado pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas – FAPEAM) desenvolvidos no IFAM. Esses programas buscam despertar a vocação científica e incentivar estudantes no envolvimento de projetos de pesquisa. Essa dinâmica permite a formação de profissionais qualificados e o encaminhamento à prática da investigação científica.
- b. O Programa de Monitoria do IFAM para a Graduação dá suporte às atividades acadêmicas curriculares previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores. A implantação de um programa como este contribui para a melhoria da qualidade do ensino oferecido por esta IFES, combate a retenção e a evasão escolar, proporciona ao estudante experiência profissional e auxilia os cursos nas diversas tarefas que compõem a atividade docente, tais como: atendimento para reduzir dúvidas de conteúdo de aula, a elaboração, aplicação e correção de exercícios escolares, participação em experiência de laboratório, entre outras. O resultado esperado com o programa é o desenvolvimento científico e pedagógico do acadêmico que demonstre interesse ou dificuldades em relação ao conteúdo de uma disciplina específica, aprofundando o nível dos conhecimentos em um ou mais componentes curriculares.
- c. A Semana de Ciência e Tecnologia é uma atividade articulada entre a Pró-Reitoria de Ensino e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, visando à difusão e a popularização da Ciência & Tecnologia.
- d. O Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) é o programa de incentivo financeiro que tem por finalidade despertar a prática extensionista, incentivando talentos potenciais que proporcionem o conhecimento metodológico das ações de extensão por meio da vivência de novas práticas formativas.

As parcerias contribuirão para a formação do acadêmico-pesquisador que é sujeito na construção de sua aprendizagem por intermédio da pesquisa pura e aplicada, pois essas Instituições oferecem oportunidades de vivência e

participação em atividades de pesquisa científica (estágios de iniciação científica e visitas técnicas monitoradas), amparadas pelos convênios estabelecidos pelo IFAM com essas instituições.

18 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A curricularização da extensão, ou creditação (curricular) da extensão, estratégia prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), foi regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018 e no IFAM pela Resolução N° 174-CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2019.

Consiste na inclusão de atividades de extensão no currículo dos Cursos de Graduação, como parte obrigatória da formação humana de todos os discentes, sob a perspectiva de uma transformação social por meio de programas e projetos orientados por docentes e envolvendo a comunidade externa.

A Extensão na educação é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

A Resolução estabelece, entre outras coisas, que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”. Outra exigência é que as atividades devem ser formadas por ações e produtos que busquem a solução de problemas da sociedade. No curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, a curricularização da extensão será contemplada nas seguintes formas:

- a) Como parte da carga horária de componentes curriculares não específicos de extensão, descritos nas ementas das disciplinas;
- b) Como unidades curriculares específicas de extensão, constituídas pelas disciplinas Atividade Curricular de Extensão I (ACEx I) e Atividade Curricular de Extensão II (ACEx II), com carga horária de 40 horas cada.

O Quadro 5, abaixo, resume a carga horária de extensão por disciplina.

QUADRO 5 – CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Componente Curricular	C. H. Extensão
Filosofia da Educação	10
Sociologia da Educação	10
Didática Geral	10
Psicologia da Educação	10
Biologia Geral	10
Zootecnia Geral	10
Antropologia das Sociedades Indígenas Tradicionais	10
Química II	10
Solos e Fertilidade	10
Produção Animal I	10
Produção Vegetal I	10
Produção Animal II	10
Processamento de Alimentos	12
Atividade Curricular de Extensão I (ACEx I)	40
Biodiversidade Amazônica	10
Produção Vegetal II	10
Produção Animal III	10
Saneamento Rural	10
Economia e Administração Rural	10
Silvicultura Tropical	12
Produção Vegetal III	12
Aquicultura	8
Atividade Curricular de Extensão II (ACEx II)	40
Extensão Rural	10
Empreendedorismo	10
Educação Ambiental	10
Agroecologia	10
Total	334 horas

19 AVALIAÇÃO

O Instituto adota como componentes de avaliação institucional o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que serve de base para o aumento da eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social.

O SINAES foi criado em de 14 de abril de 2004 pela Lei nº 10.861 e é formado por três componentes principais: 1) a avaliação das instituições, 2) dos cursos e 3) do desempenho dos estudantes. Ele avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.

Portanto, o Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias busca alinhar-se com as orientações provenientes das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação, do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Catálogo Nacional de Cursos Superiores com intuito de atender aos parâmetros avaliativos do SINAES.

Para a coleta de dados, poderão ser utilizadas ferramentas virtuais disponíveis *online* para a comunidade acadêmica, durante e após a conclusão do curso, vinculado ao PNAES (Programa Nacional de Assistência ao Educando).

19.1 INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional é um dos componentes do SINAES e está relacionada à melhoria da qualidade da educação superior; à orientação da expansão de sua oferta; ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. A Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades:

A auto avaliação coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da auto avaliação institucional da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação

superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações.

O processo de avaliação externa independente de sua abordagem e se orienta por uma visão multidimensional que busque integrar suas naturezas formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade. Em seu conjunto, os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.

Em 2012, a partir de um rearranjo das atribuições no processo interno de avaliação institucional, foi criada a Coordenação de Avaliação Institucional (CAI), vinculada a PRODIN (Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional). A CAI é a responsável pela produção dos processos internos de avaliação. É ela que, atualmente, elabora periodicamente questionários de avaliação que são aplicados em três segmentos internos (discentes, docentes e técnico-administrativos) e um segmento externo (egressos) e avaliam a gestão acadêmica nos âmbitos administrativos, educacional e acadêmico.

19.2 CURSO

A Avaliação dos Cursos de Graduação é um procedimento utilizado pelo Ministério da Educação (MEC) para o reconhecimento ou renovação de reconhecimento dos cursos de graduação, representando uma medida necessária para a emissão de diplomas. O Decreto N^o 5.773 de 09 de Maio de 2006 instituiu que a avaliação dos cursos realizada pelo SINAES constituirá o referencial básico para os processos de regulação e supervisão da educação superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade. Esta avaliação passou a ser realizada de forma periódica com o objetivo de cumprir a determinação da Lei N^o 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Superior, de 20 de dezembro de 1996, a fim de garantir a qualidade do ensino oferecido pelas Instituições de Educação Superior.

O Formulário eletrônico, instrumento de informações preenchido pelas Instituições, possibilita a análise prévia pelos avaliadores da situação dos cursos, possibilitando uma melhor verificação in loco. Este formulário é composto por três grandes dimensões: a qualidade do corpo docente, a organização didático-pedagógica e as instalações físicas, com ênfase na biblioteca. O processo de

seleção dos avaliadores observa o currículo profissional, a titulação dos candidatos e a atuação no programa de capacitação, a partir de um cadastro permanente disponível no sítio do INEP, o qual recebe inscrições de pessoas interessadas em atuar no processo.

As notas são atribuídas em dois aspectos (acadêmico/profissional e pessoal) pela comissão de avaliação da área. Todos os docentes selecionados farão parte do banco de dados do INEP e serão acionados de acordo com as necessidades do cronograma de avaliações. Para a devida implementação da avaliação, os avaliadores recebem um guia com orientações de conduta/roteiro para o desenvolvimento dos trabalhos e participam de um programa de capacitação que tem por objetivo harmonizar a aplicação dos critérios e o entendimento dos aspectos a serem avaliados.

Ressaltamos que os resultados da avaliação institucional obtidos pela CPA a respeito do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias servirão como instrumentos de gestão, auxiliando na tomada de decisão, orientando o planejamento do dimensionamento dos recursos necessários ao desenvolvimento do curso e ao aperfeiçoamento técnico dos profissionais vinculados, desencadeando melhorias na estrutura geral do curso e nas condições do ensino e aprendizagem.

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) será um dos instrumentos que subsidiarão a produção de indicadores de qualidade e dos processos de avaliação deste curso. Participam do Enade alunos ingressantes e concluintes do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias.

Além do ENADE, poderá ser criado um instrumento interno de avaliação do processo de ensino-aprendizagem pela comunidade acadêmica.

19.3 ALUNO

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que integra o SINAES, tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. O ENADE é realizado por amostragem e a participação no Exame constará no histórico escolar do estudante ou, quando for o caso, sua dispensa pelo MEC.

Em adição, a Avaliação do Rendimento Acadêmico será contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos, abrangendo simultaneamente, aspectos como frequência e de aproveitamento.

Os critérios e instrumentos de avaliação do rendimento acadêmico serão estabelecidos pelos professores e estarão em constante processo de avaliação, podendo ser discutidos com os alunos, destacando-se, prioritariamente, o desenvolvimento:

- I. do raciocínio;
- II. do senso crítico;
- III. da capacidade de relacionar conceitos e fatos;
- IV. de associar causa e efeito;
- V. de analisar e tomar decisões.

A natureza da avaliação do rendimento acadêmico poderá ser teórica, prática ou a combinação das duas formas, ficando a critério do docente a forma e quantidade a ser adotada para cada critério, respeitada, no entanto a aplicação mínima de dois instrumentos individuais por semestre/módulo. O conteúdo da avaliação será definido pelo professor de acordo com o conteúdo ministrado.

O registro do aproveitamento acadêmico será realizado através de notas, obedecendo a uma escala de valores de 0 a 10 (zero a dez), cuja pontuação mínima para aprovação será 6,0 (seis) por disciplina, admitindo-se apenas a fração de 0,5 (cinco décimos). Ressalte-se ainda que a avaliação deve ser uma prática de investigação constante, construída de maneira reflexiva, crítica e emancipatória, e não passiva, repetitiva e coercitiva. Deve ser um instrumento de medida que aponte os avanços, dificuldades ou entraves dos alunos, permitindo ao professor a tomada de decisões no processo de ensino-aprendizagem. A avaliação deverá ocorrer valendo-se de múltiplos procedimentos e instrumentos no desenrolar das disciplinas ou atividades de campo.

A avaliação discente se pautará pela Sistemática de Avaliação do Desempenho Discente do IFAM, conforme a Resolução N° 94 - CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015, e ocorrerá em datas distribuídas no período letivo.

20 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O procedimento de avaliação no Curso Superior de Licenciatura em Ciências Agrárias segue o que preconiza a Resolução Nº 94 –CONSUP/IFAM de 23 de dezembro de 2015 - Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, procurando avaliar o aluno de forma contínua e cumulativa, de maneira que os aspectos qualitativos se sobressaiam aos quantitativos.

Em concordância com o Art. 137, a avaliação da aprendizagem no curso dar-se-á por meio de provas, tarefas realizadas em sala de aula, individualmente ou em grupo, trabalhos monográficos entre outros. Esses instrumentos serão utilizados conforme a natureza da avaliação que pode ser teórica, prática ou a combinação das duas formas. O docente pode aplicar quantos instrumentos forem necessários para alcançar os objetivos da disciplina, contanto que respeite a aplicação mínima de 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por período letivo. Ainda sobre o docente, compete a ele divulgar aos discentes o resultado de cada avaliação antes da realização da seguinte.

As avaliações são realizadas semestralmente, e a pontuação mínima para promoção é 6,0 (seis) por disciplina, admitindo-se a fração de apenas 0,5 (cinco décimos). Sendo assim, as frações de 0,3, 0,4, 0,6 e 0,7 são arredondadas para 0,5; e as 0,1, 0,2, 0,8 e 0,9 são arredondadas para o número natural mais próximo.

Será considerado promovido na disciplina o discente que obtiver a Média Semestral (MS) igual ou maior que 6,0 (seis) e frequência igual ou maior que 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas ministradas por disciplina. O discente que obtiver Média Semestral (MS) no intervalo $2,0 \leq MS < 6,0$ na disciplina e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária ministrada na disciplina, terá garantido o direito de realizar o EXAME FINAL nessa disciplina. O discente que obtiver Média Semestral (MS) menor que 2,0 (dois) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária da disciplina oferecida em cada período, estará retido por nota nessa disciplina. Ainda, será considerado retido na disciplina o discente que, mesmo obtendo média igual ou maior a 6,0 (seis), cumprir frequência menor que 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas ministradas por disciplina.

20.1 PROVA DE SEGUNDA CHAMADA

Conforme o artigo 143, da Resolução Nº 94-CONSUP/IFAM, os estudantes que, por motivo devidamente justificado, não comparecerem à avaliação presencial, poderão em um prazo de 72 (setenta e duas) horas desde a sua realização, considerando os dias úteis, requerer avaliação em segunda chamada.

A solicitação deverá ser feita por meio de requerimento encaminhado ao protocolo do *campus*, anexando documentos comprobatórios que justifiquem a ausência na avaliação presencial. Compete à Coordenação de Curso, após a análise, autorizar ou não, a avaliação de segunda chamada, ouvido o docente da disciplina, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a solicitação do discente.

Caberá ao docente da disciplina agendar a data e horário da avaliação de segunda chamada, de acordo com os conteúdos ministrados e em concordância com o cronograma do curso.

20.2 EXAME FINAL

O Exame Final consiste numa avaliação, cujos conteúdos serão estabelecidos pelo docente, podendo contemplar todo o conteúdo ou os conteúdos julgados como de maior relevância para o discente no componente curricular.

Terá garantido o direito de realizar o Exame Final, o discente que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \text{ (dois)} \leq MD < 6,0 \text{ (seis)}$ e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária ministrada na disciplina.

Compete ao docente divulgar a relação dos discentes para o Exame Final, por meio de convocação, conforme cronograma estabelecido pela Coordenação do Curso.

O Exame Final será realizado, preferencialmente, após a publicação do resultado final da disciplina. Deve constar, obrigatoriamente, de uma prova escrita, podendo ser complementada, a critério do professor, por prova prática e/ou oral. Para efeito de cálculo da Média Final da Disciplina (MFD) será considerada como supracitado a expressão:

$$MFD = \frac{MD + EF}{2} \geq 6,0$$

Onde:

MFD = Média Final da Disciplina;

MD = Média da Disciplina;

EF = Exame Final.

O discente que, submetido ao Exame Final, obtiver neste uma nota igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) é considerado aprovado.

20.3 PROMOÇÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

Para efeito de promoção ou retenção nos Cursos de Graduação serão aplicados os critérios especificados pela Resolução nº 94-CONSUP/IFAM:

- será considerado promovido no componente curricular o discente que obtiver a Média da Disciplina (MD) $\geq 6,0$ e frequência igual ou maior que 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas ministradas por componente curricular.
- o discente que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \leq MD < 6,0$ na disciplina e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária ministrada na disciplina, terá garantido o direito de realizar o Exame Final nesse componente curricular.
- o discente que obtiver Média da Disciplina (MD) $< 2,0$ e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do componente curricular oferecido em cada período, estará retido por nota nesse componente curricular.
- o discente que obtiver Média da Disciplina (MD) $\geq 6,0$ e frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do componente curricular oferecido em cada período, será considerado retido por falta.

Os discentes que permanecerem reprovados em alguma disciplina poderão requerer, via formulário próprio através de protocolo, a realização da disciplina. Uma vez que o curso não será de oferta anual, a cada final de semestre a Coordenação do Curso realizará a listagem das aprovações e pendências por parte dos alunos e verificará, em comum acordo com a Coordenação Geral de Ensino e o professor responsável pela disciplina, a possibilidade da nova oferta da

disciplina com alunos em pendências na forma de curso de férias ou componente curricular do semestre seguinte.

21 APOIO AO DISCENTE

O Departamento de Assistência Estudantil (DAES) faz parte da estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN). Foi criado em 21 de setembro de 2016 por meio da Portaria N° 1.981/2016 do Gabinete do Reitor do IFAM, concentrando nele a Coordenação Geral de Apoio ao Estudante e o Setor de Psicologia.

Em sua atuação mais voltada para os discentes, tem por objetivo desenvolver o Plano de Assistência Estudantil do IFAM em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (Decreto 7.234/2010); Política de Assistência Estudantil- PAES/IFAM, instituída por meio da Resolução N° 13-CONSUP/IFAM, aprovada pelo Conselho Superior do IFAM, em 9 de junho de 2011, e Portaria N° 1.000-GR/IFAM, de 7 de outubro de 2011; o Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos Discentes do IFAM, bem como a Resolução nº 94-CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a Nova Organização Didático-Acadêmica do IFAM, contribuindo para permanência dos discentes no âmbito do Instituto Federal do Amazonas até a conclusão do curso, especialmente os de baixa renda familiar.

O Departamento de Serviço Social do IFAM é o setor profissional responsável por trabalhar questões sociais vivenciadas pelos discentes, objetivando minimizar desigualdades sociais, garantindo direitos, promovendo a equidade, a justiça social, e contribuindo para a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como a sua gestão democrática.

Nele estão lotados os profissionais Assistentes Sociais, assim como todas as ações no âmbito das políticas sociais voltadas para os discentes dentro do Instituto. Por meio desses profissionais e departamento, os discentes são atendidos em suas demandas mais imediatas, conforme o nível de vulnerabilidade apresentada, entre elas:

- Isenção de taxa de inscrição em concurso no IFAM ou para prova de segunda chamada;

- Acesso à matrícula por meio da lei de cotas (Lei nº 12.711/2012);
- Política de Assistência Estudantil do IFAM;
- Acompanhamento socioeducacional do discente;
- Ciclo de palestras;
- Seguro de vida;
- Bolsa Permanência;
- Alimentação escolar.

A política de assistência Estudantil do IFAM (IFAM-PAES) tem como prerrogativa a garantia da democratização das condições de acesso, permanência e êxito dos estudantes matriculados na Rede EPCT em todos os níveis e modalidade de ensino, prioritariamente, aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, tendo como um de seus instrumentos legais o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES.

No IFAM o Programa Socioassistencial Estudantil é regulamentado pela Resolução Nº 13-CONSUP/IFAM, de 09 de junho de 2011 em conformidade com o Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010 do Ministério da Educação.

Ele tem por objetivo proporcionar aos estudantes matriculados no IFAM em vulnerabilidade social mecanismos que garantam o seu desenvolvimento educacional, através da concessão de benefício social mensal, com vistas a minimizar os efeitos das desigualdades sociais e territoriais sobre as condições de acesso, permanência e êxito dos estudantes, bem como, reduzir as taxas de retenção e evasão, ao contribuir para a promoção da equidade social e ao exercício de sua cidadania pela educação.

O Programa é composto, prioritariamente, pelo Programa Socioassistencial Estudantil, que dispõe de ações voltadas para o suprimento das necessidades socioeconômicas do estudante em vulnerabilidade, e pela constituição institucional de Programas Integrais, que mesmos voltados a estudantes vulneráveis, visem outras ações para atenção integral dos estudantes, de maneira a se consolidar, efetivamente, uma Política de Assistência Estudantil na instituição.

21.1 PROGRAMA SOCIOASSISTENCIAL ESTUDANTIL

Este Programa é operacionalizado em modalidade de benefício básico e suplementar, aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, matriculados nos níveis e modalidades de ensino existentes no IFAM.

a) Benefício (modalidade básico): compreende na oferta de concessão de benefícios (em espécie ou em benefícios materiais) para auxiliar no atendimento das necessidades dos estudantes do IFAM, em situação de vulnerabilidade social, em dificuldade de prover as condições necessárias para o acesso, permanência e êxito de seu desenvolvimento educacional na instituição, considerando o atendimento básico como direito à educação. Eles são:

- Benefício alimentação;
- Benefício transporte;
- Benefício moradia;
- Benefício alojamento;
- Benefício creche;
- Benefício material didático-pedagógico e escolar.

b) Benefício (modalidade complementar): compreende na oferta de concessão de benefícios (em espécie ou em benefícios materiais) para auxiliar no atendimento das necessidades dos estudantes, que mesmo recebendo o benefício básico continua em situação de vulnerabilidade social ou em eminência de agravo da situação social demandada. Deste modo, caracterizam-se como benefícios cumulativos. Esse benefício é:

- Benefício de emergencial.

21.2 PROGRAMAS INTEGRAIS

Os Programas Integrais são subdivididos nas seguintes linhas de ações: Atenção à Saúde; Acolhimento biopsicossocial do estudante; e Serviços de promoção, prevenção, e vigilância a saúde dos discentes. Eles podem desenvolver-se em parceria com órgão e instituições de atendimento à saúde do cidadão via rede do SUS.

- Programa de Apoio Psicológico;
- Programa de Apoio Pedagógico;

- Programa de Apoio à Cultura;
- Programa de Incentivo ao Esporte;
- Programa de Inclusão Digital;
- Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e Superdotação;
- Programa monitoria.

Vale mencionar que os discentes do IFAM contam também com atendimento médico-odontológico e serviço psicológico. Maiores informações podem ser obtidas no Guia do Discente. Em adição, há outras formas de apoio ao discente no que tange à pesquisa, à extensão, ao ensino.

21.3 INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A atividade de Pesquisa no IFAM é uma excelente forma de incentivo à promoção da carreira de pesquisador para seu quadro de alunos, proporcionando a eles a produção do conhecimento e a experiência de ciência, tecnologia e inovação que visem dar continuidade aos seus estudos ou a especialização para uma carreira futura.

É através da pesquisa que os alunos desenvolvem propostas de projetos de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação com temáticas de seus interesses no curso que estão se aperfeiçoando no IFAM. As propostas podem ser de qualquer área teórica ou experimental que contribua para sua formação e posteriormente, sirva para o seu futuro no mercado de trabalho ou para continuidade dos estudos. A atividade possui orientação de um professor pesquisador qualificado. O aluno pesquisador recebe uma bolsa como apoio financeiro do próprio Instituto ou a partir de Instituições de fomento como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O Instituto oferece bolsas de pesquisa e extensão com pagamento de auxílio financeiro do próprio IFAM ou financiado pelas Instituições de Fomento do País ou Estado do Amazonas. As bolsas têm vigência de 08 (oito) a 12 (doze) meses, não geram vínculo empregatício e a remuneração tem valor diferenciado para níveis Médio Técnico e Superior, conforme estipulado no edital. Além disso,

os alunos do Instituto podem participar como voluntários nos projetos de pesquisa e extensão, sem remuneração.

O IFAM concede bolsas de Iniciação Científica dos Programas do Governo Federal e Estadual, sendo estes os principais Programas de Iniciação Científica:

- Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC), para o nível de graduação;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) para alunos de Graduação;
- Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC) para alunos de graduação, financiado pela FAPEAM;
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e de Inovação Tecnológica (PADCIT) direcionado ao apoio de projetos de Inovação de docentes interessados no desenvolvimento de Pesquisa Aplicada e Inovação Tecnológica, sendo convidado a participar os alunos de ambos os níveis.

Os requisitos podem ser consultados no Guia do Discente.

21.4 PROGRAMA DE EMPREENDEDORISMO – INCUBADORA DE EMPRESAS AYTY

Empreender é identificar as oportunidades oferecidas e buscar desenvolver ferramentas para aproveitá-las de forma criativa, assumindo riscos e desafios. O IFAM promove oportunidades de empreendedorismo para seus discentes, através da AYTY.

Mais informações presentes no Guia do Discente.

21.5 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE EXTENSÃO (PIBEX)

É o programa de incentivo financeiro que tem por finalidade despertar no corpo docente, técnico e discente a prática extensionista, incentivando talentos potenciais que proporcionem o conhecimento metodológico das ações de extensão por meio da vivência de novas práticas formativas. O PIBEX oferece bolsas para desenvolvimento de projetos de extensão, sendo o próprio Instituto a fonte financiadora. Essas bolsas têm vigência de até 12 (doze) meses e a remuneração tem valor diferenciado para discentes de Nível Médio e Superior, sendo estipulado em edital de chamada. Além disso, possibilita ainda aos discentes a participação como voluntários nos projetos de extensão.

Mais informações presentes no Guia do Discente.

21.6 PROGRAMA DE APOIO A EVENTOS – PAEVE

É um programa que visa apoiar a realização de ações de extensão na modalidade “evento” que implica a apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, com o envolvimento da comunidade externa, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pelo IFAM. Objetiva ainda divulgar produção extensionista do IFAM e a socialização de saberes entre os partícipes, contribuindo para o fortalecimento da relação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão.

Mais informações presentes no Guia do Discente.

21.7 CURSOS DE EXTENSÃO

É ação pedagógica de caráter teórico e prático, presencial ou à distância, planejado para atender às necessidades da sociedade, visando ao desenvolvimento, à atualização e ao aperfeiçoamento de conhecimentos, com critérios de avaliação definidos (FORPROEXT, 2015).

Mais informações presentes no Guia do Discente.

21.8 NÚCLEO DE ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS – NAPNE

O NAPNE tem como objetivos levar profissionalização para pessoas com necessidades educacionais específicas - PNE (deficientes, superdotados/altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento) por meio de cursos de formação inicial e continuada, técnicos, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino visando a inserção dos PNE's.

No *campus* Itacoatiara, o NAPNE está em fase de implantação. Os NAPNE nos *Campi* auxiliam discentes e servidores com necessidades educacionais específicas. Nesses núcleos podem ser encontrados auxílio de interprete de libras, adaptações de materiais didáticos, entre outros recursos para melhor atendimento dos discentes com deficiência. Os NAPNE desenvolvem também cursos livres de extensão e outras atividades inclusivas.

21.9 MOBILIDADE ACADÊMICA, NACIONAL E INTERNACIONAL, DE ESTUDANTES DO IFAM

A Resolução Nº 050-CONSUP/IFAM, 12 de dezembro de 2014, estabelece as normas e procedimentos para a Mobilidade Acadêmica, nacional e internacional, de estudantes dos Cursos do IFAM.

Neste documento a Mobilidade Acadêmica se conceitua como o processo pelo qual o estudante desenvolve atividades em instituição de ensino distinta da que mantém vínculo acadêmico em nível nacional ou internacional. São consideradas como atividades de Mobilidade Acadêmica aquelas de natureza acadêmica, científica, artística e/ou cultural, como cursos, estágios e pesquisas orientadas que visem à complementação e ao aprimoramento da formação do estudante.

A mobilidade acadêmica no IFAM poderá ocorrer por meio de:

a) Adesão a Programas do Governo Federal;

b) Adesão a Programas de Mobilidade Internacional por meio de Convênio interinstitucional com instituição de ensino superior internacional previamente celebrado;

c) Programas de Mobilidade do IFAM;

A Mobilidade Acadêmica tem por finalidade:

- Proporcionar o enriquecimento da formação acadêmico-profissional e humana, por meio da vivência de experiências educacionais em instituições de ensino nacionais e internacionais;
- Promover a interação do estudante com diferentes culturas, ampliando a visão de mundo e o domínio de outro idioma;
- Contribuir para a formação de discentes dedicados ao fortalecimento da capacidade inovadora do IFAM;
- Favorecer a construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico do estudante, contribuindo para seu desenvolvimento humano e profissional;
- Estimular a cooperação técnico-científica e a troca de experiências acadêmicas entre estudantes, professores e instituições nacionais e internacionais;
- Propiciar maior visibilidade nacional e internacional ao IFAM;
- Contribuir para o processo de internacionalização do ensino no IFAM.

21.10 OUVIDORIA

A Ouvidoria se constitui em uma instância de controle e participação social responsável pelo tratamento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios relativos às políticas e aos serviços públicos, prestados pelo IFAM.

As manifestações podem ser dos seguintes tipos:

a) Denúncia: Comunicação de prática de ato ilícito cuja solução dependa da atuação de órgão de controle interno (Auditoria Interna, Unidade de Correição) e externo (TCU, CGU, PF).

b) Elogio: Demonstração ou reconhecimento ou satisfação sobre o serviço oferecido ou atendimento recebido pelo IFAM.

c) Reclamação: Demonstração de insatisfação relativa a serviço público oferecido pelo IFAM.

d) Solicitação: Requerimento de adoção de providência por parte da Administração do IFAM.

e) Sugestão: O demandante apresenta uma comunicação verbal ou escrita propondo uma ação de melhoria ao IFAM.

A comunidade acadêmica pode entrar em contato com a Ouvidoria pelo telefone: (92) 3306-0022 e/ou pelo endereço: <http://www.ouvidorias.gov.br/cidadao/registre-sua-manifestacao>, além de ter a liberdade de procurar pessoalmente na sala da Ouvidoria Geral, na Reitoria do IFAM, localizada na R. Ferreira Pena, 1109 - Centro, Manaus – AM, ou nas Ouvidorias Setoriais, em cada *campus* do IFAM.

22 PERFIL DO EGRESSO

Ao Licenciado em Ciências Agrárias caberá ter desenvolvido em seu perfil profissional conhecimentos pedagógicos, técnico-científicos e sociopolíticos, atuando na docência na educação básica, técnica e tecnológica e em equipes multidisciplinares, identificando, incentivando e qualificando os arranjos produtivos locais, com vistas a contribuir para o desenvolvimento rural, social e ambiental.

Busca-se a consolidação de um perfil de egresso que seja autônomo, com pensamento crítico, capaz de articular o conhecimento acadêmico, científico e tradicional, relacionando-os com os contextos históricos, políticos, econômicos,

sociais e culturais da realidade em que está inserido. Projeta-se também que este profissional haja sempre com espírito investigativo, apto a ser um agente transformador da realidade, trabalhando de forma coletiva e interdisciplinar e que consiga, então, através de sua prática pedagógica, ser sempre crítico e reflexivo.

Assim, o profissional formado no curso de Licenciatura em Ciências Agrárias poderá atuar em todos os níveis de educação, como educação básica, em instituições que ofereçam cursos na área de Ciências Agrárias, em instituições que desenvolvam programas de educação agrícola para jovens e adultos, além das instituições que capacitem recursos humanos para a agricultura, oferecendo ações de assistência técnica, extensão rural, produção e serviços afins, como prefeituras, associações, cooperativas e empresas agrícolas.

23 CORPOS DOCENTE E ADMINISTRATIVO

23.1 CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso está apresentado no Quadro 5. Este é composto atualmente por 29 professores sendo quatro doutores, 18 mestres, e seis especialistas. Todo corpo docente é composto por servidores com dedicação exclusiva, denotando capacidade de orientação de trabalhos de conclusão de curso, orientação de trabalhos de iniciação científica, participação no NDE e Colegiado do curso, participação em reuniões de planejamento, entre outras.

Diversos professores possuem experiência profissional além da docência no ensino básico, com vivência na iniciativa privada ou em instituições de pesquisa e extensão, demonstrando capacidade de interação com o mundo do trabalho, possibilitando exemplos reais aos alunos.

Deste quadro de professores alguns já ingressaram no instituto com experiências prévias em ensino superior tanto na área de ciências agrárias quanto na área das licenciaturas, outros possuem experiências com educação à distância, facilitando o entendimento e futuras ações propostas pelo NDE e Colegiado.

Todas as atividades dos docentes estarão semestralmente publicadas em seus Planos Individuais de Trabalho (PITs) na página do curso, tornando público seus horários de atendimento, orientação e atividades de ensino.

A coordenação do curso será responsável por elaborar um Plano de capacitação docente visando atender as qualificações demandadas pelo quadro de professores, em consonância com o corpo conceitual apresentado.

Eventualmente poderão ser convidados professores externos para ministrar conteúdos específicos em que o IFAM não conte com profissionais capacitados a ministrá-los, sendo responsabilidade da Coordenação Pedagógica articular tal participação, fazendo a devida contextualização e inserção dos mesmos no processo em andamento, evitando intervenções desconexas da concepção, dos propósitos e das finalidades do curso. Como estratégia para o (re)pensar das práticas desenvolvidas no curso em termos didático-pedagógicos, será instituído uma agenda de reuniões sistemáticas, onde ocorrerão:

- momentos de atualização pedagógica e reflexões a respeito do curso e das estratégias adotadas no mesmo;
 - socialização de experiências e práticas realizadas;
 - elaboração, aperfeiçoamento, avaliação e revisão de planejamentos por disciplinas ou áreas;
 - auto avaliação do trabalho realizado na(s) disciplina(s) ministrada(s), etc.
- Cada professor terá destinado duas horas por semana de sua carga horária, em dia previamente estabelecido, para as reuniões pedagógicas. É previsto anualmente em calendário a realização de reuniões de planejamento, com todos os docentes da instituição.

O quadro abaixo (QUADRO 6) apresenta a relação dos discentes do IFAM *campus* Itacoatiara.

QUADRO 6 – RELAÇÃO DOS DOCENTES

Nome	Graduação	Titulação	Vínculo Institucional	Regime de Trabalho
Adriano Honorato de Souza	Licenciatura em Informática	Mestre	Professor efetivo	DE
Amarildo Muniz do Carmo	Licenciatura em Informática	Especialista	Professor efetivo	DE
Ana Rita de Oliveira Braga	Engenharia Florestal	Mestre (Doutoranda)	Professor efetivo	DE
Anderson Fonseca Junior	Licenciatura em Matemática	Especialista	Professor efetivo	DE
Andrey Luis Bruyns de	Agronomia	Mestre	Professor	DE

Sousa			efetivo	
Antônio Marcos Lima Xavier	Licenciatura em Informática	Especialista	Professor efetivo	DE
Daiane Oliveira Medeiros	Ciências Contábeis	Mestre	Professor efetivo	DE
Daniele Silva de Almeida	Licenciatura em Artes	Mestre	Professor efetivo	DE
Di Angelo Matos Pinheiro	Licenciatura em Física	Mestre (Doutorando)	Professor efetivo	DE
Ellen Silva de Oliveira Marques	Administração	Mestre	Professor efetivo	DE
Elmar Cordeiro da Silva	Licenciatura em Geografia	Especialista	Professor efetivo	DE
Erick Rodrigo Santos Almeida	Licenciatura em Letras / Língua Portuguesa	Mestre	Professor efetivo	DE
Francimauro Sousa Morais	Bacharelado em Química	Doutor	Professor efetivo	DE
Francinete Soares Martins	Filosofia	Mestre	Professor efetivo	DE
Francisco das Chagas Silva Reis	Licenciatura em Filosofia	Mestre	Professor efetivo	DE
Jonatan Onis Pessoa	Engenharia Ambiental	Mestre	Professor efetivo	DE
Kaline Ziemniczak	Licenciatura em Ciências Biológicas	Doutora	Professor efetivo	DE
Leonor Ferreira Neta Toro	Licenciatura em Letras / Língua Portuguesa	Mestre	Professor efetivo	DE
Lucas Diógenes Leão	Licenciatura em Educação Física	Mestre	Professor efetivo	DE
Mafran Martins Ferreira Júnior	Bacharelado em Sistemas de Informação	Mestre	Professor efetivo	DE
Paloma Maciel Alencar	Licenciatura em Letras / Língua Inglesa	Especialista	Professor efetivo	DE
Rafael Augusto Ferraz	Agronomia	Doutor	Professor efetivo	DE
Rondon Tatsuta Yamane Baptista de Souza	Zootecnia	Mestre	Professor efetivo	DE
Salomão Amazonas Barros	Licenciatura em Letras / Língua Portuguesa	Graduação	Professor efetivo	DE
Sarah Ragonha de Oliveira	Zootecnia	Mestre	Professor efetivo	DE
Tarcísio Serpa Normando	Licenciatura em História	Doutor	Professor efetivo	DE
Vellyan José dos Santos Ferreira	Administração	Mestre	Professor efetivo	DE
Vinicius John	Licenciatura em Ciências Sociais	Mestre (Doutorando)	Professor efetivo	DE
Wenndisson da Silva Souza	Sistemas de Informação	Especialista	Professor efetivo	DE

23.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O IFAM *campus* Itacoatiara conta com corpo de técnicos de nível médio e de graduação das mais diversas formações em seu quadro funcional, conforme Quadro 7.

QUADRO 7 – RELAÇÃO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Nome	Cargo	Vínculo Institucional	Regime de Trabalho
Ademir Maciel de Souza	Administrador	IFAM CITA	40 h
Âmina Gomes Lyra	Assistente em Administração	IFAM CITA	40 h
Augusto Jofre Ribeiro Lima Junior	Assistente em Administração	IFAM CITA	40 h
Claudiomar de Souza Pereira	Auxiliar de Biblioteca	IFAM CITA	40 h
David Gleyson Ramos	Técnico de Laboratório Área Informática	IFAM CITA	40 h
Dayane Barreto Martins Ribeiro	Técnico em Assuntos Educacionais	IFAM CITA	40 h
Deilce Muca de Araújo	Técnico em Agropecuária	IFAM CITA	40 h
Dinalva Magalhães Sousa	Assistente de Aluno	IFAM CITA	40 h
Dorimar Monteiro de Lemos	Assistente em Administração	IFAM CITA	40 h
Eraldo Meireles de Assis	Técnico em Contabilidade	IFAM CITA	40 h
Eri Nogueira Moraes	Técnico de Laboratório Área Ciências	IFAM CITA	40 h
Fábio Rodrigues de Magalhães	Técnico em Agropecuária	IFAM CITA	40 h
Fernanda Lima Maciel	Contador	IFAM CITA	40 h
Franci Moraes de Oliveira	Assistente de Aluno	IFAM CITA	40 h
Francicléia da Silva Medeiros	Assistente Social	IFAM CITA	40 h
Gilson Correa Gomes	Assistente de Aluno	IFAM CITA	40 h
Iêda Diniz Tavares	Assistente Social	IFAM CITA	40 h
Jacirene Maria Gadelha Mendonça	Cozinheiro	IFAM CITA	40 h
Jarlyson Ramos dos Santos	Técnico de Tecnologia da Informação	IFAM CITA	40 h
João Batista Bezerra dos Santos	Técnico em Enfermagem	IFAM CITA	40 h
Josimar Gonçalves Vargas	Contador	IFAM CITA	40 h
Max Deulen Baraúna Nogueira	Bibliotecário	IFAM CITA	40 h

Paula Fernanda Queiroz Pereira Limpas	Enfermeiro	IFAM CITA	30 h
Sandro Ferronato Francener	Médico Veterinário	IFAM CITA	40 h
Silvio Gonzaga Filho	Engenheiro Agrônomo	IFAM CITA	40 h
Suziane de Souza Andrade	Psicólogo	IFAM CITA	40 h
Uelitânia Alves de Vasconcelos	Assistente em Administração	IFAM CITA	40 h

24 COORDENAÇÃO DO CURSO

Para atuar como coordenador do curso é necessário que o docente tenha formação na área de Ciências Agrárias e/ou áreas afins, ser docente do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, preferencialmente possuir título de doutor, ter vínculo efetivo com o IFAM, não estar em estágio probatório e atuar em regime de trabalho de Dedicção Exclusiva (D.E.). O coordenador do curso será escolhido para o primeiro mandato pela Direção Geral do *campus*, e após três anos, o mesmo deverá ser eleito pelo corpo docente do curso, trianualmente, podendo ser reeleito consecutivamente por mais duas vezes, em votação fechada, atendendo aos critérios acima listados.

O coordenador do curso tem um espaço físico para trabalho, localizado na sala de coordenadores de cursos do IFAM *campus* Itacoatiara e conta com apoio de mobília de escritório, computador, acesso à internet, impressora e armários para controle de documentos.

A atuação do coordenador deve ser pautada na gestão do curso, intermediação da relação entre docentes e discentes, com tutores e equipe multidisciplinar (quando for o caso), bem como com a representatividade nos colegiados superiores. O coordenador deve apresentar um plano de ação documentado e compartilhado com toda a comunidade, prevendo indicadores de desempenho de sua atuação na coordenação disponíveis e públicos. O coordenador administra a potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria continua, bem como estimulando o corpo docente às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

25 COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de Curso é um órgão consultivo e normativo, no âmbito de sua atuação, constituído por representantes dos quadros docente, discente e técnico-administrativo, que têm suas atribuições previstas na Resolução Nº 22 - CONSUP/IFAM, de 23 de março de 2015, que trata do Colegiado do Curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

Entre suas atribuições destaca-se: I. Analisar, avaliar e propor alterações ao Projeto Pedagógico do Curso a ser analisado pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE; II. Propor e/ou validar a realização de atividades complementares do Curso; III. Acompanhar os processos de avaliação (externa e interna) do Curso; IV. Decidir, em primeira instância, recursos referentes à matrícula, convalidação de disciplinas, à validação de Unidades Curriculares e à transferência de curso ou turno; V. Emitir análise de Aproveitamento de estudos, conforme Resolução nº 94 CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015, Art. 100; VI. Avaliar e coordenar as atividades didático-pedagógicas do curso; VII. Propor, elaborar e implementar, projetos e programas, visando melhoria da qualidade do curso; VIII. Analisar solicitações referentes à avaliação de atividades executadas pelos discentes e não previstas no Regulamento de Atividades Complementares; IX. Analisar as causas determinantes do baixo rendimento escolar e evasão dos discentes do curso e propor ações para equacionar os possíveis problemas.

O Colegiado de Curso de Licenciatura de Ciências Agrárias será composto por 06 (seis) membros titulares e por 04 (quatro) suplentes assim distribuídos: 03 (três) membros docentes titulares e 02 (dois) membros docentes suplentes; 01 (um) representante discente titular e 01 (um) representante discente suplente; 01 (um) representante do corpo técnico-administrativo titular e 01 (um) representante do corpo técnico-administrativo suplente; e o Presidente, que será obrigatoriamente o Coordenador do Curso.

Somente poderá concorrer ao Colegiado do Curso na função de docente, professores em exercício efetivo e pertencente ao corpo docente do curso.

As reuniões de trabalho serão convocadas pelo Presidente do Colegiado ou por requerimento de metade mais um de seus respectivos membros. Para a convocação das reuniões de trabalho, devem-se indicar os motivos na pauta da

reunião. O Coordenador do Curso presidirá as reuniões do Colegiado, sem direito a voto.

26 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

A Resolução Nº 49 - CONSUP/IFAM, de 12/12/2014, normatiza e institui o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, e em seu Art. 2º considera que “O Núcleo Docente Estruturante é o órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação do IFAM, e tem por finalidade a implantação, atualização e revitalização do mesmo”.

Entre suas atribuições destaca-se: (i) contribuir para a consolidação do perfil do egresso do curso; (ii) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre diferentes atividades de ensino constantes no currículo; (iii) indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; (iv) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Graduação; (v) avaliar e atualizar continuamente o Projeto Pedagógico do Curso; (vi) conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação nos Colegiados Superiores; (vii) supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidos no Projeto Pedagógico do Curso; (viii) analisar e avaliar as Ementas da Matriz Curricular.

O Núcleo Docente Estruturante do Curso Licenciatura em Ciências Agrárias será composto por 05 (cinco) membros titulares, todos professores pertencentes ao corpo docente do curso, sendo o Coordenador do Curso, o presidente, e mais 4 (quatro) membros do corpo docente do Curso Licenciatura em Ciências Agrárias.

Os representantes docentes do NDE do Curso Licenciatura em Ciências Agrárias serão eleitos pelos professores efetivos do IFAM/CITA e que ministram disciplinas no curso, para um mandato de 03 (três) anos, sendo que a sua renovação acontecerá de forma parcial, garantindo a permanência de 50% de seus membros (Inciso I do Art. 5º da Resolução Nº 049 - CONSUP/IFAM).

27 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Conforme Anexo da RESOLUÇÃO Nº 23 - CONSUP/IFAM, as atividades complementares têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional.

O IFAM, em sua Resolução Nº 94, de 2015, define no Art.180, que as atividades complementares se constituem de experiências educativas que visam à ampliação do universo cultural dos discentes e ao desenvolvimento de sua capacidade de produzir significados e interpretações sobre as questões sociais, de modo a potencializar a qualidade da ação educativa, podendo ocorrer em espaços educacionais diversos, pelas diferentes tecnologias, no espaço da produção, no campo científico e no campo da vivência social. Essas podem ser atividades diferenciadas, como: seminários; participação em eventos científicos; visitas; ações de caráter técnico, científico, cultural e comunitário; produções coletivas; monitorias; projetos de ensino e pesquisa; aprendizado de novas tecnologias de comunicação e ensino; entre outras atividades.

A escolha do semestre em que as atividades complementares serão desenvolvidas, nas suas mais diferentes formas, ficará à critério do aluno. Porém, vale destacar que se recomenda que as mesmas sejam realizadas nos semestres iniciais, pois nos últimos semestres o aluno deverá se dedicar a prática de Estágio Curricular Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

O licenciando deverá cumprir, no mínimo, 100 horas deste tipo de atividade. Contudo, 60 horas serão cumpridas obrigatoriamente em atividades do Seminário de Licenciatura em Ciências Agrárias – SELICA, que tem como elemento central a pesquisa educacional.

Visando incentivar o desenvolvimento da autonomia do aluno no gerenciamento de seu próprio processo de formação e enriquecimento profissional e cultural, entende-se que se faz necessário incorporar ao Projeto Pedagógico do curso um conjunto de atividades e experiências relacionadas à pesquisa a serem constituídas pelo aluno, ao longo de sua formação acadêmica.

Cabe salientar, que a prática enquanto pesquisa, deve ocorrer durante todo o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que ensinar requer dispor tanto de conhecimentos como mobilizá-los para a ação, compreendendo-o como um processo de (re)construção do conhecimento. Isso será feito através da atividade denominada Seminário de Licenciatura em Ciências Agrárias (SELICA) que

basicamente é um espaço destinado à apresentação e discussão entre professores e alunos dos trabalhos em desenvolvimento, das temáticas pertinentes ao curso e de troca de saberes com sujeitos e instituições que se destacam na área. A partir de um primeiro contato com o professor-orientador, o aluno começa a desenvolver sua pesquisa que poderá ser aplicada no Estágio Curricular Supervisionado com o objetivo de elaboração e melhoria nos métodos tradicionais de ensino das ciências agrárias.

Os resultados obtidos são apresentados anualmente no evento (garantindo 20 horas de atividade complementar obrigatória, resultando em até 60 horas ao final do curso), culminando com a apresentação do TCC em seu último período no curso. Esta atividade poderá se entrelaçar com outros projetos de pesquisa e extensão do Instituto como PIBIC, PIBEX, PADICIT, entre outros, e publicação em revistas científicas de forma que o aluno desenvolva sua pesquisa de forma plena, tendo seus desdobramentos quando na aplicação em cada um desses projetos.

As 60 horas de Atividades Complementares a serem cumpridas no SELICA estão organizadas, conforme Quadro 8, abaixo.

QUADRO 7 – CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR RELATIVA AO SELICA.

Período	Atividade	Carga Horária
4º semestre	Escolha do Orientador e Apresentação da Carta de Intenção com a delimitação do Tema	20
6º semestre	Elaboração e apresentação de Projeto de Pesquisa	20
8º semestre	Apresentação de artigo ou defesa de TCC.	20

Adicionalmente às atividades complementares desenvolvidas durante o SELICA, o aluno deverá cumprir a disciplina TCC, com carga horária de 20 horas, conforme o programa da disciplina, em anexo (Anexo 8 – Disciplinas obrigatórias do oitavo período).

Para complementação das 100 horas de Atividades Complementares, a fim de garantir a diversificação e a ampliação do universo cultural, bem como o enriquecimento plural da formação, o acadêmico deverá obrigatoriamente realizar as atividades em, pelo menos, 03 (três) categorias diferentes. Serão consideradas para fins de cômputo de carga horária as atividades apresentadas no Quadro 9.

As atividades descritas, bem como carga horária a ser validada por evento e os documentos aceitos devem ter como base a Resolução Nº 23 – CONSUP/IFAM, de 09 de agosto de 2013, que trata das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação do IFAM.

QUADRO 9 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atividades Complementares	CARGA HORÁRIA A SER VALIDADA POR EVENTO (quando não especificada no certificado ou documento comprobatório)	DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS
Palestras, seminários, congressos, conferências ou similares e visitas técnicas.	<ul style="list-style-type: none"> • 2 (duas) horas por palestra, mesa-redonda, colóquio ou outro; • 10 (dez) horas por trabalho apresentado • 5 (cinco) horas por dia de participação em Congresso, Seminário, Workshop, Fórum, Encontro, Visita Técnica e demais eventos de natureza científica 	Declaração ou Certificado de participação.
Projetos de extensão desenvolvidos no IFAM ou em outras instituições	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela Pró-Reitoria de Extensão do IFAM ou entidade promotora com a respectiva carga horária.
Cursos livres e/ou de extensão.	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, com a respectiva carga horária.
Estágios extracurriculares	Máximo de 60 horas	Declaração da instituição em que se realiza o estágio, acompanhada do programa de estágio, da carga horária cumprida pelo estagiário e da aprovação do orientador/supervisor
Monitoria	Máximo de 60 horas	Declaração do professor orientador ou Certificado expedido pela DES, com a respectiva carga horária.
Atividades filantrópicas ou do terceiro setor.	Máximo de 60 horas	Declaração em papel timbrado, com a carga horária cumprida assinada e carimbada

		pele responsável na instituição.
Atividades culturais, esportivas e de entretenimento.	<ul style="list-style-type: none"> • 4 (quatro) horas por participação ativa no evento esportivo (atleta, técnico, organizador). • 3 (três) horas por leitura pública de livro. • 3 (três) horas por leitura pública de peça de teatro. • 3 (três) horas para filmes em DVD/cinema 	Anexo I – Referente a leitura de livro e apresentação de ingresso, programa, “folder”, etc. que comprove a participação no evento. No caso de evento esportivo, deve ser apresentado ainda documento que comprove a participação descrita (atleta, técnico, organizador).
Participação em projetos de Iniciação científica/ iniciação à docência.	Máximo de 60 horas	Certificado (carimbado e assinado pelo responsável pelo programa e/ou orientador) de participação e/ou conclusão da atividade expedido pela Instituição onde se realizou a atividade, com a respectiva carga horária.
Publicações.	<ul style="list-style-type: none"> • 40 (quarenta) horas por trabalho aceito em concurso de monografias; • 20 (vinte) horas por publicação, como autor ou co-autor, em periódico vinculado a instituição científica ou acadêmica; • 60 (sessenta) horas por capítulo de livro, como autor ou co-autor; • 60 (sessenta) horas por obra completa, por autor ou co- autor. • 30 (trinta) horas para artigos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais. 	Apresentação do trabalho publicado completo e/ou carta de aceite da revista/periódico onde foi publicado.
Participação em órgãos colegiados.	1 (uma) hora por participação em reunião.	Ata da reunião ou declaração com carimbo e assinatura da Coordenação de Curso.
Participação como Representante de turma no IFAM	5 (cinco) horas por semestre como representante	Ata da eleição de Representantes, com Assinatura do Coordenador de Curso.
Participação em comissão organizadora de evento técnico-científico previamente autorizado pela	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, ou coordenação do curso com a respectiva

coordenação do curso.		carga horária.
-----------------------	--	----------------

Fonte: Resolução N° 23 CONSUP/IFAM, de 09 de agosto de 2013. Anexo II. p. 7.

28 ESTÁGIO CURRICULAR

O Estágio Curricular Supervisionado, como um dos momentos destinados à Prática do Ensino, ocorrerá a partir do quarto período do curso. Cada um desses momentos produtores de conhecimento e de vivência acadêmica será um espaço de discussão, com enfrentamento de problemas presentes no cotidiano da escola. O Estágio Supervisionado terá como foco a análise do contexto escolar e o ensino das Ciências Agrárias na Educação Básica articulada com os demais saberes escolarizados, tomando como base os aspectos estruturais que constituem a articulação teoria/prática na sala de aula e a relação entre escola e sociedade, especialmente, na constituição de escolas no/do campo.

É preciso exercer atividades de pesquisa-ação onde os professores em formação inicial possam ir às escolas a fim de conhecer suas rotinas, tempos e espaços, a cultura escolar e suas representações sociais, refletindo e criando alternativas didático-científicas para um contexto educacional real e não imaginário de modo que possam se preparar para lidar com a comunidade escolar concreta e não aquela idealizada.

A composição curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias tem inspiração teórico-metodológica nas proposições de Donald Schön (1997), isto é: REFLEXÃO-NA-AÇÃO (o professor aprende a partir da análise e da interpretação de sua própria atividade), REFLEXÃO-SOBRE-A-AÇÃO (pensamento retrospectivo sobre um problema ou uma dada situação) e REFLEXÃO-SOBRE-A-REFLEXÃO-NA-AÇÃO (análise e reflexão crítica, a *posteriori*, sobre as características e os processos de sua própria ação, levando o professor a progredir no seu conhecimento e a construir sua forma pessoal de conhecer). Além disso, o embasamento legal reside na Resolução N° 95 CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2015 (Estágio das Licenciaturas).

O Estágio Curricular Supervisionado poderá ser realizado em escolas públicas e particulares da cidade de Itacoatiara, abrangendo o Ensino Fundamental e Médio. A supervisão do Estágio será realizada por professores do

curso, devendo o aluno, após totalizar a carga horária prevista de 400 horas, apresentar um Relatório de Estágio, organizado em regulamento próprio.

28.1 AS DIMENSÕES PEDAGÓGICO-METODOLÓGICAS

O estágio tem como objetivo proporcionar aos discentes conhecimentos teórico-práticos compatíveis com a realidade científico-profissional, com a realidade institucional e com a realidade social do professor em formação e deverá abranger as seguintes atividades:

- I. Observação de atividades no contexto escolar;
- II. Orientação teórico-metodológica;
- III. Pesquisas sobre as práticas do trabalho escolar;
- IV. Elaboração de projeto de intervenção/regência;
- V. Planejamento e execução de atividades de docência na escola.

Nesse sentido, o estágio articula a docência, a produção do conhecimento sistematizado e a interação com os sujeitos escolares. Esta articulação se dará a partir da inserção dos estudantes nas escolas e, também, nas orientações e socializações na disciplina de Estágio Supervisionado.

O Estágio Curricular Supervisionado em Licenciatura em Ciências Agrárias é operacionalizado em 400 (quatrocentas) horas, alocadas a partir do início do 4º período, distribuídas da seguinte forma:

- Estágio Supervisionado I - Ensino Fundamental – Observação.
- Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental – Projeto de Intervenção e regência.
- Estágio Supervisionado III – Ensino Médio – Observação.
- Estágio Supervisionado IV - Ensino Médio - Projeto de Intervenção e regência.

Os Estágios Supervisionados I e III terão carga horária de 80 horas, sendo 60 horas a serem desenvolvidas na escola-campo e 20 horas destinadas à orientação e socialização em sala de aula com o professor supervisor. Os Estágios Supervisionados II e IV terão carga horária de 120 horas, sendo 80 horas a serem desenvolvidas na escola-campo e 40 horas destinadas à orientação e socialização em sala de aula.

A supervisão do estágio dar-se-á pelo acompanhamento e orientação do estagiário por meio de observação contínua e direta das atividades e relatórios desenvolvidos ao longo de todo o processo sendo orientada/acompanhada pedagogicamente pelo professor supervisor e administrativamente pelo Setor de Estágio e Egressos.

Todas as atividades práticas deverão ser registradas em portfólio, que compile evidências das aprendizagens do licenciando requeridas para a docência, tais como planejamento, avaliação e conhecimento do conteúdo. Ao final de cada estágio, o aluno elaborará um Relatório refletindo sobre as experiências nele vivenciadas, com relato das aprendizagens do processo, dos aspectos que colaboraram e que foram obstáculos para o seu desenvolvimento, comportando avanços e recuos, questionamentos e reflexões, bem como os documentos pertinentes.

Os relatórios de estágio deverão ser apresentados durante o Seminário de Estágio, que acontecerá juntamente com o Seminário de Licenciatura em Ciências Agrárias – SELICA, em espaços destinados à discussão sobre as experiências vividas e os resultados alcançados. Segundo a Resolução N° 95 CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2015, os Seminários de Estágio somarão 20 horas cada (estágio I, II, III e IV), totalizando 80 horas.

28.2 AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

A avaliação do estágio assume caráter formativo durante a sua realização, tendo por objetivo a reelaboração contínua da ação pedagógica. A avaliação será realizada:

- I. pelo professor supervisor, que deverá manifestar-se em relação à aprovação do estagiário;
- II. pelo professor de campo, mediante ao envio de documentos necessários.

O discente-estagiário deve cumprir integralmente a carga horária prevista e todas as atividades de Estágio em conformidade com o Regulamento próprio e outras normatizações vigentes.

28.3 ACOMPANHAMENTO EM SALA DE AULA

O acompanhamento em sala de aula visa à socialização das atividades realizadas pelos estudantes durante sua trajetória formativa. É de responsabilidade do supervisor de estágio e organizado em articulação com os e discentes e com o Setor de Estágio.

Para Paulo Freire (1999), *“a reflexão crítica sobre a prática se torna uma urgência na relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blablá e a prática, ativismo”*. É preciso exercer atividades de pesquisa-ação onde os professores em formação inicial possam ir às escolas para conhecer suas rotinas, tempos e espaços, a cultura escolar e seu imaginário social, refletindo e criando alternativas didático-científicas para um contexto educacional real, e não imaginário. É importante que ocorra a simetria invertida, onde o preparo do professor ocorre em lugar similar àquele em que vai atuar, promovendo com consistência a relação entre o que faz na formação e o que dele se espera.

29 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste em uma atividade acadêmica desenvolvida, acompanhada e avaliada sob orientação docente, cujo objeto de estudo deve estar relacionado à área de conhecimento do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, sendo requisito curricular suplementar obrigatório para a sua integralização.

A sua elaboração e avaliação será disciplinada pela Resolução Nº 43-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2017, ou resoluções que possam substituí-la. Para a sua elaboração, o acadêmico deverá considerar as orientações contidas no Manual TCC IFAM (2018) ou publicações posteriores.

Elege-se a monografia como modalidade preferencial de TCC para o curso de Licenciatura em Ciências Agrárias. No entanto, também será admitido a modalidade artigo científico aceito e/ou apresentado em periódicos com ISSN ou Evento Técnico-Científico, desde que esteja dentro do prazo estipulado para a realização do TCC.

Os TCCs apresentados em forma de monografias deverão ser defendidos em sessão pública perante a banca examinadora para atribuição de nota e aprovação e, posteriormente, devem ser encaminhados para o Repositório Institucional.

Os acadêmicos que apresentarem uma carta de aceite na condição de primeiro autor de artigo científico, com temática relacionada ao curso de licenciatura e práticas pedagógicas, em periódicos com ISSN ou Evento Técnico-Científico ficam dispensados da defesa pública, porém faz-se necessário à sua apresentação oral para a comunidade acadêmica. Nesse caso, a atribuição da nota será relativa ao Qualis do periódico ou evento, sendo nota 10,0 (dez) para *Qualis A*, 9,0 (nove) para *Qualis B*, 8,0 (oito) para *Qualis C*. Caso o evento científico ou periódico não possua *Qualis*, a nota será atribuída por uma banca constituída pelo orientador e mais dois membros.

A orientação e supervisão do TCC poderá ter início após a conclusão de 1/3 (um terço) da carga horária prevista para o curso. A sua defesa, somente ocorrerá no último período para a integralização do curso e será considerado aprovado o discente que alcançar nota mínima de 6,0 (seis).

30 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

30.1 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISAS COM SERES HUMANOS

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - CEPESH é um colegiado interdisciplinar e independente, com “*múnus público*”, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, estabelecidos nas Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa envolvendo Seres Humanos – Resolução Nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde - CNS/MS. O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos-CEPESH do IFAM, é instituído e normatizado pelo Conselho Superior e será administrado diretamente pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação /PRPPGI.

30.1.1 Cadastro na Plataforma Brasil

A Plataforma Brasil é um sistema eletrônico criado pelo Governo Federal para sistematizar o recebimento dos projetos de pesquisa que envolvam seres humanos nos Comitês de Ética em todo o país.

O Instituto Federal do Amazonas encontra-se cadastrado na Plataforma Brasil desde o segundo semestre de 2012 com o código 5013 e desde então vem analisando os projetos de pesquisa com seres humanos por este sistema.

Assim como a grande maioria dos centros de pesquisa, a Plataforma Brasil é a única via de protocolo de projetos de pesquisa com seres humanos ao IFAM. Os procedimentos de submissão, tramitação e acompanhamento de projetos de pesquisa é feito de forma “*on line*”, ou seja, o pesquisador protocola o projeto, anexa documentos, retira pareceres de pendências, virtualmente. Assim, para a submissão de projetos de pesquisa que envolvam seres humanos, o pesquisador interessado inicialmente deverá se cadastrar como Pesquisador na Plataforma Brasil no seguinte endereço <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf>. Após o cadastro na Plataforma Brasil, o pesquisador poderá submeter projetos para análise.

Salienta-se que os projetos de pesquisa que envolvam seres humanos deverão estar em conformidade com a Resolução CNS Nº 466/12 para a área da Saúde e a nova Resolução CNS Nº 510/16 para as áreas Social e Humana, bem como da Norma Operacional CNS Nº 001/2013 que detalha o funcionamento operacional dos comitês de ética e também orienta os pesquisadores responsáveis com relação à documentação necessária que precisa constar em um projeto de pesquisa para que o mesmo seja submetido na Plataforma Brasil.

30.2 COMITÊ DE ÉTICA NO USO DE ANIMAIS (CEUA)

O Comitê de Ética no Uso de Animais (CEUA) é um órgão colegiado independente, de natureza técnico-científico-pedagógico, de caráter consultivo, deliberativo e educativo vinculado diretamente à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PPGI), a qual serão submetidos todos os planos de ensino e/ou projetos que utilizem animais em atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme a Resolução Nº 37 CONSUP/IFAM, de 17 de dezembro de 2011. As ações correlacionadas com o processo de ensino-aprendizagem que envolvam o uso de animais, deverão ser submetidas em tempo hábil para aprovação, em formulário próprio produzido pelo CEUA, IFAM – reitoria.

Vale informar que o Comitê de Ética no Uso de Animais (CEUA) recebeu o Credenciamento Provisório do CONCEA na data de 06 de janeiro de 2017, estando apto a receber Planos de Aula, Projetos de Pesquisa e Extensão que envolvam atividades com uso de animais. A prioridade do CEUA neste início de trabalho, e dentro do seu Cronograma de Atuação, é a aprovação dos Planos de Aula e Atividades de Ensino.

31 INSTALAÇÕES FÍSICAS E RECURSOS PARA O ENSINO

31.1 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

A infraestrutura do *campus* Itacoatiara está implantada em uma área de 50.000 m², localizada na Rodovia AM 010, Km 08, zona de expansão, e conta com os ambientes descritos no quadro abaixo (Quadro 10). Parte dessa área, juntamente a outra adjacente de 100.000 m², serão utilizadas para implantação das Unidades Experimentais de Produção (UEP) e servirão para atividades de ensino, pesquisa e extensão.

QUADRO 10 – AMBIENTE DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DO IFAM CITA

Nº	Ambiente	Qtd.	Área (m ²)
1	Salas de aula	9	441,00
2	Laboratórios de informática	3	146,91
3	Laboratórios multiprofissionais	3	146,91
4	Coordenação de Assistência ao estudante	1	4,40
5	Gabinete de setor de saúde	1	10,21
6	Coordenação de Tecnologia da Informação	1	19,01
7	Biblioteca	1	100,17
8	Departamento de Administração e Planejamento- DAP	1	49,03
9	Departamento de Ensino, Pesquisa, Pós Graduação e Extensão – DEPPE	2	49,03
10	Auditório	1	208,39
11	Gabinete da Chefia de Gabinete	1	11,62
12	Gabinete da Direção Geral – DG	1	27,74
13	Sala de professores	1	49,03
14	Coordenação de Registros Acadêmicos – CRA	1	49,04
15	Área de convivência	1	742,18
16	Lanchonete e cozinha	1	49,03
17	Wc. Masculino / feminino / PNE	12	100,64
18	Área de circulação	1	890,32
19	Caixa d'água	1	17,84
Total (m²)			3.112,50

Além dessa estrutura física, o *campus* dispõe de acesso à internet por meio da tecnologia de fibra óptica, com velocidade de 100 MBit/s, e equipamentos como projetores multimídia, equipamento de som, quadros brancos, carteiras, cadeiras, ar condicionado, computadores, bancadas, mesas, armários, nobreaks, servidor,

switch, além de contar com meio de transporte próprio, como um ônibus para a realização de visitas técnicas.

Com a utilização do ônibus do *campus* serão viabilizadas aulas práticas ou visitas técnicas em pequenas propriedades de agricultores familiares, tais como sítios, fazendas, pequenas empresas de produção rural e/ou criadouros. A opção pela propriedade a ser visitada dar-se-á pela indicação do IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas, ou por atividades associadas a SEPROR – Secretaria de Produção Rural, parceiros do *campus* desde a sua implantação no município de Itacoatiara e realizam atividades em conjunto.

Para a realização de atividades práticas das disciplinas do setor primário o *campus* dispõe de uma fazenda experimental de 100.000 metros quadrados e uma área anexa ao *campus* de 20.000 metros quadrados. Além destas áreas o *campus* dispõe de duas hortas, um viveiro de mudas, um galinheiro e um viveiro de piscicultura. O *campus* oferece práticas de mecanização, pois, possui um trator com implementos agrícolas. Atualmente está em fase de finalização da construção da Unidade Educacional de Educação (UEP) de um aviário, contando com seis boxes para a criação experimental de aves domésticas, totalizando 37 m², com previsão de entrega para novembro de 2020.

O *campus* também dispõe de recursos e equipamentos audiovisuais que auxiliam a desenvolver as atividades pedagógicas (Quadro 11).

QUADRO 11 – RECURSOS AUDIOVISUAIS

Nº	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1.	Projektor Multimídia (<i>DataShow</i>)	23
2.	Microcomputadores	100
3.	Impressoras	8
4.	Auditório com equipamento de som	1

31.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA PROFESSORES EM TEMPO INTEGRAL

Os professores do *campus* Itacoatiara contam com uma sala de professores que oferece a possibilidade de relaxar em momentos de descanso. Conta-se também com um espaço onde os professores podem atender os alunos para dúvidas e questionamentos. Neste espaço os professores possuem armários

individuais, internet, bebedouro, frigobar, pia, além de uma área individual para preparar aulas e atividades.

- **Espaço de trabalho para o coordenador:** O coordenador do curso tem um espaço físico para trabalho, localizado na sala de coordenadores de cursos do IFAM *campus* Itacoatiara e conta com apoio de mobília de escritório, computador, acesso à internet, impressora e armários para controle de documentos.

- **Salas de aulas:** As salas de aula atendem às necessidades institucionais e do curso, apresentando manutenção periódica, limpeza duas a três vezes ao dia, conforto, disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem.

31.3 BIBLIOTECA

A Biblioteca do *campus* Itacoatiara está em fase de aquisição de acervo e atualmente conta com 1.573 títulos de livros nas diversas áreas. Além desses títulos, a biblioteca dispõe, ainda, de periódicos e revistas que também estarão à disposição dos discentes.

O espaço amplia mais ainda o alcance da pesquisa, pois dispõe de 10 computadores com acesso à internet para uso exclusivo dos discentes do *campus* Itacoatiara. O horário de funcionamento abrange os turnos matutino, vespertino e noturno de segunda-feira a sexta-feira, exceto recessos e feriados nacionais ou locais.

Seu quadro funcional é composto por 1 bibliotecário (Bacharel em Biblioteconomia) e 1 auxiliar de Biblioteca.

31.4 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

O IFAM *campus* Itacoatiara adota a política de livre acesso à rede mundial de computadores, com disponibilização de sinal de banda larga para os servidores e discentes de graduação. A conexão à rede mundial de computadores do *campus*

é feita via Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) por meio de fibra óptica e velocidade de 100 Mbit/s *full*, com redundância via *link* GSAC de 10 Mbit/s.

Para garantir a política de acesso livre no *campus* existem cinco roteadores sem fio que cobrem todos os seus espaços, permitindo assim conforto aos estudantes para acessar a rede com seus computadores portáteis ou dispositivos móveis.

31.5 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

O curso de Licenciatura em Ciências Agrárias oferece disciplinas que necessitam de um laboratório de informática, com computadores com boa capacidade de processamento, para o perfeito desenvolvimento das disciplinas. O laboratório I, com 31 computadores, está disponível para o desenvolvimento das atividades destas disciplinas. Os programas para aplicação da disciplina são: pacote de escritório completo e sistema de informações geográficas, sendo possível utilizar softwares livres, tipo LibreOffice, QGIS, etc.

O curso contará com um Laboratório Pedagógico Multidisciplinar de 50 m² equipado com mobiliário adequado. Esse laboratório foi idealizado como uma área para possibilitar o desenvolvimento de atividades voltadas para a problemática do Ensino, envolvendo professores e estudantes, onde será oferecido aos alunos um espaço que estimule a criatividade e a integração. Contará com uma mesa retangular para o professor, um armário e duas estantes para armazenamento de material, mesas em formato trapezoidal para atividades em grupos, um aparelho televisor, um projetor multimídia, um computador e um *home theater*. Este laboratório foi idealizado para o curso de Licenciatura, embora o espaço será também utilizando pelos alunos dos demais cursos do IFAM, e encontra-se em fase de implantação.

O *campus* possui duas áreas experimentais, somando 12 ha, utilizadas para as disciplinas da área de ciências agrárias. Nessa área podem ser construídas estruturas com tamanho adequado aos fins didáticos e experimentais necessários à formação do Licenciado em Ciências Agrárias. Caberá aos docentes e discentes trabalharem na perspectiva de que este espaço institucional possa ser reproduzido em escala, dependendo das necessidades ou possibilidades das propriedades rurais da região. Existe um viveiro de mudas e

uma horta experimental, que serão utilizados pelos discentes durante as práticas curriculares.

32 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

A articulação entre teoria e prática devem configurar princípios basilares dos currículos dos cursos de licenciatura. Nesse sentido, entende-se que é necessário promover ações de parcerias com unidades escolares públicas a fim de realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão nestes espaços, envolvendo a comunidade em que a escola está inserida.

Essas ações, que abrangem escolas da educação básica, são acompanhadas de práticas de observação, planejamento e reflexão a partir de situações-problema encontradas nesses ambientes, e permitem que o discente relacione a relação entre o seu ambiente de estudo e o futuro ambiente de trabalho.

Neste curso o aluno é inserido neste cenário a partir do 4º semestre e, em cada disciplina, serão desenvolvidas na escola de educação básica as seguintes atividades: Observação, Coparticipação e Regência, cada qual em seu momento específico. Além dos estágios, os alunos desenvolverão projetos de Extensão a partir dos componentes curriculares Atividade Curricular de Extensão (ACEEx) I e II.

Para que essas atividades se desenvolvam um Termo de Cooperação Técnico-Científica, celebrado entre o IFAM e a Secretaria Municipal De Educação –**SEMED**, (ANEXO 10). O referido termo tem por objetivo envidar esforços recíprocos para desenvolver programas, projetos e atividades, pesquisas de interesse comum, formação, capacitação e treinamento de recursos humanos, visando contribuir para o desenvolvimento da Região Amazônica, nas áreas do conhecimento e de interesse das respectivas instituições. O mesmo termo de Cooperação Técnica está em tramitação com a Coordenadoria Regional de Educação – CREI, do Governo do Estado do Amazonas.

33 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉ, Marli (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas, SP: Papirus, 2015.
- BRASIL. Lei Nº 9.394 de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996.
- BRASIL. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras Providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 abr. 2004.
- BRASIL. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.
- BRASIL. Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012.
- BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.
- BRASIL. Decreto Nº 5.773, de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília, 2006.
- BRASIL. Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2010.
- BRASIL. Parecer Nº 9 - CNE/CP, de 8 de maio de 2001. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena. Brasília/DF: 2001.
- BRASIL. Parecer Nº 28 - CNE/CP, de 2 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer Nº CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena. Brasília /DF: 2001.
- BRASIL. Resolução Nº 196 – CNS/MS, de 10 de outubro de 1996. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 1996.
- BRASIL. Resolução Nº 1 - CNE/CP, de 18 de fevereiro de 2002. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena. Brasília, 2002.
- BRASIL. Resolução Nº 446 – CNS/MS, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 2012.
- BRASIL. Resolução Nº 2 - CNE/CP, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 2015.

- BRASIL. Resolução N° 510 – CNS/MS, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Brasília, 2016.
- BRASIL. Resolução N° 7 - CNE/CP, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei N° 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, 2018.
- BRASIL. Resolução N° 2 - CNE/CP, de 20 de dezembro de 2019 Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, 2019.
- BRASIL. Norma Operacional N° 001 – CNS/MS, 2013. Dispõe sobre a organização e funcionamento do Sistema CEP/CONEP, e sobre os procedimentos para submissão, avaliação e acompanhamento da pesquisa e de desenvolvimento envolvendo seres humanos no Brasil, nos termos do item 5, do Capítulo XIII, da Resolução CNS n° 466 de 12 de dezembro de 2012. Brasília, 2013.
- CASTILHO, L. B. O. O uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino e aprendizagem em cursos superiores. Projetos e Dissertações em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento., v. 4, n. 2, 2015. Disponível no endereço: <http://www.fumec.br/revistas/sigc/article/view/3284>. Acesso em 02/06/2019.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 12 Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, 2016. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=130190&s>>. Acesso em 21 de ago. de 2019.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Resolução N° 13 -CONSUP/IFAM, de 09 de junho de 2011. Aprova *ad referendum* do Conselho Superior a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Resolução N° 37 -CONSUP/IFAM, de 07 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a aprovação do Regimento/Regulamento para os Cursos e Programas de Pós-Graduação oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Resolução N° 23 -CONSUP/IFAM, de 09 de agosto de 2013. Aprova o Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Resolução N° 49 -CONSUP/IFAM, de 12 de dezembro de 2014. Disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante

dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Resolução N° 50 -CONSUP/IFAM, de 12 de dezembro de 2014. Normas e procedimentos para a mobilidade acadêmica, nacional e internacional, de estudantes dos cursos do Instituto Federal do Amazonas.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 - 2018. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, IFAM. Manaus: IFAM, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Resolução N° 22 -CONSUP/IFAM, de 23 de março de 2015. Normas que Regulamentam a Composição e o Funcionamento dos Colegiados dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Resolução N° 94 -CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015. Que altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Resolução N° 95 -CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2015. Aprova o Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado dos cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Resolução N° 43 -CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2017. Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e Pós-Graduação *Lato Sensu* do Instituto Federal do Amazonas.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Resolução N° 61 -CONSUP/IFAM, de 09 de julho de 2019. Aprova o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Resolução N° 174 -CONSUP/IFAM, 30 de dezembro de 2019. Aprova as diretrizes para a curricularização da extensão nos cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 - 2023. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, IFAM. Manaus: IFAM, 2019.

NEAPL – Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais. Plano De Desenvolvimento Preliminar Apl De Polpas, Extratos e Concentrados De Frutas Regionais. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2009.

SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (Org.). Os professores e a sua formação. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997. p. 79-91.

SILVA, T. T. da (2007). Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica.

ANEXO 1: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO PRIMEIRO PERÍODO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO		
EMENTÁRIO		
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(EIS)
Licenciatura em Ciências Agrárias		Adriano Honorato de Souza
PERÍODO	DISCIPLINA	CÓDIGO
1º	<i>Informática Aplicada a Licenciatura</i>	0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 30	PRÁTICA 30	-
EMENTA		
Definições básicas. Uso e aplicações da computação. Processamento. Memória. Dispositivos de entrada/saída. Softwares básicos e aplicativos: sistemas operacionais, processadores de texto, planilhas eletrônicas, apresentador. Redes de comunicação. Internet.		
OBJETIVO GERAL		
Desenvolver a capacidade de interação ao universo computacional por meio da utilização de sistemas operacionais e de softwares utilitários, integrando-o à rede mundial de computadores. Vivência, aprendizagem e utilização da linguagem digital em situações de ensino e de aprendizagem na Educação Básica.		
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO		
Não se aplica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CARVALHO, A. C.; LORENA, A. C. Introdução à Computação . 1. ed. São Paulo: LTC, 2017.		
FERREIRA, Maria Cecília. Informática Aplicada . 3. ed. São Paulo: Érica, 2017.		
VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: Conceitos Básicos . 10. ed. São Paulo: <i>Campus/Elsevier</i> , 2017.		
BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR		
BORGES, Klaibson Natal Ribeiro. LibreOffice Para Leigos . Santa Catarina, 2010. Disponível em: < https://wiki.documentfoundation.org/images/2/2a/LibreOffice_Para_Leigos.pdf >. Acesso em: 22 ago. 2019.		
CORNACHIONE, J. Edgard Bruno. Informática Aplicada às áreas de Contabilidade, Desenvolvimento de Sistemas e Economia . São Paulo: Atlas, 2007.		
FRANCO, Jeferson, FRANCO, Ana. Como Elaborar Trabalhos Acadêmicos nos Padrões da ABNT Aplicando Recursos de Informática . 2. ed. Ciência Moderna, 2011.		
FUSTINONI, Diógenes Ferreira Reis. Informática básica para o ensino técnico profissionalizante . Brasília/DF: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2012.		
MARÇULA, Macedo; BENINI FILHO, Pio Armando. Informática: conceitos e aplicações . São Paulo: Érica. 2010.		

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Tarcísio Serpa Normando	
PERÍODO 1º	DISCIPLINA <i>História da Educação</i>	CÓDIGO 0000	
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 40	PRÁTICA 20	-	

EMENTA

A educação nas Colônias Portuguesas na América. Educação Brasileira no Império. A educação brasileira na Primeira República. Os projetos educacionais das ditaduras de Vargas (1930-1945) e Civil-Militar (1964-1985). Impasses e avanços na educação brasileira a partir da redemocratização. Da escola rural à educação no campo: concepções e lutas. História da Educação Escolar Indígena. Experiências históricas de educação na Amazônia: sujeitos, práticas e espaços.

OBJETIVO GERAL

Analisar a historicidade dos processos que constituíram a educação brasileira e que convergiram para formatação contemporânea da educação no campo e na Amazônia. Entendimento sobre o sistema educacional brasileiro, sua evolução histórica e suas políticas, para fundamentar a análise da educação escolar no país, bem como possibilitar ao futuro professor compreender o contexto no qual exercerá sua prática

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Pensadores sociais e história da educação**. 2ª Ed. Autentica Editora, 2008.
- FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. Editora Cortez, 2009.
- VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. 1 ed. São Paulo: Ed. Ática, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ARAÚJO, J. et al (org.). **Escolas normais no Brasil. Do Império a República**. Campinas: Alínea, 2008.
- Brasil – da Colônia aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; [Brasília]: MEC-INEP, 2011.
- STEPHANOU, M.; BASTOS, M.H.C. (org.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 3 vol. Petrópolis: Vozes, 2005
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (orgs.) **Dicionário de educadores no LOPES**. Eliane Marta Teixeira (org). **500 anos de educação no Brasil**, Belo Horizonte, Autêntica, 2000.
- MARÇAL, José Antônio; LIM, Sílvia Maria Amorim. **Educação escolar das relações étnico-raciais: história e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil**. InterSaberes; 1ª edição, 2015.
- por

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO	DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias	Francinete Soares Martins	
PERÍODO 1º	DISCIPLINA <i>Filosofia da Educação</i>	CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 32	PRÁTICA 08	-

EMENTA

Conceitos básicos: filosofia, filosofia da educação e pedagogia. A Filosofia da Educação e o questionamento sobre o homem. Concepções de homem e do processo educativo no decorrer da história. Por que filosofia da educação? Fundamentos Filosóficos da Educação. Ideias pedagógicas e seus principais representantes envolvendo a educação desde a antiguidade, idade média, moderna e contemporânea. Globalização e educação: crise dos paradigmas e a formação do educador no contexto da contemporaneidade

OBJETIVO GERAL

Compreender os fundamentos filosóficos que dão embasamento às práticas docentes desenvolvendo a capacidade da crítica e da personalidade para o trabalho educativo com o sujeito aprendente na contemporaneidade;

Compreender a conexão entre Filosofia e Educação;

Refletir acerca da importância do estudo de Filosofia e da Filosofia da Educação para a formação do educador e a necessidade do conhecimento filosófico na prática educativa.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Os alunos deverão escolher uma escola, e realizar um projeto de iniciação à filosofia para adolescentes das séries finais do ensino fundamental, abordando temas do cotidiano e da realidade local. Carga horária: 10 horas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 2006.

LUCKESI, Cipriano C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2013.

PORTO, Leonardo Sartori. **Filosofia da educação**. 1ª ed. Editora: Zahar, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CABRAL, Carmen Lúcia de Oliveira; TEODÓSIO, Hosiene Araújo. **As interfaces entre filosofia e pedagogia**. V CINFE – Congresso Internacional de Filosofia e Educação, Maio de 2010 – Caxias do Sul-RS ISSN: 2177-644x.

HERMANN, Nadja. **Pensar arriscado: a relação entre filosofia e educação**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 1jan./mar. 2015, p. 217-228.

LUCKESI, CIPRIANO C. **Filosofia, exercício do filosofar e prática educativa**. Em aberto, Brasília, v.45, p. 35-44, Jan./Mar. 1990.

NISKIER, ARNALDO. **Filosofia da Educação: uma visão crítica**. São Paulo: Loyola, 2001.

REALE, G. & ANTISERI, D. **História da Filosofia: coleção em 07 volumes**. São Paulo: Paulus. 2007

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas: Autores associados, 2013.

SUCHODOLSKI, B. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**. São Paulo: Centauro, 2002.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Vinícius John	
PERÍODO	DISCIPLINA	CÓDIGO	
1º	<i>Sociologia da Educação</i>	0000	
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	-	
60	00		

EMENTA

A história do sistema educacional e das sociedades modernas. Trabalho no campo, assalariado e trabalho docente. A Educação enquanto processo social. Autores e teorias contemporâneas da Sociologia da Educação e sua influência na educação brasileira. Sociologia do desenvolvimento, mudança social, estrutura, aparelhos ideológicos do Estado e desigualdades; a crença no desenvolvimento e progresso na modernidade. Análise e visão crítica da problemática do desenvolvimento rural em nossa sociedade: as questões agrárias e agrícolas, a atuação do estado, movimentos sociais do campo, ciência, tecnologia e modernização agrícola. Os conflitos socioambientais e fundiários.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver capacidade de problematização sociológica do sistema educacional, das práticas e realidades educativas; da educação enquanto estrutura social e a possibilidade de uma educação crítica e emancipadora do ser social. Compreensão da natureza do conhecimento e reconhecimento da importância de sua contextualização na realidade da escola e dos estudantes. Compreensão dos contextos socioculturais dos estudantes e dos seus territórios educativos.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Minicursos de extensão, realizados em comunidades e/ou escolas escolhidas pela turma, abordando temas estudados pela sociologia. Carga horária: 10 horas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. Leya, 2019.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Sociologia geral**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

NOGUEIRA, M. A., CATANI, A. (orgs.). **Escritos em Educação**. Pierre Bourdieu. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, G. L. (org.) **Educação no Campo**: recortes no tempo e no espaço. 1 ed. Campinas: Autores Associados/Uniderp, 2009.

ALVES, G. L. **A produção da escola pública contemporânea**. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, 2014.

GOMES, C. R. **A educação em novas perspectivas sociológicas**. 4 ed. São Paulo: EPU, 2005.

GOMEZ, C. M. (et. al). **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MEKSENAS, P. **Sociologia da educação**: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Orgs.). **Família e escola:** trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista:** o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

RODRIGUES, A. T. **Sociologia da educação.** 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO		
EMENTÁRIO		
CURSO	DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias	Francinete Soares Martins	
PERÍODO	DISCIPLINA	CÓDIGO
1º	<i>Didática Geral</i>	0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 48	PRÁTICA 12	-
EMENTA		
<p>Ensino, Aprendizagem e Didática. Principais modelos de ensino e suas implicações didáticas. A educação e a didática no contexto das relações entre a educação e sociedade. A didática e a educação profissional. Planejamento de ensino: conceitos e tipos de planos. Observação do contexto educativo para analisar as relações professor – aluno e a abordagem didática realizada em sala de aula. Diretrizes da Educação Escolar Indígena. Experiências e práticas pedagógicas na educação escolar indígena. Processos teórico-metodológicos na educação escolar indígena.</p>		
OBJETIVO GERAL		
<p>Analisar os pressupostos históricos e filosóficos que permeiam o campo da Didática, e seu campo de conhecimento que articula a teoria ao processo educativo que ocorre na escola básica.</p>		
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO		
<p>Os alunos deverão escolher uma escola pública de ensino fundamental ou médio para realizar um projeto de planejamento e vivência de uma sequência didática. Carga horária: 10 horas.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>CANDAU, Vera Maria. A didática em questão. Editora Vozes, RJ: Vozes, 2013.</p> <p>FERREIRA, Edmilza Santos. Escola indígena: uma proposta para o ensino de ciências naturais. Editora Appris, 2017.</p> <p>FREITAS, Luis Carlos de. Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática. Campinas: Papyrus Editora, 2002.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Editora Cortez, 2013.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm Acesso em: 10 set. 2020.</p> <p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 10 set. 2020.</p> <p>BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 10 set. 2020.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 10 set. 2020.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação; conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. RESOLUÇÃO Nº 5, DE 22 DE JUNHO DE 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na</p>		

Educação Básica. Brasília, 22 de junho de 2012.

CARLINI, Alda Luiza... [et al.]; SCARPATO, Marta ((org). **Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer.** São Paulo: Editora Avercamp, 2004.

CORDEIRO, Jaime. **Didática.** São Paulo: Contexto, 2013

FARIAS, Isabel Maria Sabino de. [et. al]. **Didática e docência:** aprendendo a profissão. – 3.ed., nova ortografia – Brasília: Liber Livro, 2011.

HENGEMUHLE, Adelar. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas.** Editora Vozes, 2004.

LIBANEO, José Carlos. **Didática e escola em uma sociedade complexa.** CEPED. UFG. Goiás.2011.

MENEGOLLA, Maximiliano. **Didática:** aprender a ensinar – Técnicas e reflexões pedagógicas para formação de formadores. Edições Loyola: São Paulo, 2011.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor.** Profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

TOSI, Maria Raineldes. **Didática Geral:** um olhar para o futuro. Editora Alínea: Campinas, São Paulo, 2003.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Didática: o ensino e suas relações.** 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Lições de didática.** Campinas, SP: Papirus, 2006.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Francinete Soares Martins	
PERÍODO 1º	DISCIPLINA <i>Psicologia da Educação</i>		CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 32	PRÁTICA 08		-

EMENTA

A construção científica do conhecimento psicológico. Objeto de estudo da psicologia. Caracterização do sujeito da educação nos seus aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores. Análise conceitual das características, fatores intervenientes e significado do processo de aprendizagem e sua relação com o ensino no campo. Perspectivas teóricas da aprendizagem: behaviorista; gestáltica; humanista, construtivista, sócio-cultural e as suas contribuições à educação no campo e na cidade. Fracasso escolar: principais fatores.

OBJETIVO GERAL

- Reconhecer o papel dos conhecimentos de psicologia da educação como fundamentais para a formação do profissional docente;
- Ter uma visão ampla do processo formativo e socioemocional como relevante para o desenvolvimento, nos estudantes, das competências e habilidades para sua vida;
- Desenvolvimento acadêmico e profissional próprio, por meio do comprometimento com a escola e participação em processos formativos de melhoria das relações interpessoais para o aperfeiçoamento integral de todos os envolvidos no trabalho escolar;
- Conhecimento da cultura da escola, o que pode facilitar a mediação dos conflitos;
- Estudo das grandes vertentes teóricas que explicam os processos de desenvolvimento e de aprendizagem para melhor compreender as dimensões cognitivas, sociais, afetivas e físicas, suas implicações na vida das crianças e adolescentes e de suas interações com seu meio sociocultural.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Os alunos deverão escolher uma escola de ensino médio para realizar um projeto sobre Psicologia do desenvolvimento e projetos educativos. Carga horária: 10 horas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair.; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

COLL, Cesar; PALACIOS, Jesús.; MARCHESI, Alvaro.; MURAD, Fatima.; BAPTISTA, Claudio Roberto. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. (vol. 2).

VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, Alexis N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA, Marcus Vinícius. **Psicologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de. **Psicologia na educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GOULART, Iris Barbosa. **Psicologia da educação: fundamentos teóricos e aplicações a prática pedagógica**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

KELLER, Fred S. **Aprendizagem: teoria do reforço**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2007.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza (org.) **Psicologia & Educação**: revendo contribuições. São Paulo: Educ, 2003.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Sarah Ragonha de Oliveira	
PERÍODO 1º	DISCIPLINA <i>Introdução às Ciências Agrárias</i>	CÓDIGO 0000	
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 08	PRÁTICA 32	-	

EMENTA

Estudo da origem e evolução das Ciências Agrárias e integração com campo de atuação, dando ênfase nas competências, habilidades e importância social/ econômica/ ambiental da produção agropecuária; Estrutura curricular do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias e campo de atuação; questões ambientais; Vivência agropecuária.

OBJETIVO GERAL

Compreender a profissão de professor, principalmente no campo de atuação, através da participação em atividades pertinentes a produção animal e vegetal e à docência, além das demais atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão que serão desenvolvidas durante o período de integralização do curso.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CARNEIRO, Henrique. **Comida e sociedade: uma história da alimentação**. Elsevier Brasil, 2017.
- PEREIRA, Adriana Camargo; DA SILVA, Gibson Zucca; CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt. **Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente**. Editora Saraiva, 2017
- ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico a crise contemporânea**. 1ª edição. Editora Unesp. 2010. 568 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- COSTA, M.B.B. **Agroecologia no Brasil**. 1ª edição. Expressão Popular. 2017. 144p.
- DE CAMPOS, Arnaldo Gonçalves et al. A agroecologia como ciência mediadora entre a formação do agrônomo e a agricultura sustentável. **Interciência**, v. 40, n. 3, p. 172-178, 2015.
- DE OLIVEIRA LOCONTE, Caio et al. Abelhas Jataís e Educação Ambiental: Uma Experiência Interdisciplinar na Formação de Professores em Ciências Agrárias. **Revista de Graduação USP**, v. 2, n. 3, p. 35-45, 2017.
- PEIXOTO, Fabiana Gomes Teixeira et al. A formação do professor de ciências agrárias: uma análise a partir do PPC e dos planos de ensino. Monografia de Especialização. Programa de Pós Graduação Docência do Ensino Superior. Instituto Federal Goiano. 2019.
- PINHEIRO, Rogério Oliveira; GUIMARÃES, Gisele Martins. Tecnologias educacionais em rede como mediadoras do ensino-aprendizagem da Agroecologia: produção e uso do audiovisual nas ciências agrárias. **Extensão Rural**, v. 24, n. 3, p. 104-121, 2017.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Jose Walter dos Santos Francisco das Chagas Silva Reis	
PERÍODO 1º	DISCIPLINA <i>Metodologia do trabalho científico</i>	CÓDIGO 0000	
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 20	PRÁTICA 20	-	
EMENTA			
Trabalhos acadêmicos: fichamento, esquema, resumo, resenha, seminários, monografia, ensaio, artigo científico. Normatização de trabalhos acadêmicos e científicos. Normas para apresentação – ABNT 14.724. Tipos de conhecimento. Iniciação à pesquisa em educação no campo. Prática de pesquisa e a realidade educativa.			
OBJETIVO GERAL			
Conhecer e produzir trabalhos acadêmicos como: resumo, resenha, seminários, ensaio, artigo científico. Reconhecer a pesquisa como instrumento retroalimentador do conhecimento em educação.			
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO			
Não se aplica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica . 8. ed. [3. reimp.]. São Paulo: Atlas, 2019.			
RODRIGUES, Auro de Jesus. Metodologia Científica . São Paulo: Avercamp, 2006.			
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico . 23ªed. São Paulo: Cortez, 2007. (Edição revista e atualizada).			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <i>NBR 14724</i> : informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002.			
_____. <i>NBR 6023</i> : informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2018.			
_____. <i>NBR 10520</i> : informação e documentação – citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002.			
COSTA, A. F.; COSTA, F.B. Projeto de pesquisa: entenda e faça. 6. ed. 2. Reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.			
KNECHTEL, M. R. Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada . Curitiba: Intersaberes, 2014.			
MARTINS JUNIOR, J. Como escrever trabalhos de conclusão de curso : instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir... 6. ed. [3. reimp.]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.			
SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández e LUCIO, María del Pilar Baptista. Metodologia de Pesquisa . 5ed. Porto Alegre: Penso, 2013.			

ANEXO 2: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO SEGUNDO PERÍODO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO		
EMENTÁRIO		
CURSO	DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias	Tarcísio Serpa Normando	
PERÍODO	DISCIPLINA	CÓDIGO
2º	<i>Políticas da Educação</i>	0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 48	PRÁTICA 12	-
EMENTA		
Organização da educação brasileira: competências e políticas de gestão da União, Estados e Municípios e seus respectivos sistemas de ensino. Políticas educacionais no Brasil. Legislação da educação básica, técnica e tecnológica: níveis, modalidades, competências e normatizações. Formação e carreira dos profissionais da educação. Financiamento da educação.		
OBJETIVO GERAL		
Analisar os fundamentos legais dos fundamentos, competências, organização e normatização da educação brasileira.		
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO		
Não se aplica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BRUNO, Adriana Rocha; TEIXEIRA, Beatriz de Basto; CALDERANO, Maria da Assunção (Org.). Linhas cruzadas: políticas educacionais, formação de professores e educação online. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010 LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012. SOUZA, Ângelo Ricardo de; GOUVEIA, Andréa Barbosa, (Org.). Políticas educacionais: conceitos e debates. 3. ed. Curitiba: Appris, 2016.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
GARÓFALO, Gilson de Lima; PINHO, Terezinha Filgueiras de (Org.). Políticas públicas: limites e possibilidades. São Paulo: Atlas, 2011. GOODSON, Ivor F. As políticas de currículo e de escolarização: abordagens históricas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2016.		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO		
EMENTÁRIO		
CURSO	DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias	Tarcísio Serpa Normando	
PERÍODO	DISCIPLINA	CÓDIGO
1º	<i>Diversidade e Educação Inclusiva</i>	0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 48	PRÁTICA 12	-
EMENTA		
<p>Os conceitos de integração, inclusão e exclusão, diversidade, pluralidade, igualdade e diferença. Diversidade e inclusão no cotidiano escolar. A inclusão escolar e suas especificidades; Processos sociais de estigmatização e segregação escolar; Legislação e políticas públicas em educação inclusiva no Brasil. Relações de gênero e Diversidade sexual. Discussão no âmbito escolar da história e cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena. Marcos legais, conhecimentos e conceitos básicos da Educação Especial, das propostas e projetos para o atendimento dos estudantes com deficiência e necessidades especiais</p>		
OBJETIVO GERAL		
<p>Analisar o papel das discussões e práticas escolares inclusivas no processo de reconhecimento, valorização e empoderamento de minorias enquanto sujeitos escolares. Conhecimento sobre como as pessoas aprendem, compreensão e aplicação desse conhecimento para melhorar a prática docente;</p>		
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO		
Não se aplica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>RODRIGUES, David (org.). Inclusão e Educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.</p> <p>FIGUEIREDO, Rita Vieira de (Org.). Escola, Diferença e Inclusão. Fortaleza: Edições UFC, 2010.</p> <p>KABENGELE, Munanga. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, cultura e civilizações. São Paulo: Global, 2009.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010</p> <p>BETHENCOURT, Francisco. Racismos: das cruzadas ao século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2018</p> <p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 10 set. 2020.</p> <p>BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 10 set. 2020.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio Acesso em: 10 set.2020.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 10 set. 2020.</p> <p>MARÇAL, J.A.;LIMA, SILVIA M. A. Educação escolar das relações étnico-raciais história e cultura afrobrasileira e indígena no Brasil. 1 ed. Intersaberes, 2012.</p> <p>MCLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p>		

ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo (orgs.). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO		
EMENTÁRIO		
CURSO	DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias	Tarcísio Serpa Normando	
PERÍODO 2º	DISCIPLINA <i>Didática, currículo e organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo</i>	CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 48	PRÁTICA 12	-
EMENTA		
<p>Estudo das tendências pedagógicas e epistemológicas do fazer docente, formação do professor e suas relações com a concepção metodológica da ação docente, planejamento e avaliação da prática pedagógica. A organização do trabalho educativo da escola do campo. Currículo e organização pedagógica para a escola do campo. Prática docente na pedagogia da alternância.</p>		
OBJETIVO GERAL		
<p>Ser capaz de refletir criticamente sobre e a educação e cultura a partir dos paradigmas curriculares. Conhecer um referencial teórico que possibilite a compreensão do processo, origem e evolução da organização e gestão do trabalho pedagógico no contexto das escolas no campo. Gestão escolar com especial ênfase nas questões relativas ao projeto pedagógico da escola, ao regimento escolar, aos planos de trabalho anual, aos colegiados, aos auxiliares da escola e às famílias dos estudantes.</p>		
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO		
Não se aplica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>DI PALMAS, Márcia Silva. Organização do trabalho pedagógico. 2.ed. Curitiba: Ibpex, 2013.</p> <p>GOODSON, Ivor F. As Políticas de Currículo e de Escolarização. Petrópolis: Vozes. 2013.</p> <p>MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez. 2013.</p> <p>SILVA, Juliane Paprosqui Marchi; MEDEIROS, Liziany Müller; CAMILLO, Cíntia Moralles; SPANAVELLO, Caroline Silveira. Organização do trabalho pedagógico na educação do campo. Santa Maria, RS : UFSM, NTE, 2018. E-BOOK disponível no endereço: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/06/MD_Organiza%C3%A7%C3%A3o_do_trabalho_pedag%C3%B3gico-1.pdf. Acesso em 10 março 2021.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 10 set. 2020.</p> <p>BRASIL. Decreto 7352 de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-denovembro-de-2010/file Acesso em: 10 set. 2020.</p> <p>BRASIL. II PNERA. Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, junho de 2015. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/pronera/ii-pesquisa-nacional-de-educa-o-na-reforma-agr-ria-pnera---jun-2015/pnera-2pesquisa-educa-reforma-agraria.pdf Acesso em 10 set. 2020.</p>		

BRASIL. **Lei 12.960/2014**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm#art1 Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio> Acesso em: 10 set.2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos**/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf Acesso em 10 set.2020.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Norma de Execução Nº 120, de 29 de maio de 2018**. Cria o banco de organizações da sociedade civil (OSC), estabelecendo regras e procedimentos de credenciamento dessas entidades para execução de projetos no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, nos termos da Lei no 13.019/2014. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/ne_120_dd_29_maio_2018_pronera_banco_osc.pdf Acesso em 10 set. 2020.

BRASIL. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - MANUAL DE OPERAÇÕES**. Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 19, de 15.01.2016 Brasília-DF, 2016. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/projetos-e-programas/pronera/manual_pronera_-_18.01.16.pdf Acesso em: 10 set. 2020.

DUARTE, C. S. **A Constitucionalidade do Direito à Educação dos Povos do Campo**, in Educação do Campo: campo políticas públicas educação. Clarice Aparecida dos Santos (org.). Brasília: INCRA/MDA, 2008.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MEC/CEB/CNE. Parecer CEB/CNE nº 01/2006 – Recomenda a Adoção da Pedagogia da Alternância em Escola do Campo. In: SECAD. **Educação do campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília: MEC/SECAD, 2007, pp. 73 - 80.

MEC/CEB/CNE. Parecer CEB/CNE nº 01/2002 – **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**.

MOTTA, Marcia Menendes (Org.) ; ZARTH, P. A. (Org.). **Formas de resistência camponesa**. Visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. 1.. 1. ed. São Paulo; Brasília: Ed. Unesp ; NEAD, 2008. v. 1.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. **Cadernos didáticos sobre educação no campo** / Universidade Federal da Bahia, organizadores: Celi Nelza Zülke Taffarel, Cláudio de Lira Santos Júnior, Micheli Ortega Escobar, coordenação: Adriana D'Agostini, Erika Suruagy Assis de Figueiredo, Mauro Tilton. – Salvador: EDITORA, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

EMENTÁRIO

CURSO	DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias	Adriano Honorato de Souza	
PERÍODO 2º	DISCIPLINA <i>Tecnologias da Educação</i>	CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 20	PRÁTICA 20	-

EMENTA

Internet para educação no campo. Redes sociais, ambientes e comunidades virtuais para aprendizagem colaborativa. Software livre na educação e na pesquisa acadêmica. Reflexões sobre mediações tecnológicas dentro do processo educacional. Questões contemporâneas no cenário internacional e brasileiro. Tecnologia, sociedade, cultura e política. Mudanças no ensino brasileiro trazidas pelas tecnologias da informação e comunicação.

OBJETIVO GERAL

Compreender e utilizar tecnologias de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos. Compreensão básica dos fenômenos digitais e do pensamento computacional, bem como de suas implicações nos processos de ensino-aprendizagem na contemporaneidade.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CALDAS, W. K.; NOBRE, I. A. M.; GAVA, T. B. S. **Uso do computador na educação: desafios tecnológicos e pedagógicos.** In: Nobre, I. A. M.; Nunes, V. B.; Gava, T. B. S.; Fávero, R. da P.; Bazet, L. M. B. (Orgs.). **Informática na Educação: um caminho de possibilidades e desafios.** Serra: IFES, 2013.

PERES, LÚCIA MARIA VAZ; PORTO, TANIA MARIA ESPERON. **TECNOLOGIAS DA EDUCAÇÃO: tecendo relações entre imaginário, corporeidade e emoções.** Junqueira&Marin Editores, 2016.

TORI, Romero. **Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem.** Artesanato Educacional LTDA. Ed 2, Volume 9. 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, B. C. G. da. **Comunicação e educação na era digital: reflexões sobre estética e virtualização.** In Revista Comunicação, Mídia e Consumo. Ano 7, Volume 7, N. 19, 2010.

DIAS, Graciele Alencar; CAVALCANTE, Rosiane de Alencar. AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR: UMA CONEXÃO EM SALA DE AULA. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, [S.l.], v. 1, fev. 2017. ISSN 2526-3560. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/pesquisainterdisciplinar/article/view/80>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

FANTIN, M. **Mídia-Educação.** Florianópolis, Insular, 2005.

FIGUEIREDO, Gislaiane; NOBRE, Isaura; PASSOS, Marize Lyra Silva. Tecnologias Computacionais na Educação: Desafios na Prática Docente. **Anais do Workshop de Informática na Escola**, [S.l.], p. 127, out. 2015. ISSN 2316-6541. Disponível em: <<https://br-ie.org/pub/index.php/wie/article/view/5006/3416>>. Acesso em: 26 ago. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.5753/cbie.wie.2015.127>.

GAROFALO, Débora Denise Dias. **Educação 4.0: o que devemos esperar**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/9717/educacao-40-o-que-devemos-esperar>. Acesso em: 26 ago. 2019.

OROFINO, M. I. Mídias e mediação escolar: pedagogia dos meios, participação e visibilidade. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2005.

SETTON, M. da G. **Mídia e educação**. São Paulo: Contexto, 2010.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Bianca Santos Bento da Silva	
PERÍODO	DISCIPLINA	CÓDIGO	
2º	<i>Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos</i>	0000	
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 48	PRÁTICA 12	-	
EMENTA			
Educação de jovens e Adultos (EJA) no Brasil: uma abordagem histórica e contemporânea. Os sujeitos da EJA, questões de: gênero, etnicidade, questões geracionais, religiosidade, trabalho e geração de renda. As políticas educacionais nacionais para o ensino na EJA: o PROEJA como caminho para a Educação Profissional de Adultos. Abordagens teórico-metodológicas da/na EJA. Paulo Freire e a Educação Popular. Os espaços e os tempos de ensino e aprendizagem para a EJA. A EJA nas escolas do campo. A Pedagogia da Alternância como possibilidade de atendimento aos educandos da EJA no campo.			
OBJETIVO GERAL			
Compreender a singularidade dos sujeitos da EJA a partir das condições histórico-sociais que os produziram e as implicações delas decorrentes na/para a organização curricular e didático-metodológica de seus diferentes ambientes de ensino e aprendizagem.			
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO			
Não se aplica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
DI PIERRO, Maria Clara, GRACIANO, Mariângela. A educação de jovens e adultos no Brasil . São Paulo: Ação Educativa, 2003.			
FISCHER, Maria Clara Bueno, FRANZOI, Naira Lisboa. Experiência e saberes do trabalho: jogo de luz e sombras. In: MAGALHÃES, Livia e TIRIBA, Lia (org). Experiência: o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação . Uberlândia/MG: Navegando, 2018, pp.201-218.			
SILVA, Alessandra Nicodemos Oliveira (org.). Professores-pesquisadores da Educação de Jovens e Adultos e suas Escritas . Paco Editorial. Jundiaí, São Paulo, 2019.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ARROYO, Miguel González. Educação de jovens – adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio, GIOVANETTI, Maria Amélia, GOMES, LINO, Nilma (org). Diálogos na educação de jovens e adultos . Belo Horizonte: Autêntica, 2005; pp 19-50.			
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação popular . São Paulo: Brasiliense, 2006.			
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é método Paulo Freire . São Paulo: Brasiliense, 2003.			
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes curriculares para a educação de jovens e adultos: parecer 11 . Brasília, 2000.			
DAYRELL, Juarez; JESUS, Rodrigo E. de. Juventude, ensino médio e os processos de exclusão escolar. Educação e Sociedade , v. 37, n. 135, abr-jun/2016; p. 407-423.			

FISCHER, Maria Clara Bueno; GODINHO, Ana Cláudia Ferreira. **Trabalho, Educação e Emancipação Humana: a afirmação da EJA como direito.** Arquivos analíticos de políticas educativas Revista acadêmica, avaliada por pares, independente, de acesso aberto, e multilíngue. Volume 22, Número 65, 30 de junho de 2014, 1-25.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **A teoria crítica de Gramsci nas pedagogias alternativas de Educação do Campo.** Linhas Críticas, Brasília, v. 13, n. 25, p. 185-202, jul./dez. 2007.

NOSELLA, Paolo. **As origens da Pedagogia da Alternância.** Brasília: UNEFAB, 2007.

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. **Educação de jovens e adultos.** Teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Arlete Ramos dos; SOUSA, Gilvan dos Santos. Um estudo das relações entre a EJA e a educação do campo. **Trabalho & Educação**, v.21, n.3, p.237-256, Belo Horizonte – MG, set./dez.2012

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Francinete Soares Martins	
PERÍODO 2º	DISCIPLINA <i>Ética e Educação</i>		CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 32	PRÁTICA 08		-

EMENTA

Ética: conceito e fundamentos. Ética, moral e condição humana: relações imbricadas. O agir eticamente na Educação. Relações entre valores e Educação. Pressupostos éticos da/na formação humana. Ética na atuação profissional e na produção de conhecimento. Ética e discussões contemporâneas.

OBJETIVO GERAL

Compreender, de maneira reflexiva, a importância da Ética na Educação, na formação da sociedade e na formação do educador. Engajamento com sua formação e seu desenvolvimento profissional, participação e comprometimento com a escola, com as relações interpessoais, sociais e emocionais.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARENDRT, Hannah. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BASTOS, Manoel de Jesus. **A importância da Ética na Educação**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 05. Ano 02, Vol. 01. p. 264-276, Julho de 2017.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de; COELHO, Carla Jeane Helfemsteller. **Ética, educação e processos educativos escolares: um diálogo em construção**. Ciência em Movimento - Educação e Direitos Humanos, v.18, n. 37, p. 55-64, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do Humano-compaixão pela terra**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CHAUÍ, Marilena. A existência ética. In: CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000, p. 334-339.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra 2011

JOHANN, Jorge Renato. **Educação e ética: em busca de uma aproximação**. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.

TAILLE, Yves de La. **Moral e Ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Artmed, 2006.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		José Walter dos Santos Francisco das Chagas Silva Reis	
PERÍODO 2º	DISCIPLINA <i>Pesquisa e Processos Educativos</i>		CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 40	PRÁTICA 20		-

EMENTA

Projetos de Pesquisa. Pesquisa em educação. A pesquisa na área de Ensino das Ciências Agrárias. Coleta, tabulação, análise e interpretação de dados de pesquisa em educação. Análise e interpretação de dados de pesquisa.

OBJETIVO GERAL

- Reconhecer os elementos do processo de formalização de uma proposta de pesquisa – projeto de pesquisa.
- Estudar o processo de execução da metodologia de uma pesquisa em educação.
- Reconhecer em artigos e relatórios de pesquisa as peculiaridades de pesquisas em educação.
- Compreender os processos de pesquisa na área das ciências agrárias.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. 2. Reimp. São Paulo: Atlas, 2018.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández e LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia da Pesquisa**. Penso: Porto Alegre, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, A. F.; COSTA, F.B. **Projeto de pesquisa: entenda e faça**. 6. ed. 2. Reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MARTINS JUNIOR, J. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 18. ed. [rev. e Ampl.]. Campinas, SP: Papyrus, 2016.

REY, F. G. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

ANEXO 3: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO TERCEIRO PERÍODO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO		
EMENTÁRIO		
CURSO	DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias	Francimauro Sousa Morais	
PERÍODO 3º	DISCIPLINA <i>Química I</i>	CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 30	PRÁTICA 10	-
EMENTA		
<p>Matéria e medidas em química; Átomos, moléculas e íons; Principais Funções da Química Inorgânica: Nomenclatura e Propriedades; Ligações químicas; Reações Químicas e Estequiometria; Soluções; Cinética química; Equilíbrio químico; Química orgânica; Compostos orgânicos e grupos funcionais; Classificação e nomenclatura de compostos da química orgânica – IUPAC; Metabólitos secundários.</p>		
OBJETIVO GERAL		
<p>Capacitar o aluno com os principais conceitos da Química, despertando o raciocínio químico para que ele possa utilizar os conhecimentos adquiridos nas diversas disciplinas do curso de ciências agrárias e em sua área de atuação profissional.</p>		
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO		
Não se aplica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BROWN, L. T.; Lemay Jr., H. E.; Bursten, B. E.; Burdge, J. R. Química a Ciência Central. 9ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.</p> <p>ATKINS, Peter W.; JONES, Loretta. Princípios de Química: questionando a vida moderna o meio ambiente. 3ª ed. Guanabara Koogan, 2006.</p> <p>MCMURRY, J. Química Orgânica, LTC, Livros Técnicos e Científicos Editora S/A., 6ª ed., 2002.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>KOTZ, J.C.; TREICHEL, P. M.; WEAVER, G.C. Química Geral e Reações Químicas. Volume 1. 6ª ed. São Paulo. Cengage Learning, 2009.</p> <p>MAIA, Deltamir Justino; BIANCHI, J. C. de A. Química Geral: fundamentos. 1ª ed. Editora Pearson Prentice Hall. São Paulo. 2007.</p> <p>CAREY, F. A.; Química Orgânica, 7ª ed., vol. 1 e 2, AMGH Editora Ltda, Porto Alegre, 2011</p>		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

EMENTÁRIO

CURSO	DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias	Anderson Fonseca Junior	
PERÍODO 2º	DISCIPLINA <i>Matemática Fundamental</i>	CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 48	PRÁTICA 12	-

EMENTA

Conjuntos Números e Operações; Expressões numéricas; Múltiplos e Divisores; Máximo Divisor Comum (MDC) / Mínimo Múltiplo Comum (MMC); Números Primos; Potenciação; Proporção/Regra de Três/ Porcentagem; Operações com expressões Algébricas; Operações com Monômios/Binômio e Polinômios; Operações com Frações Algébricas; Relações; Funções (do primeiro Grau, Segundo Grau, funções trigonométricas); Gráficos de Funções; Intervalos; Inequações do primeiro e segundo grau (Operações envolvendo inequações); Noções de Geometria plana – Polígonos (área e perímetro); Relações métricas em Triângulos; Congruências, paralelismo e Bissetriz; Geometria Espacial (cálculos de volumes de sólidos geométricos elementares).

OBJETIVO GERAL

Compreender e utilizar conceitos matemáticos que fundamentam o desempenho adequado das atividades do profissional licenciado em ciências agrárias e que permite uma base necessária para outras disciplinas.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHAVANTE, Eduardo. **Quadrante matemática**, Ensino Médio. V.1 e 2 ano, 1ª ed., São Paulo: Edições SM, 2016.

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: contexto & aplicações**. Ensino Médio. V.1 e 2 ano - 3ª ed. São Paulo: Ática, 2016.

SOUZA, Joamir Roberto de. **Contato matemática**. v. 1 e 2 ano - 1ª ed. São Paulo: FTD, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática**. 1ª e 2ª séries. Ensino Médio. São Paulo: Ática, 2004.

IEZZI, Gelson, et ali. **Matemática: ciência e aplicações**. Ensino Médio. v. 1ª e 2ª séries, 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 2016.

GIOVANNI, J. Ruy, BONJORNO, J. Roberto. **Matemática: uma nova abordagem**. v. 1 e 2: versão progressões. São Paulo: FTD, 2000.

PAIVA, Manoel. **Matemática**. v. 1 e 2. - 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2013.

VASCONCELLOS, Maria J. Couto de, et ali. **Matemática**. 1ª e 2ª séries. Ensino Médio. São Paulo: Editora do Brasil, 2004.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Ana Rita de Oliveira Braga Kaline Ziemniczak	
PERÍODO 3 ^o	DISCIPLINA <i>Biologia Geral</i>	CÓDIGO 0000	
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 32	PRÁTICA 08	-	
EMENTA			
Origem da vida. Classificação dos seres vivos e características gerais dos cinco reinos. Citologia. Principais processos energéticos e vias metabólicas. Evolução e classificação das plantas. Origem, evolução e características gerais dos principais grupos de animais com ênfase nos de importância para ciências agrárias. Noções básicas de biologia molecular.			
OBJETIVO GERAL			
Compreender os fundamentos básicos das funções desempenhadas pelos seres vivos com enfoque no reino das plantas e animais para subsidiar o desenvolvimento das disciplinas técnicas a serem trabalhadas ao longo do Curso.			
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO			
Projeto de extensão de elaboração de materiais didáticos para o ensino de genética voltado para os professores do ensino básico. O projeto será realizado nas escolas onde os alunos farão estágio. Carga horária: 10 horas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
HICKMAN, Cleveland P.; ROBERTS, Larry S.; KEEN, Susan L. Princípios integrados de zoologia . 16 ^a edição. Grupo Gen-Guanabara Koogan, 2016.			
JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchoa et al. Biologia celular e molecular . 9 ^a edição. Guanabara Koogan, 2012.			
REECE, Jane B. et al. Biologia de Campbell . 10 ^a edição. Artmed Editora, 2015.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ALBERTS, Bruce et al. Fundamentos da biologia celular . 4 ^a edição. Artmed Editora, 2017.			
ALBERTS, Bruce et al. Biologia Molecular da célula . 6 ^a edição. Artmed Editora, 2017.			
GILBERT, Scott F.; BARRESI, Michael JF. Biologia do desenvolvimento . Artmed Editora, 2019.			
PURVES, H. K. et al. Vida: Ciência da biologia , vol 3: Plantas e animais. 8 ^a edição. Editora Artmed, 2009.			
PURVES, William K. et al. Vida: a ciência da biologia . Volume I: Célula e Hereditariedade. 8 ^a edição. Editora Artmed, 2009.			
SADAVA, DAVID. Et al. Vida: A Ciência da Biologia: Volume 2: Evolução, Diversidade e Ecologia . 8 ^a edição. Editora Artmed, 2009.			

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO	DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias	Erick Rodrigo Santos Almeida	
PERÍODO 3º	DISCIPLINA <i>Literatura e Produção Textual</i>	CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 48	PRÁTICA 12	-

EMENTA

Noções de linguagem, texto e discurso. Prática de leitura e de produção de textos. Processos de leitura. Estratégias de produção textual.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar situações de identificação, caracterização e funcionalidade dos mais diversos gêneros textuais. Desenvolver competências de leitura e produção de textos a partir do estudo de aspectos fundamentais que constituem os diferentes gêneros textuais. Oportunizar espaços de revisão, reflexão, análise, crítica e reelaboração das próprias práticas de produção textual. Proficiência em Língua Portuguesa falada e escrita, leitura, produção e utilização dos diferentes gêneros de textos, bem como a prática de registro e comunicação, levando-se em consideração o domínio da norma culta.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão. **Oficina de texto**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. **Leitura e produção textual**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SENA, Odenildo. **A engenharia do texto: um caminho rumo à prática da boa redação**. 2.ed. Manaus: EDUA/FAPEAM, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso, In: **Estética da criação verbal**. Trad; Ma Hermantina G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. 7 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

KOCH, Ingedore. ELIAS, Vanda. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela H. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO			DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)		
Licenciatura em Ciências Agrárias			Di Angelo Matos Pinheiro		
PERÍODO 3º	DISCIPLINA <i>Física I</i>		CÓDIGO 0000		
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO	
TEÓRICA 32	PRÁTICA 08		-		
EMENTA					
Unidades e grandezas físicas, Cinemática, Leis de Newton, Trabalho e Energia, Noções de resistência dos materiais.					
OBJETIVO GERAL					
Compreender os conceitos relevantes da mecânica, relacionando os temas a situações do cotidiano do curso.					
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO					
Não se aplica.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALTER, J. Fundamentos de Física , volume 1: mecânica. 10 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018.					
NUSSENZVEIG, H. M.; Curso de Física Básica , volume I: mecânica, 5. Ed. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda., 2013.					
RESNICK, Robert; HALLIDAY, David; WALKER, Jearl. Fundamentos de Física , 9. ed., Volume I. Rio de Janeiro: LTC, 2013.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
ALONSO, Marcelo; FINN, Edward J. Física: um curso universitário , v. 1. São Paulo: Edgard Blücher, 1972.					
EISBERG, Robert M.; LERNER, Lawrence S. Física: fundamentos e aplicações , V. 1. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.					
HIBBELER, R.C. Resistência dos Materiais , 3. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.					
RESNICK, Robert; HALLIDAY, David; KRANE, Kenneth S. Física , v. 1. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.					

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO	DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias	Sarah Ragonha de Oliveira	
PERÍODO 3º	DISCIPLINA <i>Zootecnia Geral</i>	CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 48	PRÁTICA 12	-

EMENTA

Introdução à zootecnia. Anatomia e fisiologia dos monogástricos. Nutrição, Alimentos e alimentação dos animais monogástricos. Reprodução e Melhoramento animal. Bem-estar e saúde animal.

OBJETIVO GERAL

Conhecer os termos técnicos usados em Zootecnia, como os princípios gerais da criação dos animais domésticos, buscando a produção econômica de forma sustentável através do aperfeiçoamento do meio visando a adaptação do animal ao ambiente criatório e deste ao animal.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Curso de extensão sobre um assunto específico relacionado à matéria, a ser realizado em uma comunidade escolhida pela turma. Carga horária: 10 horas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PESSOA, Ricardo Alexandre Silva. **Nutrição Animal - Conceitos Elementares**. 1ª Edição. Editora Érica, 2014. 136p.

REECE, William O. **Anatomia Funcional e Fisiologia dos Animais Domésticos**. 3ª Edição. Editora Roca, 2008. 480 p.

ROLIM, Antonio Francisco Martin. **Produção Animal - Bases da Reprodução, Manejo e Saúde**. 1ª Edição. Editora Érica, 2014. 136p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA JUNIOR, Gercílio Alves; STRADIOTTI JUNIOR, Deolindo; SILVA, Elaine Cristina Gomes; ANDRADE, Magda Aparecida Nogueira; VARGAS JUNIRO, José Geraldo; CORDEIRO, Mariana Duran (Eds.). **O profissional de Zootecnia no século XXI** [recurso eletrônico] / – Alegre, ES : CAUFES, 2012. 203 p. Disponível em: http://zootecnia.alegre.ufes.br/sites/zootecnia.alegre.ufes.br/files/field/file/Livro%20Zootecnia%20em%20recurso%20eletr%C3%B4nico%20_%20e-book.pdf. Acesso em: 12/08/19.

DEL CAMPO, Marcia; DA COSTA, MJ Paranhos; SANT'ANNA, A. C. Bem-estar animal: Sistemas de produção, práticas de manejo e qualidade da carne. **Bem estar animal como valor agregado nas cadeias produtivas de carnes. Paranhos da Costa, MJR and Sant'Anna, AC, eds. Funep, Jaboticabal, SP, p. 94-107, 2016.** Disponível online: http://www.grupoetco.org.br/arquivos_br/pdf/Bem-estar-animal-como-valor-agregado.pdf#page=96 Acesso em: 15/08/19

FERREIRA, Rony Antonio. **Maior Produção com Melhor Ambiente para Aves, Suínos e Bovinos**. Viçosa: Editora Aprenda Fácil. 2012. 528 p.

FERREIRA, W.M.; BARBOSA, S.B.P.; CARRER, C.R.O.; CARVALHO, F.F.R. et al. Zootecnia Brasileira: quarenta anos de história e reflexões. **Revista Acadêmica**, Curitiba, v.4, n.3, p.77-93, 2006.

ROSA, Antonio do Nascimento. Melhoramento genético aplicado em gado de corte. 2018. Disponível em:

http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/5060/Melhoramento-Genetico_aplicado%20em%20gado%20de%20corte.pdf?sequence=1 Acesso em: 15/08/19.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO	DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias	Jonatan Onis Pessoa	
PERÍODO 3º	DISCIPLINA <i>Ambiente, Saúde e Segurança</i>	CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 32	PRÁTICA 08	-

EMENTA

O meio ambiente do trabalho. Histórico de doenças relacionadas ao ambiente de trabalho. Acidentes ambientais. Conceito de Acidentes e doenças profissionais e do trabalho. Condição e ato inseguro. Conceito e análise de riscos ambientais. Insalubridade e periculosidade no trabalho rural. Noções de Legislação Trabalhista, Previdenciária e Normas Regulamentadoras do Trabalho. Programas preventivistas.

OBJETIVO GERAL

Compreender a interação entre as atividades produtivas e sua relação com o ambiente, saúde e segurança com enfoque na atuação do profissional licenciado em Ciências Agrárias.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Os discentes do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias deverão preparar material e realizar minicurso sobre algum conteúdo da disciplina Ambiente, Saúde e Segurança. Esta atividade deverá ser realizada em uma comunidade situada no meio rural do município de Itacoatiara a ser definida pelos alunos e professor da disciplina. Carga horária: 10 horas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARSANO, Paulo Roberto. **Legislação Aplicada à Segurança do Trabalho**. São Paulo: Érica, 2014. 160 p. ISBN 978-85-365-0764-4.

CAMISASSA, Mara Queiroga. **Segurança e saúde no trabalho: NRs 1 a 36 comentadas e descomplicadas**. 5. ed. São Paulo: MÉTODO, 2018. 715 p. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-309-8161-7.

SEGURANÇA e medicina do trabalho. 82. Ed. São Paulo: ATLAS, 2019. 1224 p. ISBN 97-8859-701-987-2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGOSTINI, Marcia. Saúde do Trabalhador. In: ANDRADE, A., PINTO, SC., and OLIVEIRA, RS., orgs. **Animais de Laboratório: criação e experimentação**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. 388 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/sftwtj/pdf/andrade-9788575413869-46.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

ALVES, R. A.; GUIMARÃES, M. C. **De que sofrem os trabalhadores rurais?** Análise dos principais motivos de acidentes e adoecimentos nas atividades rurais. Informe Gepec, Toledo, v. 16, n. 2, p. 39-56, 2012.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em <<http://trabalho.gov.br/porta1-mte/>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

DIAS, Elizabeth Costa. Condições de vida, trabalho, saúde e doença dos trabalhadores rurais no Brasil. In: Pinheiro TMM, organizador. **Saúde do trabalhador rural –RENAST**. Brasília: Ministério da Saúde; 2006. p. 1-27.

GAUDIOSO, Carlos, Eduardo Vilela.; SOUZA, José Carlos.; MAGNA, Luis Alberto.; CRIADO, Felipe Souza.; MONTEIRO, Bruno Henrique.; BARBOSA, Dalmo Alves. **Saúde do Trabalhador Rural: Uma Revisão Bibliográfica**. Ciências do Trabalho. n. 11. 2018.

MAIA, Leonardo Rocha.; RODRIGUES, Luciano Brito. **Saúde e segurança no ambiente rural:** uma análise das condições de trabalho em um setor de ordenha. Ciência Rural, Santa Maria, v.42, n.6, p.1134-1139, jun, 2012.

MARTINS R.N (Curitiba). Companhia de Desenvolvimento Dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Comp.). **APOIO NO GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL DO VALE DO PARNAÍBA** (PDFLOR-PI). Curitiba: Spc, 2009. 63 p.

SILVA, Jandira Maciel.; NOVATO-SILVA, Eliane.; FARIA, Horácio Pereira.; PINHEIRO, MAGALHÃES, Tarcísio Márcio. **Agrotóxico e trabalho:** uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. Ciência & Saúde Coletiva. v. 10. n. 4. p. 891-903, 2005.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Vinicius John	
PERÍODO 3º	DISCIPLINA <i>Antropologia das Sociedades Índigenas e Tradicionais</i>	CÓDIGO 0000	
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 56	PRÁTICA 04	-	

EMENTA

Conjuntura do desenvolvimento inicial da antropologia e o evolucionismo. Conceitos de cultura, cultura material e imaterial, culturas indígenas e afro-brasileiras, etnia, etnocentrismo. Escravidão, racismo científico e eugenia no Brasil. A etnografia e a superação do evolucionismo, relativismo. As diferentes etnias que formam a sociedade brasileira: os povos indígenas, africanos e imigrantes europeus. Os povos tradicionais e comunidades quilombolas. A antiguidade da ocupação das Américas. As sociedades da recusa do trabalho, territórios, os diferentes modos de vida, etnosaberes e conhecimentos científicos. Introdução às legislações nacionais e internacionais relativas aos povos originários e tradicionais, direitos humanos. Pesquisa com seres humanos. Direito à educação escolar indígena. Educação no campo.

OBJETIVO GERAL

Compreender o desenvolvimento da antropologia, e seus principais conceitos, relacionando-o às conjunturas históricas da Europa e do Brasil. Desenvolver uma visão crítica a respeito da história oficial brasileira, a partir da compreensão das perspectivas indígenas, negra e das populações tradicionais. A dívida histórica do Estado para com estas populações, os etnosaberes e os diferentes modos de vida como formas legítimas e protegidas de existência.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Os alunos deverão escolher uma escola de ensino médio para realizar um projeto sobre Cultura e estudos indígenas e afro-brasileiros, fomento diálogos para o reconhecimento e valorização da memória e da identidade da população indígena e negra no município de Itacoatiara . Carga horária: 10 horas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

INGOLD, Tim. **Antropologia não é etnografia**. In: Ingold, Tim. *Estar Vivo - ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2015.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

WAGNER, Roy. **A invenção da Cultura**. Ubu Editora, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DA MATTA, Roberto. **Relativizando uma introdução à antropologia social**. Rocco, 2010.

DE SANTANA, N. M. C.; DOS SANTOS, R. A. **Projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX**. Revista de Estudios Sociales No.35, v. 58, p. 28–38, 2016.

GUSMÃO, Neusa M. M. **Antropologia e educação: um campo e muitos caminhos**. Linhas Críticas 21, no. 44, 2015.

LARAIA. **Cultura: um conceito antropológico**. Zahar, 1986.

NASCIMENTO, Adir Casaro; VIEIRA, Carlos Magno Naglis; MEDEIROS, Heitor Queiroz de Medeiros (Orgs.).

Educação indígena na escola em outros espaços : experiências interculturais. Campinas, SP : Mercado de Letras, 2018. Disponível online em: <https://www.mercado-de-letras.com.br/resumos/pdf-01-10-18-10-45-35.pdf>. Acesso em: 10 abr 2021

SILVA, Társia R.; DIAS, A. A. **O Racismo sob a forma de violência silenciosa e as contribuições da pedagogia institucional no seu enfrentamento.** Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.21, n.1, p.72-92, jan./jun.2013.

ANEXO 4: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO QUARTO PERÍODO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO		
EMENTÁRIO		
CURSO	DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias	Francimauro Sousa Morais	
PERÍODO 4º	DISCIPLINA <i>Química II</i>	CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 30	PRÁTICA 10	Química I
EMENTA		
<p>Termos fundamentais da química analítica; Ácidos e bases; Volumetria de neutralização; Equilíbrio de complexação; Volumetria de complexação; Equilíbrio de Oxi-redução; Medidas de pH e Técnicas Instrumentais (colorimetria, fotolorimetria, cromatografia e espectroscopia de absorção atômica e plasma).</p>		
OBJETIVO GERAL		
<p>Capacitar o aluno em técnicas de análises químicas, utilizando as diferentes técnicas empregadas nas análises quantitativa e qualitativa recomendadas para a obtenção de resultados que o possibilitará adotar procedimentos para resolver e otimizar a produção no campo.</p>		
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO		
Desenvolvimento de atividade prática sobre a Qualidade da água. Carga horária: 10 horas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>Skoog, D.A.; West, D.M.; Holler F.J.; Crouch, S.R., Fundamentos de Química Analítica, Tradução da 8ª edição Norte-Americana, Thomson Learning, São Paulo, 2006.</p> <p>HARRIS, DANIEL C., Análise Química Quantitativa, 6ª Edição, LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., Rio de Janeiro-RJ, 2005.</p> <p>VOGEL, Análise Química Quantitativa, 6ª Edição, LTC Editora, Rio de Janeiro-RJ, 2002.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BACCAN, Nivaldo; ANDRADE, João Carlos de. Química Analítica Quantitativa Elementar. 3ª ed. Edgard blucher, 2001.</p> <p>VOGEL, A. I. Química Analítica Qualitativa. 5ª ed. Mestre Jou, 1981..</p>		

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO	DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias	Ana Rita de Oliveira Braga Kaline Ziemniczak	
PERÍODO 4º	DISCIPLINA <i>Ecologia</i>	CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 32	PRÁTICA 08	-

EMENTA

Introdução à Ecologia. Ecologia evolutiva: evolução por seleção natural e especiação. Ecologia de populações: características populacionais, técnicas demográficas, crescimento populacional. Relações ecológicas entre seres vivos. Ecologia de comunidades: composição, riqueza e diversidade de espécies; sucessão de comunidades, teias alimentares, padrões de riqueza de espécies. Ecologia de Ecossistemas: fluxo de energia, biomassa e pirâmides de energia. Ciclos biogeoquímicos. Ecossistemas terrestres e ecossistemas aquáticos. Biomas do Brasil.

OBJETIVO GERAL

Conhecer os conceitos em ecologia e a diversidade de processos e relações ecológicas que ocorrem entre os organismos e o meio ambiente como base para a tomada de decisão voltada para a preservação e conservação ambiental.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ODUM, E. P.; BARRETT, G. W. **Fundamentos de ecologia**, São Paulo: Cengage Learning, 2020.

PINTO-COELHO, R.M. **Fundamentos em Ecologia**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

RICKLEFS, Robert E. **A Economia da Natureza**, 7ª Ed. Guanabara Koogan, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEGON, M.; TOWNSEND, C.R.; HARPER, J.L. **Ecologia: de Indivíduos a Ecossistemas**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAJOZ, R. **Princípios de Ecologia**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. (BC - 3\BG - 2\)

LUTZENBERGER, José. **Manual de ecologia: do jardim ao poder**. Porto Alegre: L&PM, v. 1, 2004.

PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Efraim. **Biologia da conservação**. Londrina.Planta, v. 656, 2001.

TOWNSEND, C.; BEGON, M. HARPER, J.L. **Fundamentos em Ecologia**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO			DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)		
Licenciatura em Ciências Agrárias			Di Angelo Matos Pinheiro		
PERÍODO 4º	DISCIPLINA <i>Física II</i>		CÓDIGO 0000		
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO		
TEÓRICA 32	PRÁTICA 08		Física I		
EMENTA					
Mecânica dos Fluidos, Temperatura e Calor, Leis da Termodinâmica.					
OBJETIVO GERAL					
Entender os conceitos relevantes da mecânica dos fluidos e termodinâmica, relacionando os temas a situações do cotidiano do curso.					
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO					
Não se aplica.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>NUSSENZVEIG, H. M.; Curso de Física Básica, volume II: Fluidos, Oscilações e Ondas, Calor, 5. Ed. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda., 2013.</p> <p>RESNICK, Robert; HALLIDAY, David; WALKER, Jearl. Fundamentos de Física, 10. ed., Volume II. Rio de Janeiro: LTC, 2018.</p> <p>YOUNG, Hugh D. Física II: termodinâmica e ondas. 14 ed. São Paulo: Pearson Education, 2016.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>CHAVES, Alaor. Física Básica: Gravitação, Fluidos, Ondas e Termodinâmica, 1ª edição, Rio de Janeiro: LTC, 2007.</p> <p>RESNICK, Robert; HALLIDAY, David; KRANE, Kenneth S. Física, v. 2. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.</p> <p>SEARS, M. W. Z; YOUNG, H. D; FREEDMAN, R. A. Física II: Ondas e Termodinâmica. v. 2. 14ª edição. Editora Addison-Wesley, 2016.</p> <p>SERWAY, RAYMOND A.; JEWETT Jr.; JOHN W. Princípios de Física – Ondas e Termodinâmica. 5ª edição, São Paulo, Editora Trilha, 2014 (vol.1)</p> <p>TIPLER, Paul A. Mecânica, Oscilações e Ondas, Termodinâmica. v. 2. 4ª edição. Rio de Janeiro. Editora LTC, 2009.</p>					

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Rafael Augusto Ferraz	
PERÍODO 4º	DISCIPLINA <i>Morfologia e Fisiologia Vegetal</i>		CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 32	PRÁTICA 08		-

EMENTA

Morfologia e classificação das raízes, dos caules, das folhas, das flores, dos frutos e das sementes. Noções anatômicas dos órgãos vegetativos e reprodutivos das plantas. Estudo dos processos e atividade funcional que ocorre nas plantas. Estudo do modo de vida da planta que inclui sua sobrevivência, atividades metabólicas, relações hídricas, nutrição mineral, desenvolvimento, organização e processos de transporte. Hormônios e reguladores vegetais.

OBJETIVO GERAL

Diferenciar os órgãos vegetativos e reprodutivos das plantas. Entender o funcionamento fisiológico de um vegetal através da fotossíntese e respiração. Entender o funcionamento dos hormônios vegetais, bem como os reguladores sintéticos.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FAGAN, E. B., ONO, E. O., RODRIGUES, J. D., JUNIOR, A. C., NETO, D. D. **Fisiologia Vegetal: Reguladores Vegetais**. São Paulo: Andrei. 2015. 300p.

FAGAN, E. B., ONO, E. O., RODRIGUES, J. D., SOARES, L. H., NETO, D. D. **Fisiologia Vegetal: Metabolismo e Nutrição Mineral**. São Paulo: Andrei. 2016. 304p.

GONÇALVES, E.G., LORENZI, H. **Morfologia vegetal: organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas vasculares**. 2. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum. 2011. 544p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

APEZZATO-DA-GLÓRIA, B. & CARMELLO-GUERREIRO, S.M. **Anatomia Vegetal**. 3 ed. Viçosa: UFV. 2012. 438p.

MARENCO, R. A., LOPES, N. F. **Fisiologia Vegetal**. 3. ed. Viçosa: UFV. 2009. 486p.

RAVEN, P.H., EICHHORN, S.E., EVERT, R.F. **Biologia vegetal**. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2014. 876p.

SOUZA, V. C., LORENZI, H. **Botânica Sistemática**. 3 ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum. 2012. 768p.

TAIZ, L., ZEIGER, E., MOLLER, I. M., MURPHY, A. **Fisiologia e Desenvolvimento Vegetal**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed. 2017. 888p.

VIDAL, W.N. & VIDAL, M.R.R. **Botânica: organografia. Quadros sinóticos ilustrados de Fanerógamas**. 4.ed., Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2000. 124p

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO	DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias	Andrey Luis Bruyns de Sousa	
PERÍODO 4º	DISCIPLINA <i>Solos e Fertilidade</i>	CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 48	PRÁTICA 12	-

EMENTA

Histórico da ciência do solo. Aspectos de formação do solo, sua morfologia, seus minerais e rochas formadoras dos solos agrícolas; Processos ligados à formação e desenvolvimento do solo; Principais solos agrícolas e seus horizontes diagnósticos; Química e física do solo: Capacidade de troca catiônica, acidez e calagem; Biologia do solo; Constituintes do solo; e Principais tipos de solos na Amazônia. Nutrição vegetal, adubos e adubações.

OBJETIVO GERAL

Conhecer e compreender os conceitos, aspectos e processos relacionados à formação, classificação, fertilidade e manejo do solo, para adotar técnicas e manejos adequados à conservação ambiental e a produção agrícola.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Os alunos deverão escolher uma comunidade rural, e realizar uma demonstração de técnica quanto a correta amostragem do solo. Carga horária: 10 horas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRADY, Nyle C.; WEIL, Ray R. **Elementos da natureza e propriedades dos solos**. Bookman Editora, 3ª Ed. 2012.

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo**. 6a ed. São Paulo: Ícone, 2008.

MEURER, E. J. **Fundamentos de Química do Solo**. 5ª Ed. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

EMBRAPA. **Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 3. ed. Brasília, DF: Embrapa Solos 2013. 353p

FERNANDES, M. S. (Editor). **Nutrição mineral de plantas**. Viçosa: SBCS, 2006. 432 p.

FONTES, P.C.R. **Diagnóstico do estado nutricional das plantas**. Viçosa: UFV, 2001.

MALAVOLTA, E. **Manual de nutrição mineral de plantas**. São Paulo: Ed. Agronômica Ceres, 2006.

SANTOS, R. D.; LEMOS, R. C.; SANTOS, H. G.; KER, J. C.; ANJOS, L. H. C.; SHIMIZU, S. H. **Manual de descrição e coleta de solo no campo**. 6. ed. rev. e ampl. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo / Ed. Suprema Gráfica e Editora Ltda, 2013.

WHITE, R. **Princípios e práticas da Ciência do solo**. Tradução: SILVA, I. F.; DOURADO NETO, D. São Paulo: ANDREI, 2009, 426 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

EMENTÁRIO

CURSO	DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias	Sarah Ragonha de Oliveira	
PERÍODO 4º	DISCIPLINA <i>Produção Animal I</i>	CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 48	PRÁTICA 12	Zootecnia Geral

EMENTA

Avicultura de corte e postura: Situação atual e perspectivas. Modelos de sistemas de produção. Tipos de produção. Estrutura da produção. Organização da produção. Planejamento da necessidade de edificações e equipamentos. Aspectos da produtividade. Manejo da alimentação. Monitorias sanitárias. Principais práticas de manejo na granja. Questões ambientais da produção de aves.

OBJETIVO GERAL

Conhecer a importância da avicultura no Brasil e no estado do Amazonas e a sua estruturação nacionalmente. Ser capaz de aplicar técnicas de manejo, alimentação, planejamento geral de produção e práticas sanitárias de modo a possibilitar uma criação de aves integrada e sustentável.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Curso de extensão sobre a criação de aves no sistema caipira a ser aplicado em uma comunidade de escolha dos alunos. Carga horária: 10 horas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBINO, Luiz Fernando Teixeira; TAVERNARI, Fernando de Castro; VIEIRA, Rodolfo Alves; SILVA, Edney Pereira. **Criação de Frango e Galinha Caipira**. Viçosa: Editora Aprenda Fácil. 2016. 308 p.

ALBINO, Luiz Fernando Teixeira et al. **Produção e Nutrição de Frangos de corte**. Viçosa: Editora UFV. 2017.

COTTA, Tadeu. **Galinha: produção de ovos**. 2ª Edição. Viçosa: Editora Aprenda Fácil. 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALDERANO, Arele A.; MAIA, Rosana Cardoso. **Formulação de Rações para Galinhas Poedeiras Convencionais e Caipiras**. Viçosa: Editora Aprenda Fácil. 2019.

COTTA, Tadeu. **Alimentação de Aves - Galinha, Frango, Codorna, Galinha D'Angola, Pato, Ganso, Peru, Faisão e Perdiz**. Viçosa: Editora Aprenda Fácil. 2014. 220 p.

COTTA, Tadeu. **Frangos de Corte - Criação, Abate e Comercialização**. Viçosa: Editora Aprenda Fácil. 2014. 143 p.

GUELBER SALES, Marcia Neves; SOLER, Marta; SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Estilos de avicultura: uma estratégia de resistência da condição camponesa**. Disponível online: <https://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/handle/item/2606> Acesso em: 15/08/19

VIEIRA, José Sávio Muruci. **Criação de Galinhas Caipiras em Sistema Orgânico**. 2017. Disponível online: http://www.espacodoagricultor.rj.gov.br/pdf/criacoes/manejo_galinhas_caipiras_sistemas_organicos.pdf Acesso em: 15/08/19.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		José Walter dos Santos	
PERÍODO	DISCIPLINA	CÓDIGO	
4º	<i>Metodologia do ensino das Ciências Agrárias</i>	0000	
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 30	PRÁTICA 30	-	
EMENTA			
<p>Fundamentos didáticos e sua aplicação à realidade da Educação Básica. Elementos da ação pedagógica. Planejamento, elaboração e avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Relação professor-aluno. Posicionamento crítico e contextualizado da prática educativa e do papel do educador na sociedade brasileira; Análise do discurso técnico pedagógico para a formação técnica profissional no campo das ciências agrárias; Técnicas de ensino para ciências agrárias</p> <p>A formação de professores para o Ensino Agrícola: o papel da licenciatura em Ciências Agrícolas. A função social da escola no meio rural.</p>			
OBJETIVO GERAL			
<p>-Desenvolver situações de ensino-aprendizagem nas diversas áreas que compõem o ensino agrícola de nível médio;</p> <p>-Analisar a contribuição da Didática na formação do Professor da Educação Básica;</p> <p>-Analisar a fundamentação teórica e a aplicação prática em nossa realidade educacional de diferentes experiências de ensino, no contexto de uma pedagogia para a transformação da sociedade;</p> <p>-Compreender a função do professor como orientador do processo de ensino-aprendizagem e seu papel na formação integral do educando;</p> <p>-Caracterizar as fases do planejamento de ensino analisando os elementos componente de cada fase e reconhecendo sua importância no processo ensino-aprendizagem;</p> <p>-Vivenciar atividades de planejamento, execução e avaliação das atividades docentes, conciliando teoria e prática e desenvolvendo uma visão crítica e contextualizada da prática pedagógica.</p>			
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO			
Não se aplica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BRASIL. Constituição Federal; Leis 9394/96, 7044/82, 5692/71, 5540/68, 4024/61; Decretos 2207/97 e 2208/97 (e Legislação complementar, especialmente a referente ao Ensino Agrícola).</p> <p>CANDAUI, Vera Maria. Rumo a uma nova didática. Petrópolis: Vozes, 1995.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública - a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985.- _____. Didática. São Paulo, Cortez, 1992.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>BORDENAVE, Juan Diaz. Estratégias de Ensino-Aprendizagem. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.</p> <p>SANTOS. Raimundo Bonfim. A formação do técnico agrícola - processo de reprodução social ou de mudança social? Tese de mestrado, PUC/RJ.</p> <p>SAVIANI. Demerval. Escola e Democracia. São Paulo: Cortez, 1988.</p> <p>VEIGA, Ilma A. (org.). Repensando a Didática. São Paulo: Papyrus, 1989.</p>			

WERTHEIN, J. & BORDENAVE, J. D. **Educação Rural no Terceiro Mundo**: experiências e novas alternativas.
Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO			DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)
Licenciatura em Ciências Agrárias			Erick Rodrigo Santos Almeida Sarah Ragonha de Oliveira
PERÍODO	DISCIPLINA	CÓDIGO	
4º	<i>Estágio Supervisionado I</i>	0000	
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 20	PRÁTICA 60	Didática Geral	
EMENTA			
TEORIA - Estágio curricular supervisionado, preparando o licenciando para o exercício do Ensino de Ciências, junto às escolas de Ensino Fundamental – Lei 9394/96 e Lei 11788/2008.			
PRÁTICA – Observação participante.			
OBJETIVO GERAL			
Desenvolver, a partir de uma atitude investigativa, conhecimentos relativos ao ambiente de trabalho docente e às especificidades do trabalho do professor dos anos finais do Ensino Fundamental.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ALMEIDA, A. M. B.; LIMA, M. S. L.; SILVA, S. P. Dialogando com a escola . Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.			
PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência . 6 ed. São Paulo: Cortez 2011.			
LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática . 5 ed. Goiânia: Alternativa, 2001.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito . 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.			
NÓVOA, A. Vida de professores . Portugal: Porto Editora, 2007.			
VASCONCELLOS, G. A. N. Como me fiz professora . Rio de Janeiro: DP&A, 2000.			
ZABALZA, M. A. Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional . Porto Alegre: Artmed, 2004.			

ANEXO 5: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO QUINTO PERÍODO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO		
EMENTÁRIO		
CURSO	DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias	Anderson Fonseca Junior	
PERÍODO 5º	DISCIPLINA <i>Estatística</i>	CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 32	PRÁTICA 08	-
EMENTA		
<p>Natureza da Estatística (Resumo histórico, Métodos, Fases, Definição), População e Amostra (Definição, Variáveis e Tipos de amostragens). Séries Estatísticas (Definição, Tipos de séries). Gráficos Estatísticos (Definição, Tipos de gráficos). Distribuição de Frequência (Elementos de distribuição de frequência, Construção de um tabela de distribuição de frequência), Medidas de posição (Introdução, Cálculo da Média aritmética, Moda e Mediana, Quartis), Medidas de dispersão ou variabilidade (Amplitude, variância e desvio padrão , coeficiente de variação).</p>		
OBJETIVO GERAL		
<p>Compreender e utilizar conceitos estatísticos que fundamentam o desempenho adequado das atividades do profissional licenciado em ciências agrárias e que permite uma base necessária para outras disciplinas.</p>		
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO		
<p>Não se aplica.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>SOARES, J. F.; DE FARIAS, A. A.; CESAR, C. C. Introdução à Estatística. 2ª Ed. LTC. Rio de Janeiro. 2003.</p> <p>SPIEGEL, M. R. Estatística. Coleção Schaum. 3ª Ed. Makron Books. São Paulo. 1994.</p> <p>TRIOLA, M. F. Introdução à Estatística. 7ª Ed. LTC. Rio de Janeiro. 1999.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P.A. Estatística Básica. 5ª ed. Editora Saraiva. São Paulo, 2007.</p> <p>FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A.; TOLEDO, G. L. Estatística Aplicada. 2ª Ed. Atlas. São Paulo. 1985.</p> <p>MAGALHÃES, M. N.; DE LIMA, A. C. P. Noções de Probabilidade e Estatística. 5ª Ed. Editora da USP (EDUSP). São Paulo. 2002.</p> <p>MANDIN, D. Estatística Descomplicada. 11ª Ed. Vestcon. São Paulo. 2006.</p> <p>MEYER, P. L. Probabilidade: Aplicações à Estatística. 2ª Ed. LTC. Rio de Janeiro. 2000.</p>		

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Andrey Luis Bruyns de Sousa	
PERÍODO 5º	DISCIPLINA <i>Produção Vegetal I</i>		CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 48	PRÁTICA 12		-

EMENTA

Introdução às culturas anuais; Exigências climáticas das culturas de ciclo anual; Caracterização e preparo de solos para cultivo de plantas anuais; Manejo nutricional das culturas; Cultivares e variedades; Fatores para plantio/semeadura; Manejo fitossanitário; Colheita; Pós-colheita e Comercialização.

OBJETIVO GERAL

Conhecer os principais fatores que influenciam a produção de culturas anuais, bem como estratégias de manejo para máxima eficiência em diferentes níveis de tecnologia.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Os alunos deverão elaborar e executar um curso de extensão em uma comunidade rural, presencial ou no formato EAD sobre os principais conteúdos ministrados nesta disciplina. Carga horária: 10 horas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GALVÃO, J. C. C.; BORÉM, A.; PIMENTEL, M. A. **Milho**: do plantio à colheita. 2ª Ed. Viçosa: Editora UFV, 2017. 382p.

SOUZA, L. S.; FARIAS, A. R. N.; MATTOS, P. L. P.; FUKUDA, W. M. G. **Aspectos Socioeconômicos e Agrônômicos da Mandioca**. 1ª Ed. Cruz das Almas: Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical, 2006. 817p.

VALE, J. C. do; BERTINI, C.; BORÉM, A. **Feijão-Caupi**: do plantio à colheita. 1ª Ed. Viçosa: Editora UFV, 2017. 267p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LORINI, I.; FRANÇA-NETO, J. de B.; HENNING, A. A.; HENNING, F. A. **Manejo Integrado de Pragas de Grãos e Sementes Armazenadas**. 1ª Ed. Brasília: Embrapa, 2015. 84p.

SANTOS, F. BORÉM, A. CALDAS, C. **Cana-de-Açúcar** - Bioenergia, Açúcar e Etanol. 2ª Ed. Editora Produção Independente, 2011. 637p.

SANTOS, F.; BORÉM, A. **Cana-de-Açúcar**: do plantio à colheita. 1ª Ed. Viçosa: Editora UFV, 2016. 290p.

SEDIYAMA, T.; SILVA, F.; BORÉM, A. **Soja**: do plantio à colheita. 2ª Ed. Viçosa: Editora UFV, 2015. 333p.

SOUZA, L. S.; FARIAS, A. R. N.; MATTOS, P. L. P.; FUKUDA, W. M. G. **Processamento e Utilização da Mandioca**. 1ª Ed. Cruz das Almas: Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical, 2005. 547p.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Sarah Ragonha de Oliveira	
PERÍODO 5º	DISCIPLINA <i>Produção Animal II</i>	CÓDIGO 0000	
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 32	PRÁTICA 08	Zootecnia Geral	

EMENTA

Suinocultura. Situação atual e perspectivas da suinocultura. Modelos de sistemas de produção. Tipos de produção. Estrutura da produção. Organização da produção. Planejamento da necessidade de edificações e equipamentos. Aspectos da produtividade. Manejo da alimentação. Monitorias sanitárias. Principais práticas de manejo na granja. Questões ambientais da granja de suínos.

OBJETIVO GERAL

Conhecer a importância da suinocultura no Brasil e no estado do Amazonas e a sua estruturação nacionalmente. Ser capaz de aplicar técnicas de manejo, alimentação, planejamento geral de produção e práticas sanitárias de modo a possibilitar uma criação de suínos integrada e sustentável.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Curso de extensão sobre a criação de suínos a ser aplicado em uma comunidade de escolha dos alunos. Carga horária: 10 horas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CARAMORI JÚNIOR, João Garcia et al. **Manejo alimentar de suínos**. 1ª Edição. LK Editora. 2007. 68 p.
- FERREIRA, Rony Antonio. **Suinocultura. Manual Prático de Criação**. 2ª edição. Viçosa: Aprenda Fácil. 2017. 440 p.
- SOBESTIANSKY, J.; WENTZ, I.; SIVEIRA, P. R. S.; SESTI, L. A. C.. **Suinocultura intensiva: Produção, manejo e saúde do rebanho**. Brasília: EMBRAPA-SPI;Concordia: CNPSA, 1998. 388p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Associação Brasileira de Criadores de Suínos. Produção de suínos: teoria e prática / Coordenação editorial Associação Brasileira de criadores de Suínos; coordenação técnica da Integrall Soluções em Produção Animal.-- Brasília, DF, 2014. 908p. il. : color. Disponível em: http://www.abcs.org.br/attachments/-01_Livro_producao_bloq.pdf. Acesso em: 12/08/19.

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Suinocultura de baixa emissão de carbono: tecnologias de produção mais limpa e aproveitamento econômico dos resíduos da produção de suínos / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo. – Brasília : MAPA, 2016. 100 p. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc/suinocultura-abc/publicacoes-de-suinocultura/tecnologias-de-producao-mais-limpa-e-aproveitamento-economico-dos-residuos-da-producao-de-suinops.pdf>. Acesso em 12/08/19.

ROHR, Stefan Alexandre; DALLA COSTA, Osmar Antonio; DALLA COSTA, Filipe Antonio. Bem-Estar animal – Produção de suínos: Toda granja. SEBRAE/ABCS: Brasília, DF. 2016. Disponível online: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/boas-praticas-e-bem-estar-animal/arquivos-publicacoes-bem-estar-animal/cartilha-embrapa-abcs-mapa-sebrae-bem-estar-na-granja.pdf>. Acesso em 12/08/19.

SEGANFREDO, Milton Antonio (Ed.). Gestão Ambiental na Suinocultura. 2ª edição. Brasília: EMBRAPA. 2012. E-book il. Disponível online:
<https://vendasliv.sct.embrapa.br/liv4/consultaProduto.do?metodo=detalhar&codigoProduto=00084340>. Acesso em 15/08/19.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Jonatan Onis Pessoa	
PERÍODO	DISCIPLINA	CÓDIGO	
5º	<i>Parâmetros da qualidade da água e do esgoto</i>	0000	
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 32	PRÁTICA 08	-	
EMENTA			
Composição e parâmetros físico-químicos e microbiológicos da água e do esgoto. Legislação específica.			
OBJETIVO GERAL			
Caracterizar a água e o esgoto por meio de parâmetros físico-químicos e microbiológicos e conhecer as principais legislações ambientais relacionadas a esses dois componentes.			
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO			
Não se aplica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
LIBÂNIO, M. Fundamentos de Qualidade e Tratamento de Água . 4. ed. Campinas: Átomo, 2016. 640p. ISBN-13: 978-8576702719			
SPERLING, M.V. Princípios Básicos do Tratamento de Esgotos . Minas Gerais: UFMG. 2016, 211 p. ISBN-13: 978-8542301748			
VON SPERLING, M. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos . 4. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
AMERICAN PUBLIC HEALTH ASSOCIATION- APHA. Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater . 23. ed. Washington: APHA, 2017.			
BRASIL. Ministério da Saúde. Do Controle e da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano e seu Padrão de Potabilidade. Disponível em < https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-de-consolidacao-5-2017_356387.html >. Acesso em 13 ago. 2019.			
BRASIL. Resolução CONAMA n. 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res05/res35705.pdf >. Acesso em: 10 ago. 2019.			
BRASIL. Resolução CONAMA n. 430, de 13 de maio de 2011. Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução n. 357, de 17 de março de 2005. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=646 >. Acesso em: 09 ago. 2019.			
COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CETESB. Qualidade das Águas Interiores no Estado de São Paulo, Significado Ambiental e Sanitário das Variáveis de Qualidade das Águas e dos Sedimentos e Metodologias Analíticas e de Amostragem. São Paulo, 2009.			

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Rondon Tatsuta Yamane Baptista de Souza	
PERÍODO 5º	DISCIPLINA <i>Processamento de Alimentos</i>	CÓDIGO 0000	
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 32	PRÁTICA 08	-	

EMENTA

Introdução à Agroindústria; Importância das boas práticas de fabricação- BPF's. Valor nutricional dos alimentos. Microbiologia dos alimentos. Métodos e Técnicas de Conservação de Alimentos. Processamento da carne. Processamento de produtos de origem vegetal. Processamento do leite. Legislação aplicada à agroindústria.

OBJETIVO GERAL

Entender o funcionamento de uma agroindústria;
Conhecer os Métodos de Conservação de Alimentos;
Entender e desenvolver alguns tipos de alimentos processados.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Minicursos de extensão sobre técnicas de processamento de alimentos (geleias, doces, compotas e defumados) a serem realizados em comunidades e/ou escolas escolhidas pela turma. Carga horária: 12 horas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

EVANGELISTA, J. **Tecnologia de Alimentos**. São Paulo: Atheneu, 2008.
FELLOWS, P.J. **Tecnologia do Processamento de Alimentos: Princípios e Prática**. 2a ed. Artmed, 2006.
ORDONEZ, J. **Tecnologia de alimentos: alimentos de origem animal**. v. 2. Porto Alegre: Artmed Ed., 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA-CANOVAS, G.V. **Conservacion on Termica de Alimentos**. Livraria Varella, 1999.
FRANCO, B. D. G. de M. **Microbiologia dos Alimentos**. São Paulo: Atheneu, 2008.
GAVA, A. J. **Princípios de tecnologia de alimentos**. São Paulo: Nobel, 2008.
KOBBLITZ, M. G. B. **Matérias-primas alimentícias: composição e controle de qualidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
MADRID, A.; CENZABO, I. ; VICENTE, J.M. **Manual de Indústrias de Alimentos**. Livraria Varella, 1996.
MONTEIRO, A.A.; PIRES, A.C.dos S.; ARAÚJO, E.A. **Tecnologia de produção de derivados do leite**. Viçosa: UFV, 2011.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Di Angelo Matos Pinheiro	
PERÍODO 5º	DISCIPLINA <i>Climatologia Aplicada</i>	CÓDIGO 0000	
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 30	PRÁTICA 10	-	
EMENTA			
<p>Importância e Conceituação Tempo e Clima. Observações meteorológicas de superfície. Radiação solar e terrestre. Temperatura do solo. Temperatura do ar. Umidade do ar. Precipitação pluvial. Evapotranspiração. Balanço hídrico climatológico. Vento. Classificação climática.</p>			
OBJETIVO GERAL			
Compreender as relações entre o clima, tempo, produção agrícola e natureza.			
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO			
Não se aplica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>ABREU, J.P.M. Agrometeorologia. Aplicação da meteorologia para maximizar a produção agrícola. 1 ed. Viçosa: Editora UFV, 2018.</p> <p>BARRY, Roger G. Atmosfera, tempo e clima. 9. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.</p> <p>BISCARO, Guilherme Augusto. Meteorologia agrícola básica. Cassilândia: UNIGRAF, 2007.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>ARAGÃO, M.J. História do clima. Rio de Janeiro: Interciências, 2009.</p> <p>MONTEIRO, J.E. Agrometeorologia dos cultivos: o fator meteorológico na produção agrícola. Brasília: INMET, 2009.</p> <p>MOTA, Fernando Silveira da. Meteorologia agrícola. 7. ed. São Paulo: Nobel, 1983.</p> <p>PEREIRA, Antonio Roberto. Agrometeorologia: fundamentos e aplicações praticas. Guaíba: Agropecuária, 2002.</p> <p>TUBELIS, Antonio. A chuva e a produção agrícola. São Paulo: Nobel, 1988.</p>			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO		
EMENTÁRIO		
CURSO	DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias	Francinete Soares Martins	
PERÍODO 5º	DISCIPLINA <i>Atividade Curricular de Extensão I (ACEx I)</i>	CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 10	PRÁTICA 30	-
EMENTA		
<p>Elaborar e executar Projeto de Extensão de produção de material didático, em uma escola pública, trabalhando de formar interdisciplinar as disciplinas de Química I e II, Matemática Fundamental, Biologia Geral, Física I e II, Didática Geral, Diversidade e Educação Inclusiva, Psicologia da Educação e Filosofia da Educação, proporcionando um projeto de intervenção em uma escola de escolha do licenciando. Conceito de material didático e suas características. O lúdico no fazer pedagógico. Construção e aplicabilidade de materiais didáticos.</p>		
OBJETIVO GERAL		
<p>Desenvolver materiais didáticos para o ensino de Ciências nas escolas públicas do município de Itacoatiara; Contribuir com a formação dos licenciados para a produção de material didático utilizando materiais alternativos específicos para o ensino de ciências; Proporcionar o desenvolvimento do hábito da utilização de Materiais Didáticos nas estratégias de ensino; Confeccionar variados tipos de Materiais Didáticos.</p>		
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO		
Projeto de extensão para ser aplicado em escola pública.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ANTUNES, Celso. Novas maneiras de ensinar, novas formas de aprender. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p> <p>CITELLI, Adilson. (coord). Outras linguagens na escola: publicidade, cinema e tv, rádio, jogos, informática. Editora: Cortez; 5ª Edição, 2014.</p> <p>LUZ, Adriana Augusta Benigno dos Santos. Produção de materiais e sistemas de ensino. Editora: InterSaberes; 1ª Edição, 2016.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BECKER, Fernando. A origem do conhecimento e a aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>BECKER, Fernando. Educação e construção do conhecimento. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 10 set. 2020.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio Acesso em: 10 set.2020.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 10 set. 2020.</p> <p>CORTELLA, Mario Sergio. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo, Cortez: Instituto Paulo Freire, 2006.</p> <p>LOPES, M. Margaret. Construindo públicos para as ciências. Rio de Janeiro: MAST, 2007.</p> <p>OLIVEIRA. Zaqueu Vieira; ALVIM, Márcia Helena (Organizadores). Propostas Didáticas para o Ensino de</p>		

Ciências e de Matemática: abordagens históricas. Editora: Simplíssimo, 2020.
SACRISTÁN, J. G. e GÓMEZ, A. I. P. **Comprender e transformar o ensino.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
 PRÓ-REITORIA DE ENSINO
 DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Erick Rodrigo Santos Almeida Sarah Ragonha de Oliveira	
PERÍODO	DISCIPLINA	CÓDIGO	
5º	<i>Estágio Supervisionado II</i>	0000	
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	Estágio Supervisionado I	
40	80		
EMENTA			
TEORIA - Estágio profissionalizante, preparando o licenciando para o exercício do Ensino de Ciências, junto às escolas de Ensino Fundamental – Lei 9394/96 e Lei 11788/2008. PRÁTICA – Aplicação do projeto de intervenção e regência de classe.			
OBJETIVO GERAL			
Desenvolver, a partir de uma atitude investigativa, conhecimentos relativos ao ambiente de trabalho docente e às especificidades do trabalho do professor dos anos finais do Ensino Fundamental.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ALMEIDA, A. M. B.; LIMA, M. S. L.; SILVA, S. P. Dialogando com a escola . Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência . 6 ed. São Paulo: Cortez 2011. LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática . 5 ed. Goiânia: Alternativa, 2001.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito . 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2005. NÓVOA, A. Vida de professores . Portugal: Porto Editora, 2007. VASCONCELLOS, G. A. N. Como me fiz professora . Rio de Janeiro: DP&A, 2000. ZABALZA, M. A. Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional . Porto Alegre: Artmed, 2004.			

ANEXO 6: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO SEXTO PERÍODO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO		
EMENTÁRIO		
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)
Licenciatura em Ciências Agrárias		Ana Rita de Oliveira Braga Kaline Ziemniczak
PERÍODO	DISCIPLINA	CÓDIGO
6º	<i>Biodiversidade Amazônica</i>	0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 32	PRÁTICA 08	-
EMENTA		
<p>Flora amazônica: tipologias da flora amazônica e principais famílias. Fauna amazônica: mastofauna, herpetofauna, avifauna e ictiofauna. Espécies da fauna e flora bioindicadoras da qualidade ambiental. Principais usos da fauna e flora amazônica. Atividades econômicas e extinções. Áreas naturais protegidas e o papel na conservação da biodiversidade. Unidades de Conservação e suas categorias de usos dos recursos naturais. Estudo de caso de projetos de manejo da biodiversidade amazônica.</p>		
OBJETIVO GERAL		
<p>Desenvolver perspectivas para o uso da biodiversidade Amazônica voltado ao manejo da fauna e flora, associado aos mecanismos de conservação e preservação ambiental com vistas a promover o desenvolvimento sustentável.</p>		
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO		
<p>Projeto de extensão de divulgação para a comunidade e/ou escolas escolhidas pela turma sobre a Biodiversidade Amazônica: conhecer para proteger. Carga horária: 10 horas.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>FEARNSIDE, Philip Martin. A floresta amazônica nas mudanças globais. Manaus: INPA, 2003.</p> <p>OLIVEIRA, Márcio L. et al. Reserva Ducke: A biodiversidade amazônica através de uma grade. PPBio, 2011.</p> <p>RIBEIRO, JELS et al. Flora da reserva Ducke: guia de identificação de plantas vasculares de uma floresta de terra-firme na Amazônia Central. Manaus: INPA, 1999.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BECKER, Bertha; STENNER, Claudio. Um futuro para a Amazônia. Oficina de Textos, 2008.</p> <p>CINTRA, Renato. História natural, ecologia e conservação de algumas espécies de plantas e animais da Amazônia. Editora INPA, EDUA, 2004.</p> <p>HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Extratativismo, biodiversidade e biopirataria na Amazônia. Área de Informação da Sede-Texto para Discussão (ALICE), 2008.</p> <p>LOPES, Aline; PIEDADE, Maria Teresa Fernandez. Conhecendo as áreas úmidas amazônicas: uma viagem pelas várzeas e igapós. Editora INPA, 2015.</p> <p>MEIRELLES FILHO, João. O Livro de ouro da Amazônia: Mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do planeta. Ediouro, 2004.</p> <p>RAFAEL, J. A. et al. Insetos do Brasil: Diversidade e taxonomia. Ribeirão Preto: Holos, 2016.</p> <p>NO, L. E. I. 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da</p>		

Natureza–SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Sítio [https://www. planalto. gov. br/ccivil_03/LEIS L, v. 9985, 2000](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS L, v. 9985, 2000)

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Rafael Augusto Ferraz	
PERÍODO 6º	DISCIPLINA <i>Produção Vegetal II</i>	CÓDIGO 0000	
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 48	PRÁTICA 12	-	

EMENTA

Importância da olericultura. Classificação das olerícolas, descrição da planta, propagação, clima, solo, fisiologia, plantio, cultivo, manejo de produção, pragas, ervas daninhas e doenças. Pós-colheita, armazenamento e comercialização. Cultivo de espécies olerícolas de interesse comercial e alimentar.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver a habilidade de planejar, implantar, conduzir, colher, agregar valor e tomar decisões durante o processo produtivo das principais espécies olerícolas, valorizando e respeitando o homem e o meio ambiente.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Mini-cursos de extensão sobre o cultivo de hortaliças a serem realizados em comunidades e/ou escolas escolhidas pela turma. Carga horária: 10 horas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, R. N. **Cultivo de melancia para agricultura familiar**. 3 ed. Brasília: Embrapa. 2016. 175p.

FILGUEIRA, F. A. R. **Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças**. 3 ed. rev. e ampl. Viçosa: UFV. 2008. 421p.

FONTES, P. C. R., NICK, C. **Olericultura: Teoria e Prática**. 2 ed. Viçosa: UFV. 2019. 632p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRIOLO, J. L. **Olericultura Geral**. 3 ed. Santa Maria: UFSM. 2017. 96p.

CHITARRA, M. I. F., CHITARRA, A. B. **Pós-colheita de frutas e hortaliças: fisiologia e manuseio**. 2 ed. Lavras: UFLA. 2005. 783p.

GONÇALVES, E.G., LORENZI, H. **Morfologia vegetal: organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas vasculares**. 2. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum. 2011. 544p.

NASCIMENTO, W. M., PEREIRA, R. B. **Produção de mudas de hortaliças**. 1 ed. Brasília: Embrapa. 2016. 308p.

NICK, C., BORÉM, A. **Abóboras e morangos: do plantio à colheita**. 1 ed. Viçosa: UFV. 2017. 203p.

NICK, C., BORÉM, A. **Pepino: do plantio à colheita**. 1 ed. Viçosa: UFV. 2019. 168p.

TAIZ, L., ZEIGER, E., MOLLER, I. M., MURPHY, A. **Fisiologia e Desenvolvimento Vegetal**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed. 888p. 2017.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Rondon Tatsuta Yamane Baptista de Souza	
PERÍODO 6º	DISCIPLINA <i>Produção Animal III</i>	CÓDIGO 0000	
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 48	PRÁTICA 12	Zootecnia Geral	

EMENTA

Produção de Ruminantes: Anatomia e fisiologia de animais ruminantes; Cruzamentos. Aspectos sanitários da criação. Sistemas de produção de animais ruminantes, Aspectos gerais da criação de ovinos, caprinos, bovinos e bubalinos. Recursos forrageiros aplicados à produção animal.

OBJETIVO GERAL

Compreender os sistemas zootécnicos, para aplicar os conhecimentos adquiridos para avaliar, elaborar projetos e ministrar as disciplinas relacionadas a produção de ruminantes.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Minicursos de extensão sobre a criação de animais ruminantes e forragicultura a serem realizados em comunidades e/ou escolas escolhidas pela turma. Carga horária: 12 horas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARCELLOS, Júlio Otávio Jardim. **Bovinocultura de Corte: Cadeia Produtiva & Sistemas de Produção.** Agrolivro, 2019. 304 p.

PIRES, A. V. **Bovinocultura de Corte.**(Vol. 1 e 2), Piracicaba: FEALQ, 2010.

PIRES, W. **Manual de Pastagens: formação, manejo e recuperação.**Viçosa: Aprenda Fácil, 2006. 302p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERCHIELLI, T.T; PIRES, A.V. ; OLIVEIRA, S.G. (ed.). **Nutrição de Ruminantes.** 1.ed. Jaboticabal: FUNEP, 2006. v. 1. 583 p

FONSECA, D. M. da; MARTUSCELLO, J. A. **Plantas Forrageiras.** Viçosa, MG: UFV, 2010.

BRITO, A. S.; NOBRE; F. V.; FONSECA, J. R. R. **Bovinocultura leiteira: informações técnicas e de gestão.** Natal: SEBRAE/RN, 2009.

RIBEIRO, S. D. A.; ROSETO, A. L. **Caprinocultura: criação racional de caprinos.** Editora Nobel, 2003.

TONISSI, R. H. et. al. **Produção e Qualidade em Ovinos de corte.** Ed. FUNEP, 2009.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Jonatan Onis Pessoa	
PERÍODO 6º	DISCIPLINA <i>Saneamento Rural</i>	CÓDIGO 0000	
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 32	PRÁTICA 08	Parâmetros da Qualidade da Água e Esgoto	

EMENTA

Problemática do saneamento no meio rural. Conceitos básicos. Importância do saneamento. Soluções (individuais e coletivas) para abastecimento de água e esgotamento sanitário no meio rural. Gerenciamento de resíduos sólidos no meio rural. Estudos de casos.

OBJETIVO GERAL

Conhecer as tecnologias de saneamento ambiental com vistas a conservação do meio ambiente rural.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Os discentes do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias deverão preparar material e realizar palestra sobre algum conteúdo da disciplina Saneamento Rural. Esta atividade deverá ser realizada em uma comunidade situada no meio rural do município de Itacoatiara a ser definida pelos alunos e professor da disciplina. Carga horária: 10 h.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOMES, P.C.G. **Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: Uma Aplicação Prática**. 1. ed. Editora: APPRIS, 2019. 455. ISBN 978-85-473-2980-8.

PATERNIANI, J.E.S. **Tecnologias de tratamento de água para pequenas comunidades e comunidades rurais**. 1. ed. 2017, 229 p.

TONETTI, Adriano Luiz et al. **Tratamento de Esgotos Domésticos em Comunidades Isoladas** – um referencial teórico para a escolha de soluções. Biblioteca Unicamp: Campinas, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Manual da solução alternativa coletiva simplificada de tratamento de água para consumo humano em pequenas comunidades utilizando filtro e dosador desenvolvidos pela Funasa/Superintendência Estadual do Pará. – Brasília: Funasa, 2017. 49 p. ISBN: 978-85-7346-051-3

FIGUEIREDO, Isabel Campos Salles.; SANTOS, B.S.S.; TONETTI, A.L. **Tratamento de Esgoto na Zona Rural: Fossa Verde e Círculo de Bananeiras**. Biblioteca Unicamp: Campinas, 2018.

FIGUEIREDO, I.C.S.; TONETTI, A.L.; MAGALHÃES, T.M. **Tratamento de Esgoto na Zona Rural: Tanque Séptico, Filtro de Coco e Vala De Bambu**. Biblioteca Unicamp: Campinas, 2018.

KOMATSU, R.K., SANTOS, C.H.P., SOUSA, J.C. **Gestão de Resíduos: Hábitos de descarte de Resíduos derivados da Produção Agrícola das propriedades em Assentamentos Rurais**. Revista Multidisciplinar e de Psicologia. v.13, n. 44, p. 700-722, 2019.

SILVA, M. R. **Gestão de embalagens vazias de agrotóxicos** – logística reversa em pequenos municípios brasileiros: o caso do município de bom repouso, MG. 2016. Dissertação de Mestrado – Escola de Engenharia de

São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

SILVA, Wilson Tadeu Lopes. **ABC da Agricultura Familiar**. Saneamento Ambiental. Editora: Embrapa. 2014. 68 p. ISBN-13: 978-8570353764

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO			DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)		
Licenciatura em Ciências Agrárias			Daiane Oliveira Medeiros		
PERÍODO 6º	DISCIPLINA <i>Economia e Administração Rural</i>		CÓDIGO 0000		
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO		
TEÓRICA 60	PRÁTICA 00		-		
EMENTA					
<p>Noções gerais de economia. Compreensão das estruturas de mercado e sua análise. Tópicos de microeconomia (demanda, oferta e equilíbrio de mercado, elasticidades, produção e estruturas de mercado). Tópicos de Macroeconomia (teoria e política macroeconômica, contabilidade social, renda e produto nacional, economia monetária, inflação, setor externo, crescimento e desenvolvimento econômico). Interpretação da comercialização agrícola. Noções sobre custos de produção agrícolas. Análise econômico-financeira de atividades agropecuárias. A empresa rural e o planejamento agrícola.</p>					
OBJETIVO GERAL					
<p>Orientar o discente na análise de conceitos e princípios básicos da economia, incentivando-o compreender o funcionamento do sistema econômico, noções básicas de mercado, discutir e comparar elementos da conjuntura econômica brasileira com o aspecto teórico. Basicamente, busca-se que o discente tenha capacidade de avaliar as atividades econômicas do setor agropecuário, dentro dos aspectos microeconômicos e macroeconômicos brasileiro.</p>					
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO					
<p>A curricularização da extensão se dará através de um projeto de extensão que deve ter como objetivo a apresentação dos conceitos e cálculo do custo de produção, onde os discentes deverão esses conceitos para uma comunidade rural que tenha associação regulamentada. Tal atividade tem o objetivo de estimular o empreendedorismo e a inovação através dos conceitos de economia já revisados em sala de aula. Desta forma, será possível articular e aproximar a atuação do licenciado em ciências agrárias e consolidar o papel do Instituto Federal do Amazonas como fomentador da economia regional. Carga horária do projeto: 10 horas</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>KRUGMAN, Paul.; WELLS, Robin. Introdução à Economia. Tradução da 3ª Edição. Rio de Janeiro: CAMPUS, 2015.</p> <p>ROSSETI, José Paschoal. Introdução à economia. 21.ed. 7. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2018.</p> <p>SILVA, Cesar Roberto Leite da.; LUIZ, Sinclayr. Economia e mercados. 20º Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>ABEL, Andrew B.; BERNANKE, Ben S. CROUSHORE, D. Macroeconomia. 6.ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2012.</p> <p>CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração. 9 ed. Barueri: Manole, 2014.</p> <p>MANKIWI, N. Gregory. Introdução à Economia - Tradução da 6ª Edição Norte-Americana. São Paulo: Cengage Learning, 2014.</p>					

MANKIW, G. **Introdução à Economia**. 6ª edição. Pioneira Thomson Learning, 2013.

SILVA, Cesar Roberto Leite da.; LUIZ, Sinclayr. **Economia e mercados**. 20º Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. **Introdução à economia**. 12.ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. / GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia** - 5. ed. - São Paulo: Saraiva, 2014.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Ana Rita de Oliveira Braga	
PERÍODO 6º	DISCIPLINA <i>Silvicultura Tropical</i>		CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 32	PRÁTICA 08		-

EMENTA

Tipos de florestas. Os principais sistemas de manejo desenvolvidos nas florestas tropicais naturais. A silvicultura e os principais métodos silviculturais. Arquitetura de copas de espécies arbóreas. Dinâmica do crescimento das florestas. Noções de dendrometria, CAP, DAP, Área Basal, altura, incrementos e volume de árvore. Sementes Florestais e produção de mudas. Preparo do terreno, semeadura e plantio de sementes florestais. Regeneração natural e artificial. Principais espécies para a formação de florestas, tratamentos e práticas silviculturais. Condução de povoamentos florestais, técnicas de desrama e desbaste. Noções de incêndios florestais.

OBJETIVO GERAL

Identificar o potencial silvicultural, ecológico e econômico das principais espécies nativas e exóticas para formação e condução de florestas nativas e plantadas para suprimento da demanda do mercado regional por produtos madeireiros.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Mini cursos de Extensão a serem ministrados em escolas e comunidades que serão escolhidas pela turma. Carga horária 12 horas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RIZZINI, C. T. **Árvores e madeiras úteis do Brasil**: manual de dendrologia brasileira. 2ª Ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2000. 296 p.

SILVA, José Natalino Macedo. **Manejo florestal**. Brasília, DF: EMBRAPA-SPI; Belém, PA: EMBRAPA-CPATU, 1996.

SOARES, C.P.B, PAULA NETO, F E SOUZA, A.L. **Dendrometria e Inventário Florestal**. Editora UFV. 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARAL, Paulo et al. **Manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira**: situação atual, desafios e perspectivas. 2000.

FLORESTAL, Novo Código. Lei 12.651 de 25 de maio de 2012. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2016.

LORENZI, HARRI, **Árvores brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil, vol. 1, 4ª ed., Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2002.

LORENZI, HARRI, **Árvores brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil, vol. 2, 2ª ed., Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2002.

LORENZI, HARRI, **Árvores brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil, vol. 3, 1ª ed., Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2009.

SABOGAL, César et al. **Manejo florestal empresarial na Amazônia Brasileira**. Cifor, 2006.

SCOLFORO, J.R. **Biometria Florestal**. UFLA. 1998.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Erick Rodrigo Santos Almeida Sarah Ragonha de Oliveira	
PERÍODO 6º	DISCIPLINA <i>Estágio Supervisionado III</i>	CÓDIGO 0000	
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 20	PRÁTICA 60	Estágio Supervisionado II	
EMENTA			
TEORIA - Estágio curricular supervisionado, preparando o licenciando para o exercício do Ensino de Ciências Naturais e/ou Ciências Agrárias, junto às escolas de Ensino Médio – Lei 9394/96 e Lei 11788/2008. PRÁTICA – Observação participante.			
OBJETIVO GERAL			
Desenvolver, a partir de uma atitude investigativa, conhecimentos relativos ao ambiente de trabalho docente e às especificidades do trabalho do professor dos de Ensino Médio.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ALMEIDA, A. M. B.; LIMA, M. S. L.; SILVA, S. P. Dialogando com a escola . Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.			
PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência . 6 ed. São Paulo: Cortez 2011.			
LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática . 5 ed. Goiânia: Alternativa, 2001.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito . 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.			
NÓVOA, A. Vida de professores . Portugal: Porto Editora, 2007.			
VASCONCELLOS, G. A. N. Como me fiz professora . Rio de Janeiro: DP&A, 2000.			
ZABALZA, M. A. Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional . Porto Alegre: Artmed, 2004.			

ANEXO 7: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO SÉTIMO PERÍODO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO		
EMENTÁRIO		
CURSO	DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias	Rafael Augusto Ferraz	
PERÍODO 7º	DISCIPLINA <i>Produção Vegetal III</i>	CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 48	PRÁTICA 12	-
EMENTA		
Fruticultura básica. Botânica e fisiologia de frutíferas, métodos de propagação, implantação e manejo de pomares. Clima, solo, plantio, manejo de pragas e doenças de frutíferas. Pós-colheita, armazenamento e comercialização das frutas. Potencial de exploração econômica de frutíferas.		
OBJETIVO GERAL		
Desenvolver a habilidade de planejar, implantar, conduzir, colher, agregar valor e tomar decisões durante o processo produtivo das principais espécies frutíferas da região e do Brasil, valorizando e respeitando o homem e o meio ambiente.		
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO		
Minicursos de extensão sobre o cultivo das principais frutíferas cultivadas na região a serem realizados em comunidades e/ou escolas escolhidas pela turma. Carga horária: 10 horas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FACHINELLO, J. C., HOFFMANN, A., NACHTIGAL, J. C. Propagação de plantas frutíferas . 1 ed. Brasília: Embrapa. 2005. 221p.		
SALOMÃO, L. C. C., SIQUEIRA, D. L. Cultivo da bananeira . 1 ed. Viçosa: UFV. 2015. 109p.		
SANTOS, C. E. M., BORÉM, A. Abacaxi: do plantio à colheita . 1 ed. Viçosa: UFV. 2019. 202p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
CHAVARRIA, G., SANTOS, H. P. Fruticultura em ambiente protegido . 1 ed. Brasília: Embrapa. 2012. 278p.		
CHITARRA, M. I. F., CHITARRA, A. B. Pós-colheita de frutas e hortaliças: fisiologia e manuseio . 2 ed. Lavras: UFLA. 2005. 783p.		
GONÇALVES, E.G., LORENZI, H. Morfologia vegetal: organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas vasculares . 2. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum. 2011. 544p.		
JUNGHANS, T. G., JESUS, O. N. Maracujá: do cultivo à comercialização . 1 ed. Brasília: Embrapa. 2017. 341p.		
NATALE, W., ROZANE, D. E. Análise de solo, folhas e adubação de frutíferas . 1 ed. Botucatu: Fepaf. 2018. 124p.		
SILVA, A. L., MENDES, A. M. S. Coleção plantar: goiaba . 2 ed. Brasília: Embrapa. 2010. 180p.		
SIQUEIRA, D. L., SALOMÃO, L. C. C. Citros: do plantio à colheita . 1 ed. Viçosa: UFV. 2017. 278p.		

SOUZA, C. A. S., DIAS, L. S. S., AGUILAR, M. A. G., BORÉM, A. **Cacau: do plantio à colheita**. 1 ed. Viçosa: UFV. 2016. 287p.

TAIZ, L., ZEIGER, E., MOLLER, I. M., MURPHY, A. **Fisiologia e Desenvolvimento Vegetal**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed. 888p. 2017.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Jonatan Onis Pessoa	
PERÍODO	DISCIPLINA	CÓDIGO	
7º	Gestão Ambiental	0000	
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA		
32	08	-	
EMENTA			
Conceitos básicos. Sistemas de Gestão da Qualidade na Agropecuária Brasileira e sua Certificação. Gestão Ambiental nas Cadeias Produtivas Animais. Gestão Ambiental nas Cadeias Produtivas Vegetais. Avaliação de Impactos Ambientais na Agropecuária. Estudo de casos.			
OBJETIVO GERAL			
Conhecer e implantar conhecimentos necessários para implantação e funcionamento do Sistema de Gestão Ambiental em atividades relacionadas ao meio rural.			
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO			
Não se aplica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ASSUMPÇÃO, Luiz Fernando Joly. Sistema de Gestão Ambiental : manual prático para implantação de SGC e Certificação ISO 10.001:2015. 5.ed. Paraná: JURUÁ, 2018. 420 p. ISBN 978-8536279732.			
BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial : Conceitos, modelos e instrumentos. 4. ed. Editora Saraiva, 2016. 312 p. ISBN-13: 978-8547208219.			
GEBLER, Luciano. Gestão Ambiental na Agropecuária . EMPRAPA, 2014. 490 p. ISBN-13: 978-8570353023			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BRASIL. Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, n. 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e n. 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n. 4.771, de 15 de setembro de 1965, e n. 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n. 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 25 mai. 2012.			
BRASIL. Lei n. 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 11 jul. 1989.			
BRASIL. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 02 ago. 2010.			
CERETTA, Gilberto F.; et al. Gestão Ambiental e a problemática dos resíduos sólidos domésticos na área rural do município de São João – PR . Revista Educação Ambiental em Ação. Ano. XI. n. 43. mai. 2013.			
DAL FORNO, Marlise Amália Reinehr. Fundamentos em gestão ambiental . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. 86p. Disponível em: < http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad108.pdf >. Acesso em 12 ago. 2019.			
KOMATSU, R.K., SANTOS, C.H.P., SOUSA, J.C. Gestão de Resíduos : Hábitos de descarte de Resíduos derivados da Produção Agrícola das propriedades em Assentamentos Rurais. Revista Multidisciplinar e de Psicologia. v.13, n. 44, p. 700-722, 2019.			

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO			DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)		
Licenciatura em Ciências Agrárias			Rondon Tatsuta Yamane Baptista de Souza		
PERÍODO 7º	DISCIPLINA <i>Aquicultura</i>		CÓDIGO 0000		
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO		
TEÓRICA 48	PRÁTICA 12		-		
EMENTA					
Conhecer a situação atual e tendência da aquicultura mundial e brasileira, além das principais práticas de manejo e alimentação dos organismos aquáticos com importância econômica.					
OBJETIVO GERAL					
Entender o funcionamento de um empreendimento aquícola; Desenvolver projetos e práticas de manejo; Ser capaz de ministrar cursos relacionadas a Aquicultura.					
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO					
Elaboração de palestras sobre a aquicultura e aplicação em uma comunidade do município a ser escolhida pelos alunos. Carga horária = 08 horas.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
BALDISSEROTTO, B. Fisiologia de peixes aplicada à piscicultura . 3 ed. Santa Maria: UFSM, 2013.					
KUBITZA, F. Qualidade da Água no Cultivo de Peixes e Camarões . 1ª ed. Jundiaí: Kubitza, 2003; 229 p. il.					
LOGATO, P.V.R. Nutrição e Alimentação de Peixes de Água Doce . Lavras: Aprenda Fácil. 2012.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
BALDISSEROTTO, B.; GOMES, L.C. Espécies nativas para piscicultura no Brasil . Santa Maria: UFSM, 2010.					
CYRINO, J.E.P. Sistemas de produção em piscicultura . Piracicaba: FEALQ, 1996.					
FURTADO, J.F.R. Piscicultura: uma alternativa rentável . Guaíba: Agropecuária, 1995, 179p.					
KUBITZA, F. Principais Parasitoses e Doenças dos Peixes Cultivados . 4ª ed. 2004; 110 p.					
MELLO, R. F. Criação racional de peixes . Valença: Fundação Educacional Dom André Arcoverde, 2000. 108p. (Livros Técnicos de Medicina Veterinária).					
PEREIRA, A. C.; CARVALHO, P. P. M. O.; SILVA, R. A. G. Criação de tilápias . Documentos. Rio de Janeiro, 2000. p.10-23.					

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Tarsício Serpa Normando	
PERÍODO	DISCIPLINA	CÓDIGO	
7º	<i>Práticas Pedagógicas em Ciências Agrárias</i>	0000	
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA		
48	12	-	
EMENTA			
Exploração teorizada e construção de práticas pedagógicas perante as condições sociais, políticas, culturais, psicossociais condicionantes das relações entre a práxis docente e o processo de ensino aprendizagem das Ciências Agrárias.			
OBJETIVO GERAL			
Analisar possibilidades de práticas pedagógicas condizentes e comprometidas com as condições sociais, políticas, culturais, psicossociais das relações entre alunos e professores e do processo de aprendizagem das ciências agrárias. Metodologias, práticas de ensino ou didáticas específicas dos conteúdos a serem ensinados, devendo ser considerado o desenvolvimento dos estudantes, e que possibilitem o domínio pedagógico do conteúdo, bem como a gestão e o planejamento do processo de ensino e de aprendizagem. Compreensão do conhecimento pedagógico do conteúdo proposto para o curso e da vivência dos estudantes com esse conteúdo.			
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO			
Não se aplica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
COSTA, Marisa Vorraber, (Org.). Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação . 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.			
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.			
PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Org.). Pesquisa em educação: possibilidades investigativas, formativas da pesquisa-ação , volume 2. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2014.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ARAÚJO, W.P. Práticas pedagógicas no meio rural . Manaus: EDUA/FAPEAM, 2014.			
CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais . 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.			
DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa . 9. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2011.			
DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo . 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
GRESSLER, Lori Alice. Introdução à pesquisa: projetos e relatórios . 3. ed. São Paulo: Loyola, 2007.			
MOREIRA, Marco A. Metodologias de pesquisa em ensino . São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.			

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Erick Rodrigo Santos Almeida	
PERÍODO 7º	DISCIPLINA <i>Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)</i>		CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 32	PRÁTICA 08		-

EMENTA

Introdução aos aspectos históricos, filosóficos e legais na construção da cidadania do surdo. Os aspectos legais de reconhecimento da LIBRAS como língua nacional. A importância da LIBRAS para o aluno surdo. Alfabeto manual. Saudações. Apresentação Pessoal. Pronomes Pessoais e Demonstrativos. Numerais/Quantidades. Advérbios de Tempo e Lugar. Vocabulário: Membros da Família, Cores, Objetos Pessoais e Profissionais, Profissões. Treinamento de expressões faciais e corporais.

OBJETIVO GERAL

Compreender o sistema linguístico da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, desenvolvendo habilidades de comunicação através dela e refletindo sobre seus aspectos constitucionais.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KOJIMA, Catarina Kitugi; SEGALA, Ramalho Sueli. **Dicionário de libras: Imagem do pensamento**. Escola: São Paulo. 2000.

LACERDA, C. e GÓES, M. (org.) **Surdez: processos educativos e subjetividade**. Editora Lovise. 2000.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. ArtMed: Porto Alegre. 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FELIPE, Tanya A; MONTEIRO, Myrna S. **Libras em Contexto: curso básico**, livro do professor instrutor – Brasília: Programa Nacional de apoio à Educação dos Surdos, MEC: SEESP, 2001.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo: Plexos, 1997.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela H. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

OLIVER Sacks. **Uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo, companhia das letras, 1998.

SKLIAR, C. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Editora Mediação. Porto Alegre, 1998..

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO		
EMENTÁRIO		
CURSO	DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias	Sarah Ragonha de Oliveira	
PERÍODO	DISCIPLINA	CÓDIGO
7º	<i>Atividade Curricular de Extensão II (ACEx II)</i>	0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	-
10	30	
EMENTA		
<p>Elaboração e execução Projeto de Extensão para a produção de material didático voltado para a área das Ciências Agrárias trabalhando de forma interdisciplinar as disciplinas da área, como Produção Animal e Vegetal, Processamento de Alimentos, Solos e Fertilidade, Economia e Administração Rural, Gestão Ambiental, Silvicultura, além de Metodologia do Ensino das Ciências Agrárias e Práticas Pedagógicas em Ciências Agrárias, proporcionando um projeto de intervenção em uma comunidade de escolha do licenciando. Conceito de extensão universitária; Diretrizes para as ações de extensão; Tipologia das ações de extensão; Construção e aplicabilidade de materiais didáticos.</p>		
OBJETIVO GERAL		
<p>Desenvolver materiais didáticos para o ensino de Ciências Agrárias em uma comunidade do município de Itacoatiara de escolha do licenciando; Contribuir com a formação dos produtores locais através da oferta de cursos e atividades de formação na área das Ciências Agrárias; Confeccionar variados tipos de materiais e estratégias para a divulgação do conhecimento científico.</p>		
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO		
Projeto de extensão para ser aplicado em escola pública.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ANTUNES, Celso. Novas maneiras de ensinar, novas formas de aprender. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p> <p>LUZ, Adriana Augusta Benigno dos Santos. Produção de materiais e sistemas de ensino. Editora: InterSaberes; 1ª Edição, 2016.</p> <p>SILVA, Henrique Cesar da. O que é Divulgação Científica? Ciência & Ensino, vol. 1, 2006.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BECKER, Fernando. A origem do conhecimento e a aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>BECKER, Fernando. Educação e construção do conhecimento. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>GONÇALVES. Manual de projetos de extensão universitária. Editora Avercamp. 2008</p> <p>LOPES, M. Margaret. Construindo públicos para as ciências. Rio de Janeiro: MAST, 2007.</p> <p>SACRISTÁN, J. G. e GÓMEZ, A. I. P. Comprender e transformar o ensino. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p>		

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Erick Rodrigo Santos Almeida Sarah Ragonha de Oliveira	
PERÍODO 7º	DISCIPLINA <i>Estágio Supervisionado IV</i>		CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 80	PRÁTICA 40		Estágio Supervisionado III

EMENTA

TEORIA - Estágio profissionalizante, preparando o licenciando para o exercício do Ensino de Ciências Naturais e Ciências Agrárias, junto às escolas de Ensino Médio – Lei 9394/96 e Lei 11788/2008.
PRÁTICA – Aplicação do projeto de intervenção e regência de classe.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver, a partir de uma atitude investigativa, conhecimentos relativos ao ambiente de trabalho docente e às especificidades do trabalho do professor de Ensino Médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, A. M. B.; LIMA, M. S. L.; SILVA, S. P. **Dialogando com a escola**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 6 ed. São Paulo: Cortez 2011.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NÓVOA, A. **Vida de professores**. Portugal: Porto Editora, 2007.

VASCONCELLOS, G. A. N. **Como me fiz professora**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ZABALZA, M. A. **Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ANEXO 8: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO OITAVO PERÍODO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO		
EMENTÁRIO		
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)
Licenciatura em Ciências Agrárias		Sarah Ragonha de Oliveira
PERÍODO	DISCIPLINA	CÓDIGO
8º	<i>Extensão Rural</i>	0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	-
40	20	
EMENTA		
Contextualização da Extensão Rural no Brasil e no Amazonas. Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local, Territorialidade, Políticas Públicas, Ruralidades. Formas de organização social e da produção agrícola (associações e cooperativas). Método em extensão rural. Metodologias de diagnóstico e de promoção da participação e protagonismo social.		
OBJETIVO GERAL		
Conhecer a origem, evolução, pressupostos, desafios e tendências da Extensão Rural no Brasil, tendo em vista nossa história e estrutura agrícola e agrária, para que possa atuar de forma consciente, crítica e criativa no desenvolvimento do meio rural e da sociedade como um todo, levando em consideração as dimensões culturais, sociais, ambientais, políticas e econômicas da realidade brasileira.		
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO		
Curso de extensão rural, com tema e local a ser escolhido pelos alunos, utilizando as técnicas de extensão rural. Carga horária: 10 horas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BROSE, Markus (Org.). Participação na Extensão Rural : Experiências inovadoras de desenvolvimento local. Porto Alegre: Editora Tomo, 2004.		
SCHMITZ, Heribert (Org.). Agricultura familiar : extensão rural e pesquisa participativa. São Paulo: Annablume, 2010.		
SILVA, R.C. Extensão Rural . 1 ed. Editora Érica, 2014.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política nacional de assistência técnica e extensão rural. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Pnater.pdf . Acesso em 12/08/19.		
CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável , Porto Alegre, v.1, n.1, p.16-37, 2000.		
CAPORAL, Francisco Roberto (Coord.). Extensão Rural e Agroecologia : temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília : MDA, 2007. 398 p. : il. Disponível em: http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Extens%C3%A3o%20Rural%20e%20Agroecologia%20-%20temas%20sobre%20um%20novo%20desenvolvimento%20rural,%20necess%C3%A1rio%20e%20poss%C3%ADvel%20-%20Francisco%20Roberto%20Caporal%20-%20MDA,%202007.pdf . Acesso em 12/08/19.		
CASTRO, César Nunes; PEREIRA, Caroline Nascimento. AGRICULTURA FAMILIAR, ASSISTÊNCIA		

TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E A POLÍTICA NACIONAL DE ATER. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8114/1/td_2343.PDF. Acesso em 12/08/19.

RAMOS, Giuberto de Lima; SILVA, Ana Paula Gomes; BARROS, Antônio Alves da Fonseca. Manual de metodologia de extensão rural. Recife: Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA, 2013. 58p. (IPA. Coleção Extensão Rural, 3). Disponível em: <http://www.ipa.br/novo/arquivos/paginas/3-ipa-manualdemetodologia.pdf>. Acesso em 12/08/19.

THEODORO, S.H.; DUARTE, L.G.; VIANA, J.N. (Orgs.). **Agroecologia**: um novo caminho para extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Daiane Oliveira Medeiros	
PERÍODO	DISCIPLINA	CÓDIGO	
8º	<i>Empreendedorismo</i>	0000	
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	-	
32	08		
EMENTA			
<p>Conceitos de empreendedorismo. História do empreendedorismo. O processo empreendedor. Características do empreendedor. Plano de negócios: Conceito, utilidades e empregos, estrutura básica, estudos para elaboração e recomendações para apresentação.</p>			
OBJETIVO GERAL			
<p>Desenvolver uma visão de empreendedorismo rural, identificando as oportunidades de negócios e desenvolvendo a capacidade de elaboração do Plano de negócios.</p>			
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO			
<p>A curricularização da extensão se dará através do projeto de extensão "Plano de negócios", onde os discentes deverão aplicar a metodologia do Plano de negócios para uma comunidade rural que tenha associação regulamentada. Tal atividade tem o objetivo de estimular o empreendedorismo e a inovação através dos conceitos de empreendedorismo já revisados em sala de aula.</p> <p>Desta forma, será possível articular e aproximar a atuação do licenciado em ciências agrárias e consolidar o papel do Instituto Federal do Amazonas como fomentador do empreendedorismo social na região.</p> <p>Carga horária do projeto: 10 horas</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>CHÉR, Rogério. Empreendedorismo na veia: um aprendizado constante. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.</p> <p>DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.</p> <p>DRUCKER, Peter Ferdinand. Inovação e Espírito Empreendedor: Prática e Princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2013.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>BARON, Robert A.; SHANE, Scott A. Empreendedorismo: Uma visão do processo. São Paulo: Cengage, 2016.</p> <p>CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. Barueri: Manole, 2012.</p> <p>DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo. São Paulo: <i>Campus</i>, 2008.</p> <p>DORNELAS, José Carlos Assis. Planos de Negócios - exemplos práticos. Rio de Janeiro: Elsevier/<i>Campus</i>, 2013.</p> <p>MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. São Paulo: Prentice Hall Brasil, ano 2006.</p>			

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Ana Rita de Oliveira Braga	
PERÍODO 8º	DISCIPLINA <i>Recuperação de Áreas Degradadas</i>		CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 48	PRÁTICA 12		-

EMENTA

Degradação ambiental. Agentes de degradação ambiental. Recuperação, reabilitação, restauração. Importância e dinâmica da matéria orgânica nos processos de conservação e recuperação de áreas degradadas. A sucessão ecológica e sua importância na recuperação de áreas degradadas. Grupos ecológicos de plantas. Técnicas de restauração florestal. Técnicas de bioengenharia. Técnicas de remediação no solo e água subterrânea. Etapas de um projeto de recuperação de áreas degradadas. Indicadores de avaliação e monitoramento da recuperação. Estudo de casos de projetos de recuperação de áreas degradadas na Amazônia.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver conhecimentos técnicos para atuar na recuperação de áreas degradadas de solo e de água subterrânea.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUERRA, Antonio José Teixeira; JORGE, Maria do Carmo Oliveira. **Processos erosivos e recuperação de áreas degradadas**. Oficina de Textos, 2013.

MARTINS, Sebastião Venâncio. **Recuperação de áreas degradadas: ações em áreas de preservação permanente, voçorocas, taludes rodoviários e de mineração**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2009.

NEPOMUNECO, A. N. **Estudo e técnicas de recuperação de áreas degradadas**. Curitiba Inter Saberes, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBA, José Maria Filippini (Ed.). **Recuperação de áreas mineradas**. Embrapa Informação Tecnológica, 2010.

ALMEIDA, E. A.; SABOGAL, César; BRIENZA JR, S. **Recuperação de áreas alteradas na Amazônia Brasileira: Experiências locais, lições aprendidas e implicações para políticas públicas**. CIFOR, 2006.

BRANCALION, Pedro Henrique Santin; GANDOLFI, Sergius; RODRIGUES, Ricardo Ribeiro. **Restauração florestal**. 2015.

MANZATTO, Mariana Politti. **Plano de recuperação de áreas degradadas**. Editora Senac São Paulo, 2019.

VIEIRA, Ilma CG et al. **Bases técnicas e referenciais para o programa de restauração florestal do Pará: um bilhão de árvores para a Amazônia**. Embrapa Amazônia Oriental-Livro técnico (INFOTECA-E), 2009.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Jonatan Onis Pessoa	
PERÍODO 8º	DISCIPLINA <i>Educação Ambiental</i>	CÓDIGO 0000	
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 32	PRÁTICA 08	-	

EMENTA

Crise ambiental. Ética ambiental. Tratados internacionais de educação ambiental. Políticas nacionais de educação ambiental. Educação Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável. Agenda 2030 e os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável. Projetos de educação ambiental para educação formal e não formal.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas relações em consonância com as diretrizes e as políticas nacionais e internacionais de educação ambiental com vistas à proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida com enfoque ao licenciado em ciências agrárias. Resolução de problemas, engajamento em processos investigativos de aprendizagem, atividades de mediação e intervenção na realidade, realização de projetos e trabalhos coletivos, e adoção de outras estratégias que propiciem o contato prático com o mundo da educação e da escola. Vivência e aprendizagem de metodologias e estratégias que desenvolvam, nos estudantes, a criatividade e a inovação, devendo ser considerada a diversidade como recurso enriquecedor da aprendizagem.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Os discentes do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias deverão preparar, organizar e apresentar palestra sobre algum conteúdo da disciplina Educação Ambiental. Esta atividade deverá ser realizada em uma comunidade situada no meio rural do município de Itacoatiara a ser definida pelos alunos e professor da disciplina. Carga horária = 10 horas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra.** Petrópolis: Vozes, 2011.

IBRAHIN, Francini Imene Dias. **Educação Ambiental - Estudos dos Problemas, Ações e Instrumentos para o Desenvolvimento da Sociedade.** 1. ed. 2014. 128 p. ISBN: 9788536508535

MAIA, Jorge Sobral da Silva. **Educação Ambiental Crítica e Formação de Professores.** Editora: Appris. 2015. 241 p. ISBN-13: 978-8581926636.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, C. G. R.; MELO, L. C. B.; SANTOS, V. M. S. A. Educação do campo e educação ambiental: interconexões possíveis para a construção de um ensino crítico e transformador. **Debates em Educação**, Maceió, v. 9, n. 18, p. 87-97, 2017.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abr. de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, Brasília, DF, abr. 1999.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** 9. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2011. 496 p. ISBN-13: 978-8532626097.

LIMA, Kátia Guazzelli Campos. **Práticas ambientais em escolas com ensino fundamental situadas nas zonas**

oeste e sul da cidade de São Paulo. 2019. 107 f. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em Administração - Gestão Ambiental e Sustentabilidade) - Universidade Nove de Julho, São Paulo.

LUCCA, E. J.; BRUM, A. L. **Educação Ambiental:** como implantá-la no meio rural?, Revista de Administração IMED (RAIMED), Caxias do Sul-RS, v.3,p. 33, 2013.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO	DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias	Rafael Augusto Ferraz	
PERÍODO 8º	DISCIPLINA <i>Agroecologia</i>	CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 32	PRÁTICA 08	-

EMENTA

História da agricultura. Revoluções agrícolas. Agricultura convencional e seus impactos. Agricultura de base ecológica. Agroecologia e vivência agroecológica; Plantas alimentícias não convencionais (PANC's). Plantas medicinais. Desenvolvimento e agricultura sustentável. Sistemas agroflorestais (SAF's). Manejo integrado de pragas, doenças e plantas daninhas. Princípios da permacultura.

OBJETIVO GERAL

Conhecer as técnicas de produção agroecológica através da reciclagem da matéria orgânica e da maximização e otimização do fluxo da energia nos agroecossistemas, capazes de gerar estabilidade ecológica, social e econômica nos sistemas de produção.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Minicursos de extensão sobre as práticas agroecológicas a serem realizados em comunidades e/ou escolas escolhidas pela turma. Carga horária: 10 horas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2012. 400p.

KINUPP, V. F., LORENZI, H. **Plantas alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil**. 1 ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum. 2014. 768p.

SOUZA, J.L.; RESENDE, P. **Manual de horticultura orgânica**. 3 ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AQUINO, A. M., ASSIS, R. L. **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. 1 ed. Brasília: Embrapa. 2005. 517p.

CARDOSO, I. M., FÁVERO, C. **Coleção Transição Agroecológica**, Vol. 4 - Solos e Agroecologia. 1 ed. Brasília: Embrapa. 2018. 373p.

COSTA, M. B. B. **Agroecologia no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2017. 144p.

LORENZI, H., MATOS, F. J. A. **Plantas medicinais no Brasil**: nativas e exóticas. 2 ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum. 2008. 576p.

PRIMAVESI, A. M. **Manejo ecológico do solo**: a agricultura em regiões tropicais. 1 ed. São Paulo: Nobel. 2002. 568p.

PRIMAVESI, A. M. **Manejo ecológico de pragas e doenças**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2016. 144p.

PRIMAVESI, A. M. **Manual do solo vivo**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2016. 206p.

RIBEIRO, D. S., TIEPOLO, E. V., VARGAS, M. C., REGINA, N. **Agroecologia na educação básica**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2017. 136p.

SOUZA, J. L.; RESENDE, P. **Manual de Horticultura Orgânica**. 3 ed. Viçosa: Aprenda Fácil Editora. 2014. 841p.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Andrey Luis Bruyns de Sousa Rafael Augusto Ferraz Rondon Tatsuta Yamane Baptista de Souza	
PERÍODO 8º	DISCIPLINA <i>Infraestrutura Rural</i>		CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 32	PRÁTICA 08		-
EMENTA			
Identificar os diversos tipos de obras e instalações rurais; selecionar locais apropriados para a construção e instalações rurais. Projetar e executar obras de construções e instalações rurais; identificar os principais materiais e ferramentas utilizadas em construções e instalações rurais; Executar desenhos de telados, viveiros, depósitos e casas de vegetação; Realizar cálculos de materiais e custo de materiais de construção.			
OBJETIVO GERAL			
Planejar e realizar projetos de edificações e instalações agropecuárias, residenciais e comerciais, visando harmonizar o espaço construído com a paisagem natural. Capacitar os alunos com habilidades para projetar e executar obras de construções e instalações rurais de acordo com as normas técnicas.			
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO			
Não se aplica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BAÊTA, Fernando da Costa; SOUZA, Cecília de Fátima. Ambiência em edificações rurais: conforto animal . 2. ed. Viçosa, MG: Editora UFV, 2010. 269p.			
BORGES, A. C. Prática das pequenas construções . Vol. 1, 9º edição, São Paulo, Ed. Blucher, 2009.			
FABICHAK, Irineu. Pequenas construções rurais . São Paulo: Nobel, 2007. 129p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas			
ABRANTES, J., FILHO, C. A. F. Desenho técnico básico: teoria e prática . 1 ed. Rio de Janeiro: LTC. 2018. 168p.			
HAGEMANN, S. E. Apostila de Materiais de Construção Básicos . Universidade Aberta do Brasil e Instituto Federal Rio Grandense. 2011/2. Disponível em: http://tics.ifsul.edu.br/matriz/conteudo/disciplinas/_pdf/apostila_mcb.pdf . Acesso em: 13/12/2019.			
LAZAZARINI Neto, Sylvio: Instalação e Benfeitorias – Viçosa: Aprenda Fácil, 2000			

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Sarah Ragonha de Oliveira	
PERÍODO 8º	DISCIPLINA TCC		CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 20	PRÁTICA -		-

EMENTA

Orientações de Revisão Técnica (referencial teórico, coleta e análise de dados, etc.); Textual (ortografia e adequação argumentativa); e da Normas da ABNT. Compreensão das Características do TCC. Defesa (apresentação pessoal, capacidade de arguição, tempo de apresentação, vestuário, adequação dos slides, postura, adequação linguística/discursiva).

OBJETIVO GERAL

Observar, revisar e, principalmente, gerar reflexões e críticas sobre as concepções teórico-metodológicas da estrutura do TCC e sobre o tema, problema ou assunto sobre o qual será centrada a pesquisa científica. Orientar os alunos na elaboração, execução e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso e para publicação dos seus resultados.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. [3. reimp.]. São Paulo: Atlas, 2019.
LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. A. D. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. 2ª ed. São Paulo: ePU, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, Mônica Rabello de; FERREIRA, Giselle; GONZALEZ, Wania. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. Nova Iguaçu-RJ: Marsupial, 2013.
WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole. **Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação**: teoria e prática. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
KNECHTEL, Maria Do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação**: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

ANEXO 9: DISCIPLINAS OPTATIVAS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO		
EMENTÁRIO		
CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)
Licenciatura em Ciências Agrárias		Ana Rita de Oliveira Braga
PERÍODO	DISCIPLINA	CÓDIGO
	<i>Paisagismo e Jardinagem</i>	0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 20	PRÁTICA 20	-
EMENTA		
Histórico da evolução dos jardins. Fundamentos de jardinagem e paisagismo. Componentes artísticos da jardinagem. Equipamentos para jardinagem. Plantas de interior e exterior. Plantas de jardins. Critérios para escolha das espécies vegetais de finalidade ornamental.		
OBJETIVO GERAL		
Conceber, implementar e administrar projetos de jardinagem e paisagismo.		
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO		
Não se aplica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FORTES, V.M. Planejamento e manutenção de jardins . 2 ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2012. LORENZI, H. Plantas para jardim no Brasil : herbáceas, arbustivas e trepadeiras. Instituto Plantarum de Estudos da Flora Ltda. 2a Ed.2015. PAYÃO, M. E. S. Princípios de Paisagismo . 3ª edição. Editora FUNEP. 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BARBOSA, A. Paisagismo, jardinagem e plantas ornamentais . São Paulo: Iglu, 2009. MARX, R. B. Arte e Paisagem . 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2004. KAMPF, A. N. Produção Comercial de plantas ornamentais . Guaíba: Ed. Agropecuária, 2000. 254p. VILAÇA, J. Plantas tropicais – guia prático para o novo paisagismo brasileiro. São Paulo: Nobel, 2009. WATERMAN, T. Fundamentos de Paisagismo . Porto Alegre: Bookman, 2010.		

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Rafael Augusto Ferraz	
PERÍODO	DISCIPLINA	CÓDIGO	
	<i>Desenho técnico e topografia</i>	0000	
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA	PRÁTICA	-	
32	08		

EMENTA

Representação de pontos, retas e sólidos geométricos, elaboração de esboço e desenhos técnicos segundo a ABNT; Aprofundar a técnica de representação gráfica de detalhamento de elementos construtivos; Métodos de levantamento: planimétrico (equipamentos, métodos, divisão de áreas); Altimétrico (equipamentos, métodos, locação de curvas em nível e em desnível) e Planialtimétrico. Sistema Geográfico de Informação; Conceitos e orientações básicas sobre o uso GPS – demonstrações.

OBJETIVO GERAL

Entender e interpretar desenhos de instalações agropecuárias.
Conhecer a prática de levantamentos e documentos topográficos, interpretação de projetos e uso de equipamentos de tecnologias avançadas no processo de agrimensura.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRANTES, J., FILHO, C. A. F. **Desenho técnico básico: teoria e prática**. 1 ed. Rio de Janeiro: LTC. 2018. 168p.

TULER, M., SARAIVA, S. **Manual de práticas de topografia**. 1 ed. Porto Alegre: Bookman. 2017. 144p.

TULER, M., SARAIVA, S. **Fundamentos de topografia**. 1 ed. Porto Alegre: Bookman. 2014. 324p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 13133: **Execução de levantamento topográfico**. Rio de Janeiro, 1994. p.35.

CATAPAN, M. F. **Apostila de desenho técnico**. UFPR. 2010. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/gildamenezes/disciplinas/desenho-tecnico/2015/apostilas/apostila-catapan>. Acesso em 13/12/2019.

COELHO JUNIOR, J. M.; RLIM NETO, F. C.; ANDRADE, J. S. C. O. **Topografia Geral**. Recife: EDUFRPE, 2014.
LIMA, S. F. **Topografia**. Apostila PRONATEC. Instituto Federal do Amazonas e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). 2010. Disponível em: <http://pronatec.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/06/Topografia.pdf>. Acesso em: 13/12/2019.

VEIGA, L. A. K.; ZANETTI, M. A. Z.; FAGGION, P.L. **Fundamentos de Topografia**. Apostila Curitiba, UFPR, 2012.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO		DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias		Andrey Luis Bruyns de Sousa Rafael Augusto Ferraz Rondon Tatsuta Yamane Baptista de Souza	
PERÍODO	DISCIPLINA <i>Mecanização Agrícola</i>	CÓDIGO 0000	
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 32	PRÁTICA 08	-	

EMENTA

Noções de mecânica aplicada; Noções básicas de funcionamento de motores; Lubrificação e Lubrificantes; Tipos de tração e mecanismos de transmissão, Máquinas e implementos agrícolas; Planejamento de mecanização agrícola.

OBJETIVO GERAL

Conhecer o conceito e importância da mecanização agrícola, tração de tratores, constituição, regulagem, operação de campo e uso, seleção manutenção e capacidade operacional de máquinas e implementos agrícolas, custo operacional de conjuntos mecanizados, planejamento e projeto de mecanização.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COMETTI, N. N. **Mecanização Agrícola**. São Paulo: Editora LT, 2012. 904p.

SILVA, R. C. da. **Máquinas e Equipamentos Agrícolas**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Érica, 2014. 120p

SILVEIRA, G. M. **Preparo de solo**: técnicas e implementos. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BIANCHINI, A.; TEIXEIRA, M. M.; COLOGNESE, N. R. **Manutenção de tratores agrícolas**. 1ª Ed. São Paulo: Editora LK, 2012. 152p.

NOGUEIRA FILHO, H. HAMANN, J. H. **Mecanização agrícola**. Apostila. Santa Maria : Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico : Rede e-Tec Brasil, 2016. Disponível em:
http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos_fruticultura/quinta_etapa/arte_mecanizacao_agricola.pdf. Acesso em 13/12/2019.

TAVARES, G. Elementos orgânicos fundamentais de máquinas e implementos agrícolas. 2ª Revisada e Ampliada. Lavras: Editora UFLA. 2012.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO	DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias	Andrey Luis Bruyns de Sousa	
PERÍODO	DISCIPLINA <i>Irrigação e Drenagem</i>	CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 32	PRÁTICA 08	-

EMENTA

Relações solo-água-planta-atmosfera: água no solo, necessidades hídricas das culturas, processos de transferência de água no sistema solo-planta-atmosfera. Qualidade da água para irrigação. Irrigação por superfície. Irrigação por aspersão. Irrigação por gotejamento. Manejo de irrigação. Fertirrigação. Drenagem: drenagem superficial, drenagem subterrânea, condutividade hidráulica. Sistematização de terrenos.

OBJETIVO GERAL

Planejar, orientar e monitorar o uso e a operacionalização de sistema de irrigação e drenagem.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERNARDO, S.; SOARES, A.A.; MANTOVANI, E.C. **Manual de Irrigação**. 9a. Edição, Viçosa, Editora UFV, 2019.

FORMAGGIO, A. R., SANCHES, I. D. **Sensoriamento remoto em agricultura**. 1 ed. São Paulo: Oficina de Textos. 2017. 288 p.

MANTOVANI, E.C.; BERNARDO, S.; PALARETTI, L.F. **Irrigação: princípios e métodos**. 3ª Edição. Viçosa: Editora UFV. 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARAL, F. C. S. do (editor). **Sistema brasileiro de classificação de terras para irrigação: enfoque na região semiárida**. Rio de Janeiro, RJ: Embrapa Solos, 2011.

AZEVEDO NETTO, J. M. et al. **Manual de Hidráulica**. 9ª Edição. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 2015.

BATISTA, M.J.; NOVAES, F.; SANTOS, D.G.; SUGUINO, H.H. **Drenagem como Instrumento de Dessalinização e Prevenção da Salinização de Solos**. Brasília: CODEVASF, 2002.

MILLAR, A. A. **Drenagem de Terras Agrícolas**. Rio de Janeiro: Mc Graw-Hill do Brasil Ltda, 1978.

<p style="text-align: center;">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>		
EMENTÁRIO		
CURSO	DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias	Sarah Ragonha de Oliveira Rondon Tatsuta Yamane Baptista de Souza	
PERÍODO	DISCIPLINA	CÓDIGO
	<i>Criação de Animais Silvestres</i>	0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 30	PRÁTICA 10	-
EMENTA		
<p>Classificação, descrição, comportamento social e reprodutivo e características zootécnicas de animais silvestres de interesse comercial. Instalações, nutrição e manejo de animais silvestres criados para produção e para repovoamento: Criação de roedores (Capivara, Paca e Cutia); Criação de Pecarídeos (Catetos e Queixadas); Criação de reptéis (Tartaruga e Jacaré). Segurança e problemática ambiental na criação comercial de espécies silvestres exóticas. Legislação vigente relativa à criação de animais silvestres.</p>		
OBJETIVO GERAL		
<p>Compreender a biologia e exigências das principais espécies de animais silvestres criados em cativeiro e desenvolver as habilidades para sua criação.</p>		
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO		
<p>Não se aplica.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ANDRADE, P. C. M. Criação e manejo de quelônios no Amazonas. Manaus: Ibama, ProVárzea, 2008. 528 p.</p> <p>HOSKEN, F.M.; SILVEIRA, A.C. Criação de pacas. Ed. Aprenda Fácil, Viçosa, 259p. 2001.</p> <p>HOSKEN, F.M.; SILVEIRA, A.C. Criação de cutias. Ed. Aprenda Fácil, Viçosa, 231p. 2001.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>AZEVEDO, J.M.N. 2003. Crocilianos, biologia, manejo e conservação. Ed. Arpoador, João Pessoa, 122p.</p> <p>BALESTRA, R.A.M. (Org.). Manejo Conservacionista e Monitoramento Populacional de Quelônios Amazônicos. Brasília: MMA, 2016. Disponível online em: https://www.icmbio.gov.br/ran/images/stories/Downloads/Manual_Tecnico_Manejo_Monitoramento_Quelonios_Amazonicos_2016.pdf. Acesso em: 12/06/2020.</p> <p>GUIMARÃES JUNIOR, J. C. Manejo de Animais Silvestres. Brasília: NT Editora. 2017. Disponível online em: https://avant.grupont.com.br/dirVirtualLMS/portais/livros/pdfs_demo/Manejo_de_Animais_Silvestres_Demo.pdf. Acesso em 12/06/2020.</p> <p>HOSKEN, F.M.; SILVEIRA, A.C. Criação de capivaras. Ed. Aprenda Fácil, Viçosa, 295p. 2001.</p>		

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

EMENTÁRIO

CURSO	DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias	Francinete Soares Martins	
PERÍODO	DISCIPLINA <i>Avaliação da Aprendizagem</i>	CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 30	PRÁTICA 10	-

EMENTA

Pressupostos históricos, filosóficos e pedagógicos da avaliação da aprendizagem. Concepções teóricas e metodológicas da avaliação da aprendizagem. Funções da avaliação e modalidades avaliativas. A prática da avaliação no contexto educacional: instrumentos e critérios para a construção do conhecimento. Avaliação e mecanismos escolares: recuperação, reprovação, repetência e evasão.

OBJETIVO GERAL

Conhecer as concepções de avaliação da aprendizagem para repensar as aplicações de instrumentos e critérios avaliativos, descobrindo possibilidades de utilizá-las a serviço da construção do saber crítico e funcionalmente comprometidos com as necessidades sociais contemporâneas. Elaboração e aplicação dos procedimentos de avaliação de forma que subsidiem e garantam efetivamente os processos progressivos de aprendizagem e de recuperação contínua dos estudantes. Interpretação e utilização, na prática docente, dos indicadores e das informações presentes nas avaliações do desempenho escolar, realizadas pelo MEC e pelas secretarias de Educação.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GREANEY, Vincent e KELLOGHAN, Thomas. **O uso dos Resultados da Avaliação do Aproveitamento Escolar**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2010.

HOFFMAN, J. **Avaliação: Mito e Desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LUCKESI. **Avaliação da Aprendizagem Escolar – Estudos e Proposições**. São Paulo: Cortez, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARREDONDO, S. C. **Avaliação Educacional: promoção escolar**. São Paulo: UNESP, 2009.

DEMO, P. **Mitologias da avaliação: de como ignorar, em vez de enfrentar problemas**. Campinas: Autores Associados, 2002.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.

LUCKESI, C. C. **Planejamento e Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTANNA, I.M. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. Petrópolis: Vozes, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO		
EMENTÁRIO		
CURSO	DOCENTE(S) RESPONSÁVEL (EIS)	
Licenciatura em Ciências Agrárias	Francinete Soares Martins	
PERÍODO Optativa	DISCIPLINA <i>Metodologias Ativas para o ensino de Ciências Agrárias.</i>	CÓDIGO 0000
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO
TEÓRICA 20	PRÁTICA 20	-
EMENTA		
<p>A disciplina abordará os diferentes aspectos técnico-pedagógicos inerentes à metodologia de aprendizagem baseada em problemas e projetos, atividades experimentais investigativas, uso de mapas conceituais e a incorporação das tecnologias digitais da informação e comunicação. A disciplina será desenvolvida de forma a permitir que o licenciando vivencie as metodologias ativas de aprendizagem de forma a estabelecer referencial próprio sobre as potencialidades e dificuldades do emprego das mesmas na sua prática profissional.</p>		
OBJETIVO GERAL		
<p>Compreender o uso das diversas metodologias ativas de ensino-aprendizagem aplicadas ao ensino de Ciências Agrárias e desenvolver as habilidades para sua utilização prática, identificando as melhores situações de uso de cada uma delas.</p>		
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO		
Não se aplica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BACICH, Lilian.; TANZI NETO, Adolfo.; TREVISANI, Fernando de Melo. (Orgs.). Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação. Porto Alegre: Penso, 2015.</p> <p>BERGMANN, J.; SAMS, A. Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem. (Tradução Afonso Celso da Cunha Serra). 1ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018.</p> <p>CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BENDER, William N. Aprendizagem Baseada em Projetos: Educação Diferenciada para o Século XXI. Editora: Penso; 1ª Edição, 2014.</p> <p>LEGEY, A. P.; MOL, A. C. A.; BARBOSA, J. V.; COUTINHO, C. M. L. M.. Desenvolvimento de Jogos Educativos Como Ferramenta Didática: um olhar voltado à formação de futuros docentes de ciências. Alexandria: Revista de Educação em Ciência e Tecnologia, v. 5, n. 3, p. 49-82, 2012.</p> <p>LILATRO, Andrea; CAVALCANTI Carolina Costa. Metodologias inovativas: Na educação presencial, a distância e corporativa. Saraivauni; 1ª Edição, 2018.</p> <p>MATTAR, João. Metodologias Ativas Para a Educação Presencial Blended e a Distância. Editora: Artesanato Educacional; 1ª Edição, 2017.</p> <p>MIRANDA, Simão de. Estratégias Didáticas Para Aulas Criativas. Editora: Papyrus Editora; 1ª Edição, 2016.</p>		

**ANEXO 10: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA, CELEBRADO
ENTRE O IFAM E A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED**



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO Nº 01/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS, CAMPUS ITACOATIARA, E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACOATIARA

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM, CAMPUS ITACOATIARA, autarquia federal de ensino, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Rodovia AM 010, km 08, Zona de Expansão, Itacoatiara-AM, doravante denominada **IFAM CITA**, inscrito no CNPJ sob nº 10.792.928/0013-43, neste ato representado pela DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA do Campus, **FRANCINETE SOARES MARTINS**, portadora da cédula de identidade nº 1099819-5– SSP/M e inscrita no CPF nº 596.410.372-34, residente e domiciliada na Rua Aquilino Barros, 1170, Santa Luzia – CEP: 69104-012, nesta cidade, nomeada pela Portaria Nº 1.151 – GR/IFAM, de 09 de setembro de 2020, e a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** – doravante denominada **SEMED**, enquadrada como empresa de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº **06.078.712/0001-00**, com sede na Av. Parque S/N, Centro Cep 69.100-066, neste ato representada por seu **Secretário ADILON PEREIRA DA COSTA**, Brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade nº 0670618-5 – SSP/AM e inscrito no CPF/MF sob o nº 336633353-91, residente e domiciliado nesta cidade de Itacoatiara, na Rua Ely Paiva (H), casa 4059 – Bairro Tiradentes – CEP 69103172, concordam em firmar o presente Termo de Cooperação Técnico-Científica, mediante as cláusulas e condições a seguir, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93, de 21.06.1993, com nova redação pela Lei nº 8.883/94, de 20.12.1994, do Decreto nº 93.872 de 23 de dezembro de 1986 alterado pelo Decreto nº 6.170/2007, bem como a observância da Instrução Normativa nº 01/1997, com a nova reação dada pelo Decreto nº 7.568, de 16 de setembro de 2011, e ainda as disposições contidas no Decreto-Lei nº 288, de 28/02/1967, na Lei nº 8.387, 30/12/1991, alterado pela Lei 10.176, de 11/01/2001, Lei 10.973, de 02/12/2004 e pela Lei nº 11.077, de 31/12/2004 e regulamentados pelo Decreto nº 4.401, de 01/10/2002 e Decreto nº 4.944, de 30/12/2003 (este, revogado pelo Decreto nº 5.906/2006), Decreto nº 6.008, de 29/12/2006, Portaria Interministerial nº 334, de 31/12/2014, Resolução nº 071/2016, da SUFRAMA no que couber e demais normas legais pertinentes, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui-se objeto do presente Termo de Cooperação, o estabelecimento de um programa de ampla cooperação e intercâmbio científico e tecnológico, abrangendo atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento, formação e qualificação de recursos humanos, absorção e transferência de tecnologias, prestação de serviços tecnológicos e a utilização de instalações e equipamentos.

Parágrafo único: O programa, objeto deste Termo de Cooperação será realizado por intermédio de projetos a serem desenvolvidos em conjunto ou isoladamente, previamente



ajustado, onde constem todas as diretrizes referentes ao citado programa que, assinado pelas partes contratantes, fará parte integrante e inseparável deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 As partes se comprometem, de acordo com seus interesses e possibilidades respeitadas a sua programação habitual a:

- a) Trocar informações técnicas e científicas referentes ao objeto deste termo;
- b) Trocar conhecimento, serviços e produtos com vistas ao desenvolvimento de programas ligados às metas deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE COOPERAÇÃO

3.1 Os projetos e atividades específicas que farão parte deste Termo de Cooperação Técnico-Científica serão definidos em Plano de Trabalho, nele se estabelecendo, de maneira pormenorizada, os objetivos específicos a serem atingidos, bem como o planejamento dos trabalhos que serão desenvolvidos pelas partes interessadas;

3.2 A descrição de que trata o item anterior conterá, ao menos, os seguintes aspectos:

- a. Justificativa e objeto de trabalho;
- b. Nome do executor responsável pela supervisão e gerência de trabalho;
- c. Descrição das etapas de desenvolvimento do trabalho, com detalhamento dos resultados a serem apresentados ao final de cada etapa;
- d. Datas de início e fim da execução do objeto e prazo de cada uma das etapas;
- e. Recursos humanos e materiais necessários para o desenvolvimento do trabalho;
- f. Requisitos técnicos, administrativos e de suporte necessário para o desenvolvimento do trabalho;
- g. Eventuais restrições de uso e divulgação de documentos, informações, programas, equipamentos e demais bens ou elementos postos à disposição das partes para execução do trabalho;
- h. Outros pormenores que se fizerem necessários para perfeita execução dos trabalhos estabelecidos no Acordo.

CLÁUSULA QUARTA – DAS COMPETÊNCIAS

4.1 Compete ao IFAM

- a) Trocar informações técnicas e científicas referentes ao objeto deste Termo;
- b) Trocar conhecimentos, serviços e produtos com vistas ao desenvolvimento de programas ligados aos objetivos deste instrumento;
- c) Desenvolver programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados para os objetivos do presente Termo, de acordo com avaliação prévia das Pró-reitorias específicas;



- d) Fica acordado entre as Convenientes que, mediante disponibilidade pré-determinada, os espaços físicos para palestras, workshops, cursos de extensão, treinamento e/ou assemelhados serão disponibilizados observando-se a disponibilidade dos mesmos.
- e) Consultoria Técnica por meio de seus servidores, de acordo com a avaliação da chefia imediata;
- f) Disponibilizar recursos humanos, quando possível, para atuar como instrutores de cursos;
- g) Proporcionar infraestrutura adequada e pessoal qualificado para o desenvolvimento de cursos nas áreas de interesse, conforme alínea “a”.
- h) Encaminhar alunos do IFAM para realização de estágios, observando as especificidades de cursos e ofertas pela SEMED.

4.2 Compete a SEMED

- a) Colocar a disposição do IFAM suas instalações.
- b) Trocar informações técnicas e científicas referentes ao objeto deste Termo;
- c) Trocar conhecimentos, serviços e produtos com vistas ao desenvolvimento de programas ligados ao objeto deste instrumento;
- d) Desenvolver conjuntamente com o IFAM programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados para os objetivos do presente Termo;
- e) Ofertar vagas de Estágio para discentes, quando for possível.
- f) Acompanhar o desenvolvimento dos alunos estagiários designando um supervisor, conforme a Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008. (Lei do Estágio).
- g) Solicitar espaço físico tais como salas de aulas, auditórios e áreas de convivência, conforme disponibilidade do IFAM.

CLÁUSULA QUINTA – DA COORDENAÇÃO

5.1 As partes designarão coordenadores para implementação de cada Projeto constituído, os quais responsabilizar-se-ão pela coordenação, execução e acompanhamento dos trabalhos, bem como pela chefia das respectivas equipes técnicas, que forem instituídas para este fim.

CLÁUSULA SEXTA – PROPRIEDADE INTELECTUAL E EXPLORAÇÃO DE RESULTADOS

6.1 As partes concordam que todas as informações, estudos, relatórios, consultas, pesquisas, metodologia, tecnologias e estratégias por elas elaboradas, ou às quais tenham acesso, sob a égida do presente Acordo, dentre outros bens materiais ou imateriais, passíveis ou não de proteção legal, serão de propriedade das partes envolvidas em cada projeto específico dentro dos preceitos das Leis vigentes.

6.2 Fica vedado o registro, patenteamento ou qualquer outra forma de proteção da Propriedade Intelectual, bem como seu licenciamento, sem o conhecimento dos demais titulares do direito de propriedade intelectual. Em caso de negociação de direitos de propriedade intelectual, deverá ser celebrado contrato de repartição de benefícios entre as partes.



CLÁUSULA SÉTIMA – ACESSO AO PATRIMÔNIO E A CONHECIMENTO TRADICIONAL

7.1 O acesso ao patrimônio genético brasileiro, *in situ* ou *ix situ*, e/ou aos conhecimentos tradicionais, associados ou não à biodiversidade que porventura sejam necessários durante a execução dos Projetos/Planos de trabalhos somente se darão após o cumprimento da legislação brasileira vigente sobre a matéria.

7.2 As partes se comprometem a praticar, junto aos órgãos competentes, os atos necessários para a obtenção de todas as licenças e autorizações requeridas para tais acessos, inclusive obtendo a anuência prévia do titular da área de coleta e das comunidades envolvidas e a celebração dos respectivos contratos de repartição de benefícios, só dando início aos acessos quando devidamente autorizados. Os signatários obrigam-se a dar especial atenção às exigências específicas relacionadas a acessos realizados por estrangeiros em território nacional.

CLÁUSULA OITAVA – CONFIDENCIALIDADE

8.1 Comprometem-se as partes e seus representantes a manter sigilo e confidencialidade sobre quaisquer informações sigilosas geradas no âmbito deste Acordo de Cooperação Técnico-Científico, segundo o objeto a ser desenvolvido e as características do projeto e das Instituições envolvidas. Deverão, sempre que necessário, ser firmados Termos de Sigilo e Confidencialidade, os quais contemplarão especificamente as necessidades de cada projeto.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS

9.1 O presente Acordo de Cooperação **não** envolve transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA DE PRORROGAÇÃO

10.1 Este Termo vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos contando a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por mútuo acordo dos partícipes, após avaliação de seus resultados, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

11.1 O presente Acordo poderá ser denunciado por iniciativa de qualquer um dos partícipes, mediante:

- a) troca de avisos, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ou rescindido por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, resguardadas as atividades e andamentos até a data de sua conclusão, assumindo cada partícipe os respectivos ônus decorrentes das obrigações acordadas;



- b) pelo não cumprimento de qualquer uma de suas Cláusulas ou condições, a critério do (s) participe (s) adimplentes, mediante comunicação escrita com antecedência de 15 (quinze) dias;
- c) pela ocorrência de fatos imprevisíveis que possibilitem sua execução;
- d) pela superveniência de norma legal que o torne material ou formalmente impraticável;
- e) em resguardo do interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA UTILIZAÇÃO DE SIMBOLOS, PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÃO

12.1 É defeso às partes utilizar nos empreendimentos resultantes deste Termo nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, ficando facultada e expressamente autorizada a divulgação conjunta das pessoas jurídicas integrantes do presente Termo de Cooperação.

12.2 As regras e normas para a publicação e divulgação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos serão estabelecidas de comum acordo entre as partes e serão discriminadas em cada Termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1 Este Termo não poderá ser alterado por meio de termos aditivos, e sim poderão constituir novos acordos para outro projetos de comum acordo entre os partícipes desde que não importe em mudança do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal do Estado do Amazonas, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste Termo de Cooperação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OMISSÕES

15.1 Os casos omissos serão resolvidos entre as partes, em comum acordo, ou, na impossibilidade, pela autoridade judiciária competente, nos termos da Cláusula Décima Primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1 O IFAM promoverá a publicação do presente Termo, em forma de extrato, no Diário Oficial da União, até o 5º. (quinto) dia útil do mês seguinte ao da assinatura, para recorrer no prazo de vinte dias daquela data, nos termos do parágrafo único no art. 60, da Lei nº 8.666/93.



Parágrafo Único – Em todas as comunicações e publicações pertinentes a ajustes advindos deste Acordo, far-se-á menção expressa das Instituições cooperadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Declaram as partes que este instrumento de cooperação consigna a manifestação final, completa e exclusiva de acordo entre as partes celebrado.

E assim, por estarem justos e acordados, os partícipes lavram o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas que ao final subscrevem.

Itacoatiara , 15 de setembro de 2020.

FRANCINETE SOARES MARTINS

Francinete Soares Martins
**DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA do
Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia, campus Itacoatiara
(IFAM-CITA)**

Portaria Nº 1.151 – GR/IFAM, de 09/09/2020

ADILON PEREIRA DA COSTA

Adilon P. Costa
**SECRETÁRIO na Secretaria Municipal
de Educação - SEMED**

TESTEMUNHAS:

Sarah Ragnha de Oliveira
NOME: Sarah Ragnha de Oliveira
CPF: 226.731.918-79
CI: 30781111-6

Maria Euziléia dos S. Saumier
NOME: Maria Euziléia dos S. Saumier
CPF: 981.886.402-63
CI: 2234687-2



PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS, campus ITACOATIARA				
CNPJ: 10.792.928/0013-43				
Endereço: Rodovia AM 010, KM 08, Zona de Expansão				
Cidade: Itacoatiara	Estado: Amazonas	CEP: 69.100-000	Esfera/Administrativa: FEDERAL	
Responsável: FRANCINETE SOARES MARTINS				
CPF: 596.410.372-34		RG: 1099819-5	Órgão Expedidor: SSP/AM	
Cargo/Função: Diretora Geral Substituta	Endereço: Rua Aquilino Barros, 1170, Santa Luzia	Cidade: Itacoatiara	Estado: AM	CEP: 69104-012

2. OUTROS PARTICIPES:

Órgão/Entidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITACOATIARA - SEMED				
Endereço: AV. PARQUE S/N, CENTRO - CEP 69.100-066				
Cidade: ITACOATIARA - AM				
País: BRASIL				
Responsável: ADILON PEREIRA DA COSTA				
Cargo/função: SECRETÁRIO MUNICIPAL				



1. Identificação do Projeto

1.1 Título do Projeto:

Proposta de Plano de Ação para realização de Estágio Supervisionado I, II, III e IV do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias

1.2 Objetivos do Projeto:

Proporcionar aos discentes do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias experiências da gestão no ensino, pesquisa e extensão como continuidade do processo de formação teórico-metodológica, com vistas a capacitação pré-profissional e compromisso político com a realidade sócio-econômica-ambiental e cultural da clientela da escola-campo de estágio.

1.3 Justificativa:

O Estágio Curricular Supervisionado se consolida como um dos momentos destinados à Prática do Ensino. Cada momento produtor de conhecimento e de vivência acadêmica será um espaço de discussão, com enfrentamento de problemas presentes no cotidiano da escola. O Estágio Supervisionado terá como foco a análise do contexto escolar e o ensino das Ciências Agrárias na Educação Básica articulada com os demais saberes escolarizados, tomando como base os aspectos estruturais que constituem a articulação teoria/prática na sala de aula e a relação entre escola e sociedade, especialmente, na constituição de escolas no/do campo.

É preciso exercer atividades de pesquisa-ação onde os professores em formação inicial possam ir às escolas a fim de conhecer suas rotinas, tempos e espaços, a cultura escolar e suas representações sociais, refletindo e criando alternativas didático-científicas para um contexto educacional real e não imaginário de modo que possam se preparar para lidar com a comunidade escolar concreta e não aquela idealizada.

A composição curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias tem inspiração teórico-metodológica nas proposições de Schön (1997)¹, isto é: REFLEXÃO-NA-AÇÃO (o professor aprende a partir da análise e da interpretação de sua própria atividade), REFLEXÃO-SOBRE-A-AÇÃO (pensamento retrospectivo sobre um problema ou uma dada situação) e REFLEXÃO-SOBRE-A-REFLEXÃO-NA-AÇÃO (análise e reflexão crítica, a posteriori, sobre as características e os processos de sua própria ação, levando o professor a progredir no seu conhecimento e a construir sua forma pessoal

¹ SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (Org.). Os professores e a sua formação. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997. p. 79-91.



de conhecer). Além disso, o embasamento legal reside na Resolução N° 95 CONSUP/IFAM², de 30 de dezembro de 2015 (Estágio das Licenciaturas).

O Estágio Curricular Supervisionado deverá ser realizado em escolas públicas da cidade de Itacoatiara, abrangendo o Ensino Fundamental e Médio. A supervisão do Estágio será realizada por professores do curso, devendo o aluno, após totalizar a carga horária prevista de 400 horas, apresentar um Relatório de Estágio, organizado em regulamento próprio.

2. Metas a serem atingidas

O Estágio Curricular Supervisionado em Licenciatura em Ciências Agrárias é operacionalizado em 400 (quatrocentas) horas, alocadas a partir do início do 4º período, distribuídas da seguinte forma:

- Estágio Supervisionado I - Ensino Fundamental – Observação.
- Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental – Projeto de Intervenção e regência.
- Estágio Supervisionado III – Ensino Médio – Observação.
- Estágio Supervisionado IV - Ensino Médio - Projeto de Intervenção e regência.

Dessa maneira, as metas propostas neste plano de trabalho contemplam a busca por campos de estágio, realização do estágio propriamente dito e a avaliação do trabalho realizado pelos discentes e docentes:

Meta 1: Determinação das Escolas-Campo e criação das vagas de estágio.

Meta 2: Encaminhamento dos alunos para a realização do Estágio Supervisionado I – realizado em escola de Ensino Fundamental, no qual realizam a observação em sala de aula. Terá a carga horária de 80 horas, sendo 60h a serem desenvolvidas na escola-campo e 20h destinadas à orientação e socialização em sala de aula com o professor supervisor.

Meta 3. Encaminhamento dos alunos para a realização do Estágio Supervisionado II – realizado em escola de Ensino Fundamental, no qual desenvolvem um projeto de intervenção e regência. Terá a carga horária de 120h, sendo 80 horas a serem desenvolvidas na escola-campo e 40h destinadas à orientação e socialização em sala de aula.

Meta 4. Encaminhamento dos alunos para a realização do Estágio Supervisionado III - realizado em escola de Ensino Médio, no qual realizam a observação em sala de aula. Terá a carga horária de 80 horas, sendo 60h a serem desenvolvidas na escola-campo e 20h destinadas à orientação e socialização em sala de aula com o professor supervisor.

² INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Resolução N° 95 - CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2015. Aprova o Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado dos cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.



Meta 5. Encaminhamento dos alunos para a realização do Estágio Supervisionado IV – realizado em escola de Ensino Médio, no qual desenvolvem um projeto de intervenção e regência. Terá a carga horária de 120h, sendo 80 horas a serem desenvolvidas na escola-campo e 40h destinadas à orientação e socialização em sala de aula.

Meta 6. Realização de Seminários de Estágio, no qual os alunos devem apresentar as experiências vivenciadas, com relato das aprendizagens do processo, dos aspectos que colaboraram e que foram obstáculos para o seu desenvolvimento, comportando avanços e recuos, questionamentos e reflexões.

Meta 7. Avaliação dos resultados obtidos.

3. Etapas ou fases de execução (META, ETAPA e FASE)

AQUISIÇÃO						
META	ETAPA /FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			UNID	QTDE	INICIO	TÉRMINO
1	1.1	Determinação das escolas-campo	unidade	06	Mar/2022	Mai/2022
	1.2	Determinação dos professores tutores nas escolas-campo	unidade	06	Mar/2022	Mai/2022
2	2.1	Criação das vagas de estágio e matrículas	unidade	40	Jun/2022	Jun/2022
	2.2	Encaminhamento dos alunos para o Estágio Supervisionado I	unidade	40	Ago/2022	Dez/2022
	2.3	Acompanhamento e orientação dos alunos	horas	20	Ago/2022	Dez/2022
3	3.1	Criação das vagas de estágio e matrículas	unidade	40	Out/2022	Nov/2022
	3.2	Encaminhamento dos alunos para o Estágio Supervisionado II	unidade	40	Fev/2023	Jul/2023
	3.3	Acompanhamento e orientação dos alunos	horas	40	Fev/2023	Jul/2023
	3.4	Organização do Seminário de Estágio	horas	10	Ago/2023	Ago/2023
	3.5	Execução do Seminário de Estágio	horas	08	Set/2023	Set/2023
4	4.1	Criação das vagas de estágio e matrículas	unidade	40	Jun/2023	Jun/2023
	4.2	Encaminhamento dos alunos para o Estágio Supervisionado III	unidade	40	Ago/2023	Dez/2023
	4.3	Acompanhamento e orientação dos alunos	horas	20	Ago/2023	Dez/2023
5	5.1	Criação das vagas de estágio e matrículas	unidade	40	Out/2023	Nov/2023
	5.2	Encaminhamento dos alunos para o Estágio Supervisionado IV	unidade	40	Fev/2024	Jul/2024
	5.3	Acompanhamento e orientação dos alunos	horas	40	Fev/2024	Jul/2024
6	6.1	Organização do Seminário de Estágio	horas	10	Ago/2024	Ago/2024
	6.2	Execução do Seminário de Estágio	horas	08	Nov/2024	Nov/2024
7	7.1	Avaliação dos resultados obtidos	horas	20	Ago/2024	Dez/2024



4. Plano de Aplicação dos recursos financeiros

PLANO DE APLICAÇÃO			(R\$ 1,00)	
NATUREZA DA DESPESA		TOTAL	CONCEDENTE	PROPONENTE
CÓDIGO	ESPAÇO FÍSICO	O presente Termo de Cooperação Técnica não envolve repasses orçamentários e financeiros. Cada Instituição arcará com seus custos.		
	RECURSOS HUMANOS E SEGURO OBRIGATÓRIO AOS ALUNOS			
Total geral				

5. Assinatura dos Partícipes

Na qualidade de representante legal do proponente declaro, para fins de prova junto a essa entidade, para os efeitos e sob as penas de lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o tesouro nacional ou qualquer outro órgão.

PEDE DEFERIMENTO


Assinatura dos Partícipes

Itacoatiara, 15/09/2020


FRANCINETE SOARES MARTINS

**Diretora Geral Substituta do Instituto Federal
de Educação, Ciências e Tecnologia do
Amazonas, campus Itacoatiara**

Itacoatiara, 15/09/2020


ADILAM PEREIRA DA COSTA
**SECRETÁRIO na Secretaria Municipal de
Educação de Itacoatiara - SEMED**